

Universidade Federal de Juiz de Fora

Pós-Graduação em Educação

Mestrado em Educação

Vítor Hugo Terra

**O PROCESSO DE INTERNACIONALIZAÇÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS
BRASILEIRAS E O CASO DA UFJF**

Juiz de Fora

2017

VÍTOR HUGO TERRA

**O PROCESSO DE INTERNACIONALIZAÇÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS
BRASILEIRAS E O CASO DA UFJF**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, área de concentração: Educação Brasileira, Gestão e Práticas Pedagógicas, da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito para obtenção do grau de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Daniel Cavalcanti de Albuquerque Lemos

JUIZ DE FORA

2017

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Terra, Vítor Hugo.

O PROCESSO DE INTERNACIONALIZAÇÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS E O CASO DA UFJF / Vítor Hugo Terra. -- 2017.

103 p.


Orientador: Daniel Cavalcanti de Albuquerque Lemos
Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, 2017.

1. Internacionalização do Ensino Superior. 2. Imperialismo. 3. Crises da Universidade Pública. 4. Neoliberalismo. I. Lemos, Daniel Cavalcanti de Albuquerque, orient. II. Título.

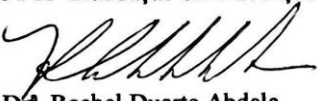
VÍTOR HUGO TERRA

**O PROCESSO DE INTERNACIONALIZAÇÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS
BRASILEIRAS E O CASO DA UFJF**

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora, pela seguinte banca examinadora:


Dr. Daniel Cavalcanti de Albuquerque Lemos
Programa de Pós-Graduação em Educação – UFJF


Dr. Dilenio Dustan Lucas de Souza
Programa de Pós-Graduação em Educação – UFJF


Dr. Rachel Duarte Abdala
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Humano - UNITAU

Juiz de Fora, 18 de AGOSTO de 2017.

Aos meus queridos filhos, Vítor, Brenda e Bryan.
À minha amada esposa, Natália, e aos meus
queridos enteados, Rayan e Maria Clara.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me permitir realizar essa empreitada em perfeita saúde física e mental.

Aos meus pais, que colocaram minha educação em primeiro lugar.

À minha esposa, Natália, compreensiva e amável, que - por cima de meu ombro - viu essa dissertação ser escrita.

Aos meus filhos e enteados, por entenderem, com carinho, os objetivos de minha tarefa.

Ao meu orientador, Prof. Daniel Cavalcanti, por suas grandes contribuições, por sua abordagem amigável e pelo seu apoio.

“Com efeito, cada nova classe que toma o lugar daquela que dominava antes dela é obrigada a representar o seu interesse como sendo o interesse comum de todos os membros da sociedade ou, para exprimir as coisas no plano das ideias: essa classe é obrigada a dar aos seus pensamentos a forma de universalidade e representá-la como sendo únicos e razoáveis, os únicos universalmente válidos.”

(Karl Marx)

RESUMO

Este estudo tem como objetivo verificar os fatores motivadores e as consequências da internacionalização das Instituições de Ensino Superior no contexto mundial e no Brasil, tendo em vista as relações entre países centrais e países de periferia e semiperiferia. Em segundo lugar, buscou-se analisar o processo de internacionalização na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), onde o setor de relações internacionais gerencia seu próprio programa de mobilidade internacional, o PII-GRAD, além de programas do governo brasileiro, como o Programa Estudante-Convênio de Graduação (PEC-G), o Ciência sem Fronteiras (CsF) e o Idioma sem Fronteiras (IsF). Para a análise destes programas, este estudo se valeu da perspectiva do materialismo histórico-dialético, conforme exposto por Marx e Engels e sistematizado por Karel Kosik, situando as universidades públicas brasileiras em um contexto mais amplo, das crises das universidades mundiais, e relacionando-as não apenas às necessidades do mercado, mas às práticas neoliberais, aos ditames do capital financeiro e à própria manutenção do imperialismo. Como resultado, valendo-se do exemplo da UFJF, expomos como um programa próprio de internacionalização pode ser usado para se contrapor ao processo de internacionalização conduzido por organizações internacionais, como o Banco Mundial, e por instituições dos países centrais.

Palavras-chave: Internacionalização das universidades públicas. Internacionalização e imperialismo. Crises das universidades.

ABSTRACT

This study aims to verify the motivating factors and consequences of the internationalization of Higher Education Institutions in the world context and in Brazil, considering the relations between central countries and countries of periphery and semiperiphery. Secondly, we sought to analyze the internationalization process at the Federal University of Juiz de Fora (UFJF), where the international relations department manages its own international mobility program, PII-GRAD, as well as Brazilian government programs, such as the Exchange Program for Undergraduate Students (PEC-G), the Science without Borders (CsF) and the Language without Borders (IsF). For the analysis of these programs, this study draw upon the perspective of the historical and dialectical materialism, as explained by Marx and Engels and systematized by Karel Kosik, placing Brazilian public universities in a broader context, in the crises of world universities framework, and relating them not only to the needs of the market, but to neoliberal practices, to the dictates of financial capital, and to the very maintenance of imperialism. As a result, using the example of the UFJF, we show how an own internationalization program can be used to counteract the process of internationalization conducted by international organizations, such as the World Bank, and institutions of the central countries.

Keywords: Internationalization of public universities. Internationalization and imperialism. Crises of the universities.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 - Educação superior: principais tomadores de empréstimos (1990-2000)	45
Figura 02 - Instituições de Ensino Superior no Brasil de 2000 a 2014.....	45
Figura 03 - Evolução do número de acordos de cooperação bilaterais da UFJF.....	51
Figura 04 - Selecionados para o PEC-G: África – 2000 a 2017.....	53
Figura 05 - Selecionados para PEC-G: América Latina e Caribe – 2000 a 2017.....	54
Figura 06 - Selecionados para PEC-G: Ásia – 2000 a 2017.....	54
Figura 07 - Número de estudantes PEC-G na UFJF no período de 2007 a 2015	55
Figura 08 - Número de bolsas Promisaeas implementadas pela UFJF.....	56
Quadro 01 - Áreas contempladas no CsF.....	58
Figura 09 - Bolsistas do CsF pelo mundo no <i>Google Maps</i>	59
Figura 10 – País de destino do bolsista – CsF	59
Figura 11 - Distribuição de bolsas implementadas por área prioritária – CsF	60
Figura 12 - Distribuição de Bolsas implementadas por Modalidade – CsF.....	61
Figura 13 - Quantitativo de bolsas de graduação por região – CsF.....	61
Figura 14 - Quantitativo de bolsas de pós-graduação por região – CsF	62
Figura 15 - Bolsas Implementadas por Estado – CsF	62
Figura 16 - Distribuição de bolsas implementadas em Minas Gerais – CsF.....	63
Figura 17 - Distribuição de bolsas implementadas por área prioritária na UFJF - CsF..	64
Figura 18 - Número de vagas, inscrições e testes TOEFL ITP corrigidos de 2013 a 2016 pelo Programa IsF	66
Figura 19 - Nível de proficiência atingido pelos alunos participantes do Programa IsF no TOEFL/ITP.....	67
Figura 20 - Testagem do TOEFL ITP pelo IsF-UFJF, 2014-2015	68
Figura 21 – PII-GRAD: Relação Destino de Intercâmbio x Vagas	69
Figura 22 - Número de bolsas concedidas no PII-GRAD	72
Quadro 02 - Programas de internacionalização da DRI/UFJF	74

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Número total de acordos internacionais da UFJF por países em dezembro de 2015.....	51
Tabela 02 - Modalidades e quantitativo de bolsas	57
Tabela 03 - Número de estudantes da UFJF enviados ao exterior pelo PII-GRAD (2014-2016).....	70
Tabela 04 - Quantitativo de estudantes enviados por curso pelo PII-GRAD (2014-2016).....	70
Tabela 05 - Relação entre destino e valor da bolsa PII-GRAD	73

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ANP	Agência Nacional do Petróleo
ABDIB	Associação Brasileira de Infraestrutura e Indústrias de Base
B.I.	Bacharelado Interdisciplinar
BNDES	Banco de Desenvolvimento Econômico e Social
BRAFITEC	<i>Brasil France Ingénieur Tecnologia</i>
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior
CAPES	Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Ciência e a Cultura
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNT	Confederação Nacional de Transporte
CsF	Ciência sem Fronteiras
DAI	Divisão de Atos Internacionais
DCT	Divisão de Temas Educacionais
ETS	<i>Educational Testing Service</i>
EUA	Estados Unidos da América
EMBRAER	Empresa Brasileira de Aeronáutica
FAPEMIG	Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais
FALE	Faculdade de Letras
FMI	Fundo Monetário Internacional
GATS	Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços, do inglês <i>General Agreement on Trade and Services</i>

GATT	Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio, do inglês <i>General Agreement on Trade and Tariffs</i>
ICE	Instituto de Ciências Exatas
ICHL	Instituto de Ciências Humanas e Letras
IES	Instituições de Ensino Superior
IsF	Idiomas sem Fronteiras
ITP	<i>Institutional Testing Program</i>
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MCTI	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação do Brasil
MEO	<i>My English Online</i> (curso)
MEC	Ministério da Educação
MRE	Ministério das Relações Exteriores
OMC	Organização Mundial do Comércio
PEC-G	Programa Estudante Convênio de Graduação
PEC-PG	Programa Estudante Convênio de Pós-Graduação
PLI	Programa Licenciaturas Internacionais
PROACAD	Pró-reitoria de Assuntos Acadêmicos
PROUNI	Programa Universidade para Todos
QCRE	Quadro Comum de Referência Europeu
SESu	Secretaria do Ensino Superior
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SIGA	Sistema Integrado de Gestão Acadêmica
TOEFL	<i>Test of English as a Foreign Language</i>
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora

UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a
UNESP	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	O DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO E A INTERNACIONALIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR	21
	2.1 O processo de internacionalização à primeira vista	21
	2.2 Globalização, mundialização e internacionalização	23
3	DA FORMAÇÃO DE MONOPÓLIOS À SITUAÇÃO ATUAL DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS	26
	3.1 A formação de monopólios	26
	3.2 Imperialismo e neoliberalismo	30
	3.3 As crises das universidades públicas	33
	3.4 O desenvolvimento do Ensino Superior brasileiro	39
	3.5 Mercantilização, transnacionalização e internacionalização do Ensino Superior brasileiro	46
4	O PROCESSO DE INTERNACIONALIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA	48
	4.1 Relações Internacionais na UFJF	49
	4.2 Principais Programas gerenciados pela Diretoria de Relações Internacionais da UFJF	52
	4.2.1 Programa Estudante-convênio	52
	4.2.2 Ciência sem Fronteiras	57
	4.2.3 Idioma sem Fronteiras	65
	4.2.4 PII-GRAD	69
	4.3 Análise do processo de internacionalização da UFJF	74
5	CONCLUSÕES	78
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	80
	ANEXO A	85
	ANEXO B	95

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos cinco anos, um programa chamado *Ciência sem Fronteiras*¹, lançado pelo governo federal, fez mais do que suscitar críticas positivas ou negativas sobre mobilidade acadêmica internacional: o programa pôs definitivamente o tema da internacionalização na pauta das políticas públicas para a educação superior brasileira. O processo de internacionalização, na sua forma atual, contudo, é muito anterior ao próprio programa e, mesmo antes dele, na década de 90 já se fazia presente nas discussões em que se debatia sua importância para o ensino superior e como poderia impactar nas áreas da ciência, da cultura e da economia.

Uma vez que tal processo tem sido levado a cabo, uma análise crítica do fenômeno da internacionalização no âmbito das universidades públicas brasileiras faz-se importante e urgente a fim de identificar os fatores que levam à sua implementação e os possíveis resultados dele decorrentes.

Assim, tendo em vista a importância do tema, essa pesquisa teve como objeto o processo de internacionalização das Instituições de Ensino Superior (IES) públicas brasileiras. A opção pelo objeto desta pesquisa ocorreu pelos seguintes motivos: primeiramente por, em minha vida profissional, no cargo de secretário executivo, ter atuado em uma assessoria de relações internacionais de uma instituição pública federal na função de coordenador de acordos internacionais e de mobilidade internacional e, em meio às atividades diárias, observar - de modo empírico - a proximidade entre o processo de internacionalização e as demandas impostas pela configuração atual da divisão do trabalho em nível mundial. Em segundo lugar, pelo interesse em se fazer um levantamento dos fatores intrínsecos ao processo de internacionalização nas universidades públicas brasileiras sob a ótica do materialismo histórico-dialético, levando-se em consideração a análise das origens e os desdobramentos dos processos de internacionalização oriundos de:

1) projetos próprios das Instituições de Educação Superior (IES), que ocorrem por meio de acordos de cooperação acadêmica e adesão a grupos ou redes internacionais) e

¹ O programa *Ciência sem Fronteiras* foi criado em 26 de julho de 2011 pelo governo federal brasileiro para incentivar a mobilidade acadêmica internacional, com o oferecimento de bolsas e fomento a projetos científicos em universidades de excelência em outros países.

2) de projetos exteriores às IES, como no caso do Programa Ciência sem Fronteiras (CsF), do Governo Federal, recentemente encerrado pelo menos para o nível de graduação.

O tema proposto para esta pesquisa foi escolhido a fim de contribuir com a reflexão sobre o processo de internacionalização nas universidades públicas brasileiras, contextualizando o caso da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) no cenário nacional e internacional. Ao longo do desenvolvimento deste texto, foi abordada a questão do tratamento da Educação Superior em relação às orientações de organismos internacionais considerando, inicialmente, suas implicações na conjuntura internacional e, posteriormente, no Brasil.

Desta forma, a questão central proposta nesta pesquisa foi:

Tendo em vista que a internacionalização das IES públicas brasileiras vem ocorrendo a partir de projetos oriundos das próprias universidades e de projetos incentivados por órgãos exteriores a elas, quais são as motivações, diferenças, os desdobramentos positivos e negativos e as potencialidades destes dois tipos de internacionalização?

Esta questão se relaciona diretamente com a linha de pesquisa mencionada, pois é justamente nos campos de Gestão, Políticas Públicas e Avaliação Educacional onde a internacionalização tem sido apresentada como uma contribuição estratégica e como ampliadora de possibilidades de projeção nacional e internacional.

No que se refere à metodologia utilizada, o presente estudo se propôs a investigar o fenômeno da internacionalização do Ensino Superior público brasileiro com o enfoque da análise documental submetida à ótica do materialismo histórico-dialético.

Essa análise se valeu tanto de revisões bibliográficas quanto de pesquisa documental e grande parte dela foi extraída, organizada e interpretada segundo o tratamento metodológico de documentos destacados por Pimentel (2001, p.179-195). Assim, do ponto de vista do tratamento da documentação, optou-se neste trabalho pela realização da pesquisa documental como método para a organização, compreensão e produção do conhecimento científico acerca de determinados recortes da realidade sócio-educacional.

No âmbito da abordagem qualitativa, diversos métodos são utilizados de forma a se aproximar da realidade social, sendo o método da pesquisa documental aquele que busca compreendê-la de forma indireta por meio da análise dos inúmeros tipos de documentos produzidos pelo homem. (PIMENTEL, 2001, p. 179)

Pimentel (2001) destaca o tratamento metodológico de documentos chamando primeiramente a atenção para o fato de que são neles que são encontradas as categorias de análise. Assim, segundo a autora, o primeiro passo a realizar seria encontrar esses documentos, que deveriam receber um tratamento que, orientado pelo problema proposto pela pesquisa, estabelecesse a "montagem das peças", como num quebra-cabeça. No caso do objeto desta pesquisa, foi realizada inicialmente uma revisão da literatura sobre o tema de maneira mais ampla, até que se pudesse delimitá-lo no processo de internacionalização das IES públicas brasileiras e a partir daí articular as categorias de análise.

Numa primeira etapa, o objetivo foi encontrar fontes e, nelas, os documentos necessários para a pesquisa. Não havia, inicialmente, preocupação com análise propriamente dita, que seria o núcleo do trabalho seguinte, com a organização do material. Nessa etapa, foi realizada a obtenção de informações sobre a internacionalização contidas em publicações diversas e de fácil acesso, inclusive com disponibilidade *on-line*, ainda que não fossem necessariamente de cunho acadêmico. Constatou-se uma quantidade considerável de material de conteúdo instrutivo para a implementação do processo de internacionalização, descrevendo estratégias de internacionalização, nas formas de manuais ou artigos, principalmente em língua inglesa, produzida por associações, grupos e organizações internacionais, muitos dos quais situados na América do Norte e na Europa, com destaque para trabalhos divulgados pelo Banco Mundial com contribuições de autores como a professora Jane Knight, do Instituto de Estudos em Educação da Universidade de Ontário, no Canadá e do professor Hans de Wit, diretor do Centro de Educação Superior internacional do *Boston College*, nos EUA.

Embora grande parte destes trabalhos apresentasse uma importante análise do fenômeno da internacionalização, não foram encontradas neles, de modo explícito, as bases materiais que tem conduzido o processo de internacionalização do ensino superior, nem o papel deste processo na divisão atual do trabalho sob a perspectiva materialista.

Foram consultadas dissertações e teses produzidas recentemente no Brasil sobre o tema da internacionalização do Ensino Superior. Entre os trabalhos consultados, vale destacar, primeiramente, a tese de doutorado de Sonia Pereira Laus (2012) em que é realizado um estudo de caso tomando como referência a Universidade Federal de Santa Catarina. Outros trabalhos importantes consultados também tiveram como objeto instituições do sul do Brasil: a dissertação produzida por Cristiana Verônica Mueller (2013) apresentou também um estudo de caso do processo de internacionalização, desta vez, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Seguindo a mesma linha metodológica, o trabalho de Rosemeri Nunes Feijó (2013) se

voltou para o estudo de caso dos alunos estrangeiros do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRGS. Outro trabalho que vale destacar é a dissertação de Paulo Henrique de Almeida (2017) sobre o compartilhamento de conhecimento entre pesquisadores nacionais e internacionais do Programa Ciência sem Fronteiras.

Por outro lado, relatórios de gestão que cobriam o período de 2006 a 2015, produzidos pela Diretoria de Relações Internacionais da Universidade Federal de Juiz de Fora, serviram para se verificar como o processo de internacionalização do Ensino Superior se deu na prática no âmbito de uma universidade pública federal da região sudeste nestes últimos anos, além de fornecer uma série de dados relevantes para esta pesquisa. O acesso a esses documentos foi de fácil acesso, estando inclusive disponíveis no site da instituição.

Com relação ao programa Ciência sem Fronteiras, o Governo Federal, por meio do MEC, MCTI, CNPq e CAPES, disponibilizou um grande volume de dados estatísticos sobre o programa no *Painel de Controle do Ciência sem Fronteiras*, no Portal CSF, na internet, com informações atualizadas até janeiro de 2016.

Se o método exposto por Pimentel (2016) foi importante para a delimitação do objeto e para a identificação das categorias de análise, para a mediação entre estas categorias fez-se necessária a utilização de outro método. Assim, o conteúdo dos documentos foi submetido à perspectiva do método do materialismo histórico-dialético, conforme traçado nas obras de Marx e Engels, e sistematizado por Kosik (1976). O motivo desta escolha metodológica residiu no fato de que ela poderia nos ajudar a compreender de maneira crítica o fenômeno da internacionalização articulado com os desdobramentos do capital e, a partir desta compreensão, buscar uma forma alternativa de gestão deste processo nas instituições de ensino superior públicas.

O ponto inicial da análise do processo de internacionalização nas instituições de Ensino Superior públicas coincide, nesta pesquisa, com as reflexões sobre a explicação materialista da história que Marx e Engels expõem no seguinte questionamento: “o que são toda a organização interna dos povos e todas as suas relações internacionais senão a expressão de uma determinada divisão do trabalho? E será que elas não têm de se modificar com a modificação da divisão do trabalho?” (FERNADES, 1984, p. 434)

Assim, para fins metodológicos, foi consultada a obra “A Ideologia Alemã”, trabalho conjunto de Marx e Engels (1983), em que a crítica dos autores alemães é voltada aos jovens

hegelianos, mais especificamente a Feuerbach, a Bauer e a Stirner, às suas abstrações teóricas e ao método especulativo que não consideravam a realidade material. Optamos por seguir o pensamento marxiano que se afasta do idealismo hegeliano a medida que afirma que a apreensão do objeto, da realidade, do mundo sensível deve se dar como atividade humana sensível, enquanto práxis e não de maneira subjetiva. (MARX; ENGELS, 2001 p. 99)

À concepção de história de Hegel, em que o homem não é o sujeito que determina as condições sociais e materiais, mas sim por um espírito abstrato, Marx contrapôs a ideia de que a história é feita por indivíduos reais, cuja atuação e condições materiais determinam sua forma de vida. Considerando que os homens são responsáveis por produzir seus meios de subsistência, são também responsáveis por produzir sua vida material:

É aí que termina a especulação, é na vida real que começa, portanto, a ciência real, positiva, a análise da atividade prática, do processo, do desenvolvimento prático dos homens (...). Com o conhecimento da realidade, a filosofia não tem mais um meio para existir de maneira autônoma. Em seu lugar, poder-se-á no máximo colocar uma síntese dos resultados mais gerais que é possível abstrair do estudo do desenvolvimento histórico dos homens. Essas abstrações, tomadas em si mesmas, desvinculadas da história real, não têm absolutamente nenhum valor. Podem quando muito servir para a classificação mais fácil da matéria histórica, para indicar a sucessão de suas estratificações particulares. Mas não dão, de modo algum, como a filosofia, uma receita, um esquema segundo o qual se possam ordenar as épocas históricas. (MARX; ENGELS, 2001, p. 20-21)

No Prefácio da *Contribuição à Crítica da Economia Política*, Marx (1983) amplia sua concepção histórica, que também se configurou como um subsídio relevante nesta pesquisa para compreender o fenômeno da internacionalização do Ensino Superior. Para o autor alemão, os homens contraem determinadas relações necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção que correspondem a uma determinada fase de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. Valendo-se desta concepção materialista da história, buscou-se ao longo deste trabalho identificar o conjunto de relações de produção que forma a estrutura econômica atual da sociedade, a base real sobre a qual se levanta a superestrutura de onde a ideia de internacionalização do Ensino Superior é apenas uma fração. Buscou-se, ainda, no modo de produção da vida material atual o que tem impulsionado as atuais relações de cooperação entre instituições de ensino superior de partes distintas do globo – mais ainda: procurou-se neste trabalho compreender como, na atual fase do capitalismo, a educação superior envolvida no processo de internacionalização não se choca com as relações de produção existentes.

Ao optar por essa perspectiva, concordamos com Engels, que afirma que “o materialismo moderno vê na história o processo de desenvolvimento da humanidade, cujas leis de movimento é sua tarefa descobrir.” (FERNANDES, 1984, p. 406)

A compreensão do período histórico relacionado ao atual processo de internacionalização do Ensino Superior, assim como para o entendimento da dinâmica capitalista em suas diversas fases, este trabalho contou com subsídios da produção do historiador Eric Hobsbawn (1995, 2007), principalmente as obras *Era dos Extremos: o breve século XX* e *Globalização, democracia e terrorismo*.

No que se refere ao entendimento da formação dos monopólios, foi de grande valia um texto clássico produzido por Vladimir Lênin, conhecido como *O imperialismo, fase superior do capitalismo*, que influenciou a *teoria do sistema-mundo* do sociólogo estadunidense Immanuel Wallerstein, que enfatiza os sistemas de divisão do trabalho mundial e em que divide o mundo em países centrais, países de semiperiferia e países da periferia.

Para o entendimento das crises relacionadas às universidades públicas, este trabalho também dialogou com outros campos teóricos. Assim, valemo-nos das contribuições do professor português Boaventura de Souza Santos (2008) que, embora não se enquadre necessariamente na perspectiva marxista, identifica com exatidão os três tipos de crises que permitem que a prática neoliberal ocorra com facilidade nas IES públicas mundiais.

No que diz respeito ao desenvolvimento do Ensino Superior brasileiro, foi consultada a legislação pertinente ao tema como o Estatuto das Universidades Brasileiras (Decreto nº 19.851, publicado em 11 de abril de 1931), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (Lei nº 4.024, promulgada em 20 de dezembro de 1961), a Lei da Reforma Universitária (Lei nº 5540 de 28 de novembro de 1968), a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases (Lei nº 9394, aprovada em 20 de dezembro de 1996)².

A fim de identificar as influências de organizações internacionais no desenvolvimento do ensino superior brasileiro e de seu processo de internacionalização, foram consultadas fontes advindas da Organização Mundial do Comércio, como o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT) de 1947, o Acordo Geral sobre Comércio de Serviços (GATS) de 1994 além de

² Para um aprofundamento sobre o tema das reformas, contrarreformas e ajuste estrutural no Ensino Superior brasileiro, bem como sobre a influência do processo de Globalização na Educação, sugerimos a leitura das edições da *Revista Universidade e Sociedade*, publicadas pelo Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES-SN, que tratam largamente sobre esses assuntos, principalmente no contexto atual.

documentos produzidos pelo Banco Mundial sobre políticas de implementação do Ensino Superior e sobre o processo de internacionalização nas IES.

Em parte desta pesquisa, debruçamo-nos sobre o processo de internacionalização da UFJF. Este estudo de caso foi realizado a título de se verificar como o processo ocorre dentro de uma IES pública. Contudo, optou-se pelo método do materialismo-histórico no conjunto da pesquisa, considerando a importância das partes na mediação com o todo (KOSIK, 1976). Desta forma, em termos metodológicos, foi isolado, para análise, o conjunto de programas gerenciados pelo setor de relações internacionais da UFJF relacionados com o processo de internacionalização da instituição para, posteriormente, reuni-los em um todo compreensível.

Com a definição por este método de investigação, buscou-se atender aos seguintes objetivos da pesquisa:

- 1) Verificar os fatores motivadores da internacionalização das Instituições de Ensino Superior (IES) no contexto mundial;
- 2) Analisar a possibilidade de a internacionalização das IES atender a uma divisão do trabalho atualmente estabelecida em termos globais e à manutenção das relações entre centro e periferia no eixo Norte-Sul;
- 3) Identificar como o processo de internacionalização das IES públicas brasileiras se situa em relação ao mesmo processo das IES privadas e estrangeiras;
- 4) Contextualizar a internacionalização da UFJF no cenário nacional e mundial, conferindo as perspectivas deste processo para os próximos anos, e apresentar propostas em conformidade com os estudos realizados sobre o tema neste trabalho.
- 5) Identificar os processos distintos de internacionalização existentes nas IES públicas brasileiras, e – considerando a relevância de se sobrepor à práxis utilitária - lançar uma proposta de atuação.

Desta forma, no segundo capítulo desta dissertação, apresentamos como o processo de internacionalização do Ensino Superior se apresenta à primeira vista, para em seguida verificarmos sua relação com o processo de globalização. Neste capítulo contamos com as contribuições de Chesnais (1996), Almendra (1998) e Morosini (2006) para desambiguação dos termos *globalização*, *mundialização* e *internacionalização*.

No terceiro capítulo, analisamos as origens da atual predominância do capital financeiro e das políticas neoliberais na fase de desenvolvimento do capital monopolista que foi impulsionado pelos grandes bancos do início do século XX. Analisamos ainda anuência do Estado para a interferência do setor privado na educação superior, submetendo as IES públicas, inclusive as brasileiras, à lógica do mercado.

Por fim, analisamos o processo de internacionalização da UFJF, com foco na gestão de seus principais programas de mobilidade: os Programas Estudante-convênio, o programa CsF, o programa IsF e o programa PII-GRAD. Ao final deste trabalho, com o propósito de que o processo de internacionalização do Ensino Superior não se confunda com subordinação à política internacional, apresenta-se uma proposta de internacionalização que leva em consideração o contexto histórico, político e social em que este processo ocorre, de modo que ele se sobreponha às atuais políticas imperialistas e aos ditames do neoliberalismo sedento de lucro.

2 O DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO E A INTERNACIONALIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR

Sabemos, a partir da obra *Dialética do Concreto*, de Karel Kosik (1976), que a dialética trata da coisa em si, do concreto. Porém, a coisa em si não se manifesta imediatamente aos homens e, para chegar à sua compreensão, é necessário fazer não apenas certo esforço, mas um aprofundamento no trato prático-utilitário com as coisas.

Desta forma, neste capítulo, partimos do aspecto fenomênico referente ao processo de internacionalização do Ensino Superior, da forma como ele se insere no mundo da pseudoconcreticidade, ou seja, do mundo dos fenômenos externos, que se desenvolvem à superfície dos processos realmente essenciais, para em seguida realizarmos o aprofundamento que nos permitiu a compreensão da coisa, isto é, atingir a essência por trás do fenômeno.

2.1 O processo de internacionalização à primeira vista

Segundo Kosik (1976), o pensamento não possui a capacidade de abarcar corretamente o concreto de forma imediata. Se assim tomarmos, por exemplo, o conceito de *internacionalização da Educação Superior*, ele não passa de uma abstração que pouco esclarece sobre a própria realidade por não corresponder a complexidade do real. Como esse conceito não consegue romper com uma representação caótica do todo, é necessário passar à análise até atingir os conceitos mais simples. Feita a análise, é preciso reconstruir o objeto e refazer o caminho inversamente: dos conceitos mais simples àquele que foi o ponto de partida, superando a representação caótica do todo, em uma rica totalidade de determinações.

O processo de internacionalização da Educação Superior é apresentado de forma imperativa principalmente nas últimas três décadas: internacionalizar é preciso! Inúmeros eventos³, grandes e pequenos, vêm ocorrendo anualmente começando por essa palavra de ordem que é posta diante de gestores, professores, pesquisadores e para o restante da comunidade da acadêmica. São divulgados inúmeros *rankings*⁴ mundiais para elencar as melhores universidades, que coincidentemente são aquelas mais “internacionalizadas”. Nesses

³ Destacam-se os eventos anuais promovidos pela *Association of International Educators* (NAFSA), pela *European Association for International Education* (EAIE) e, no Brasil, pela Associação Brasileira de Educação Internacional (Faubai).

⁴ Sobre *rankings*, Cf. BERNARDINO, P.; MARQUES, R. C. Academic rankings: an approach to rank Portuguese universities. **Ensaio**: aval.pol.públ.Educ., Rio de Janeiro, v. 18, n. 66, p. 29-48, Mar. 2010.

mesmos eventos voltados à internacionalização do Ensino Superior, é fácil encontrar diretrizes e procedimentos prontos para serem postos em prática. O discurso é: não há tempo a perder, afinal, quem não quiser ficar “para trás”, precisa se internacionalizar. O mundo tem mudado: as potencialidades dos meios de comunicação e dos recursos tecnológicos são enormes, a própria velocidade da informação mudou e não há mais fronteiras nem barreiras para o conhecimento humano.

Eventos importantes se espalham pelo mundo inteiro tratando do tema. Os ditos mais importantes ocorrem periodicamente em países da América do Norte e da Europa, quase sempre com o mesmo formato e conteúdo. Discutem-se estratégias de internacionalização, apresentam-se programas, buscam-se soluções práticas para solucionar problemas que vão desde a forma de se converter os créditos de uma determinada disciplina até questões de políticas públicas nacionais que colaborem com uma maior liberdade para as diversas cooperações.

Chesnais (1996), ao tratar do processo de *mundialização*, alertou para a questão semântica presentes nestes discursos: adaptar-se, modernizar-se, cooperar. A conotação destes termos leva ao entendimento de que a internacionalização do Ensino Superior é imperativa, urgente e deva ocorrer a todo vapor.

Baseado nisso, gestores lotam os auditórios desses eventos, firmam acordos e mais acordos de cooperação e se comprometem a por em prática os mais variados programas de internacionalização. O efeito imediato de não seguir essa forte corrente para se tornar uma instituição internacional pode ser o comprometimento da própria imagem: uma universidade ou faculdade que não se internacionalize estará fora de seu próprio tempo, atrasada.

No entanto, questões importantes são raramente apresentadas: de onde vêm essas diretrizes? Para que internacionalizar? Ou melhor: o que é internacionalizar? E mais: se a internacionalização é um imperativo, todas as instituições de ensino superior têm que se submeter às mesmas diretrizes?

Para buscar respostas a essas indagações, fizemos aqui um recorte no nosso objeto de estudo: nesse “todo caótico”, focalizamos a questão do processo de internacionalização das universidades públicas brasileiras. Esse recorte ocorreu a partir do pressuposto de que essas instituições de Ensino Superior apresentam peculiaridades com relação ao dito processo de internacionalização e que podem servir de embasamento para o questionamento do processo como um todo. No entanto, antes de tratar dessa questão, fez-se necessário identificar as bases

materiais deste processo de internacionalização para então situar a universidade pública brasileira neste contexto.

2.2 Globalização, mundialização e internacionalização

Ao analisar a relação entre globalização e internacionalização de educação superior, Morosini (2006, p. 109) observa que a produção científica sobre Educação Superior vem apresentando tendências a relacionar *globalização* e *educação*. Um dos questionamentos a que essa constatação conduz é sobre o fato de a internacionalização da Educação Superior ser um fator de consolidação da globalização. Assim, não é possível tratar do processo de internacionalização do Ensino Superior sem levar em consideração as transformações econômicas, políticas e sociais que vêm ocorrendo principalmente nos últimos séculos e, em especial, no século XX.

Almendra (1998, p.133) observa que o termo *globalização* difundiu-se inicialmente no campo da cultura e da comunicação, na década 60, com as teorias de Marshall McLuhan sobre *Aldeia Global* fundamentadas na inexistência de uma ideologia dominante e numa suposta neutralidade dos meios de comunicação de massa, sendo ignorado por completo o processo de industrialização cultural que caminhava, desde o início do século XX, ao lado do consumismo e do *American way of life*. Apenas posteriormente o termo passou à análise econômica e social. Nos anos 80, o termo se difundiu nos campos da administração e da economia, popularizado nas obras e artigos de hábeis consultores de estratégia e marketing como o japonês K. Ohmae e o norte-americano M. E. Porter e tomou força no início da década de 90, sob a influência do FMI e do Banco Mundial.

Um dos questionamentos à utilização do termo *globalização* parte de François Chesnais (1996), que lhe contrapôs o termo *mundialização*, que encerrara a ideia de que com a mundialização deveria haver instituições políticas mundiais a fim de controlar seu movimento – ideia esta não vista como vantajosa pelas classes dominantes. Essa preocupação surge por ele entender que é próprio da lógica do capital e do interesse burguês a busca do mercado mundial e da constante modernização dos instrumentos de produção.

O professor francês chama a atenção para os termos vagos e ambíguos que são empregados para se referir ao fenômeno da globalização. Um desses termos é o verbo "adaptar-se" que é posto como uma palavra de ordem com um complemento indefinido: adaptar-se a

quê? Às estratégias privadas das multinacionais? Às imposições dos mercados financeiros? Para Chesnais, a globalização é a expressão das "forças do mercado" e as novas tecnologias funcionam como fator de intensificação desse processo.

Como consequências da atuação destas "forças do mercado", Chesnais cita o exemplo da crise mexicana que, em meados da década de noventa, ao "se adaptar" às regras do jogo dos mercados financeiros, teve a população submetida a altas taxas de desemprego, inflação e desvalorização de renda – e que, para a qual, a solução dos "especialistas" de Washington era que os mexicanos deveriam se submeter ainda mais à severa tutela do FMI. O professor afirma: "O movimento da mundialização é *excludente*. (...) está em curso um nítido movimento tendente à marginalização dos países em desenvolvimento." (CHESNAIS, 1996 p.33).

Assim, a mundialização seria o resultado de *dois* movimentos conjuntos, estreitamente interligados, mas *distintos*. O primeiro pode ser caracterizado como a mais longa fase de acumulação ininterrupta do capital que o capitalismo conheceu desde 1914. O segundo diz respeito às políticas de liberalização, de privatização, de desregulamentação e de desmantelamento de conquistas sociais e democráticas, que foram aplicadas desde o início da década de 1980, sob o impulso dos governos Thatcher e Reagan.

Sobre o conceito de internacionalização universitária, Morosini (2006) observa que muitos documentos versam sobre as concepções teóricas de internacionalização variando entre aqueles que se detêm na relação universidade e conhecimento e aqueles que buscam definir pontos focais como globalização, internacionalização, transnacionalização, entre outros.

O conceito de *internacionalização* é tratado por Bartell (2003) como trocas internacionais relacionadas à educação, embora possa ter um sentido mais amplo. *Globalização*, por sua vez, é definida como uma fase avançada em que a evolução das organizações as leva para além de suas origens domésticas, em um processo que envolve a internacionalização. Neste caso, a internacionalização do Ensino Superior se daria pela presença de estrangeiros e intercambistas num determinado campus, do número e da amplitude de concessões de pesquisa internacional, de projetos de pesquisa oriundos da cooperação internacional, do grau de imersão internacional no currículo entre outros fatores:

The reality, then, is that internationalization conveys a variety of understandings, interpretations and applications, anywhere from a minimalist, instrumental and static view, such as securing external funding for study abroad programs, through international exchange of students, conducting research internationally, to a view

of internationalization as a complex, all encompassing and policy-driven process, integral to and permeating the life, culture, curriculum and instruction as well as research activities of the university and its members.⁵ (BARTELL. 2003, p. 46)

Para Marginson e Rhoades (2002, p. 288), o termo *globalização* se confunde com internacionalização do Ensino Superior. Segundo os autores, as influências internacionais na Educação Superior existem desde suas origens. O fluxo de estudantes e professores através das fronteiras nacionais ocorria desde o surgimento das primeiras universidades na Europa Continental e no mundo árabe. Do mesmo modo, a influência transnacional de certas instituições e modelos de Educação Superior dominantes seria uma chave para o entendimento dos sistemas de Educação Superior nacionais. Nesta perspectiva, a Igreja Católica seria um exemplo de influência global na Educação Superior, assim como também seriam as influências britânica e francesa nas colônias e o modelo napoleônico nos países hispano-americanos. Daí os autores concluem que *globalização*, por eles tratada como sinônimo de *internacionalização*, não se trata de um fenômeno novo.

O pesquisador e professor americano Philip G. Altbach (2002) tem produzido um vasto material em que analisa o tratamento da Educação Superior como *commodity*. Ele identifica as corporações multinacionais, os conglomerados da mídia e até as grandes universidades como os novos colonialistas, que buscam domínio global mais por interesses comerciais do que por questões políticas e ideológicas. Assim, o processo de internacionalização estaria a serviço do lucro e respondendo às necessidades do mercado.

Morosini (2006, p. 118) observa que a internacionalização da educação superior é um conceito complexo e que vários artigos vêm sendo publicados sobre o tema - porém, com o diferencial de que agora o processo é dado como certo no Ensino Superior, de modo que se passa a discutir diretamente os efeitos da globalização sobre a instituição universitária.

⁵ “A realidade, então, é que a internacionalização transmite uma variedade de compreensões, interpretações e aplicações, desde uma visão minimalista, instrumental e estática, como a obtenção de financiamento externo seguro para programas de estudo no exterior, por meio de intercâmbio internacional de estudantes, de realização de pesquisas internacionais, até uma visão de internacionalização como um processo complexo, abrangente e orientado politicamente, integrando e permeando a vida, a cultura, o currículo e o ensino, bem como as atividades de pesquisa da universidade e seus membros”. (tradução nossa)

3 DA FORMAÇÃO DE MONOPÓLIOS À SITUAÇÃO ATUAL DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS

Levando em consideração o alerta dado por Morosini (2006, p.118) sobre o fato de as mais recentes produções relacionadas à internacionalização do Ensino Superior discutirem o assunto de maneira menos ampla, isto é, discutirem diretamente os efeitos da globalização sobre a instituição universitária, optou-se, nesta dissertação, primeiramente, por identificar as origens deste processo no desenvolvimento do capitalismo, desde o período da implantação do imperialismo monopolista até as atuais práticas neoliberais. Em seguida, buscou-se relacionar as crises das universidades públicas às crises do capital de modo a identificar o papel que a internacionalização desempenha nas universidades públicas brasileiras. Somente depois de feito isso, buscamos verificar como esses desdobramentos se dão no processo de internacionalização dos programas de mobilidade internacional gerenciados pela Universidade Federal de Juiz de Fora, para, por fim, analisá-lo.

3.1 A formação de monopólios

Muito antes de os mais variados teóricos e estudiosos se debruçarem sobre a questão do capitalismo e suas crises, Lênin (1986) já antevia os desdobramentos deste sistema, dos quais o processo de internacionalização do Ensino Superior é apenas um deles. Na obra *O Imperialismo, fase superior do capitalismo*, Lênin trata da concentração da produção e dos monopólios, demonstrando que uma parcela muito ínfima (0,9%) de empresas era detentora de mais de 3/4 da força motriz a vapor e elétrica na Alemanha na primeira década do século XX. Fato semelhante se passava com os EUA. A partir daí, Lênin procurou demonstrar como o capital-dinheiro e os bancos tornam ainda mais esmagador o predomínio de um punhado de grandes empresas tendo à sua submissão as empresas menores: quase metade da produção global de todas as empresas nas mãos de uma centésima parte do total de empresas.

Assim, ao chegar a determinado grau de desenvolvimento, a concentração por si mesma conduz ao monopólio, pois umas poucas empresas gigantescas chegam mais facilmente a acordos entre si e diminuem-se as dificuldades de concorrência.

Lênin (2010) vê nessa transformação de concorrência em monopólio um dos fenômenos mais importantes de então, fenômeno que inicialmente era considerado por muitos economistas como uma "lei natural", mas que então já se configurava como um fato, algo que já havia sido demonstrado por Marx em uma análise teórica e histórica do capitalismo: que a livre concorrência gera a concentração da produção, e que a referida concentração, num certo grau de desenvolvimento, conduz ao monopólio.

No que se refere à Europa, o momento dessa substituição do velho capitalismo para o novo ocorreu em princípios do século XX. Lênin (2010) enxerga na atuação dos cartéis os germes dos monopólios: ao invés de terem sido um fenômeno passageiro nos períodos de ascenso no final do século XIX, quando elevavam os preços valendo-se da conjuntura, os cartéis se tornaram, no novo século, uma das bases de toda a vida econômica. Nas mãos dos cartéis e dos *trusts* concentravam-se sete ou oito décimas partes de toda produção de um determinado ramo industrial. Nesta fase o capitalismo já havia se transformado em imperialismo.

Contudo, nem todos os ramos da indústria envolvem grandes empresas: algo comum no capitalismo em seu mais alto grau de desenvolvimento seria a reunião numa só empresa de diferentes ramos de indústria, representando fases sucessivas na elaboração da matéria-prima ou desempenhando um papel auxiliar uns em relação aos outros. Essa combinação garantiria à empresa uma taxa de lucro mais estável, conduzindo à eliminação do comércio, permitindo o aperfeiçoamento técnico que gerariam lucros suplementares em relação às empresas simples, que se subordinam às associações monopolistas.

Um fato importante para nossa análise é mencionado por Lênin: o *trust* do tabaco nos EUA, que desde o próprio momento da sua fundação, consagrou inteiramente os seus esforços em substituir o trabalho manual pelo mecânico:

Há outros *trusts* que têm ao seu serviço os chamados *developing engineers* (engenheiros para o desenvolvimento da técnica), cuja missão consiste em inventar novos processos de produção e experimentar inovações técnicas. O *trust* do aço concede aos seus engenheiros e operários prêmios importantes pelos inventos susceptíveis de elevar a técnica ou reduzir os custos. (LENIN, 2010 p. 25)

Esse exemplo é significativo, pois situa a importância do conhecimento no contexto de consolidação dos monopólios e do desenvolvimento das práticas imperialistas do capitalismo.

Vale observar que esse monopólio não tem nada a ver com a antiga livre concorrência entre padrões dispersos que não se conheciam e que produziam para um mercado ignorado. A concorrência entre pequenas e grandes empresas é substituída pelo estrangulamento de todos que não se submetem às arbitrariedades dos monopolistas: monopolizam-se a mão de obra qualificada, contratam-se os melhores engenheiros, as vias e meios de comunicação. As linhas férreas na América e as companhias de navegação na Europa e na América vão parar às mãos dos monopólios.

O quadro que se forma a partir da formação destes monopólios não é nem um pouco animador: o desenvolvimento do capitalismo chegou a um ponto tal em que os lucros vão para os "gênios" das maquinações financeiras e das trapaças, que socializam a produção, mas o imenso progresso da humanidade que levou a esta socialização beneficia os especuladores. Por outro lado, as crises, sobretudo as econômicas, aumentam por sua vez em proporções enormes a tendência para a concentração e para o monopólio: a baixa dos preços e a diminuição da procura levam as empresas "simples" a uma situação calamitosa que as gigantescas empresas combinadas não tomam conhecimento ou conhecem por um período muito breve.

Neste contexto, é considerável o papel dos bancos. A princípio, desempenham o papel de intermediários nos pagamentos a fim de converter capital-dinheiro em capital ativo, colocando à disposição da classe capitalista. Contudo, ao passo que vão aumentando as operações bancárias e se concentram num número reduzido de estabelecimentos, eles passam de modestos intermediários a um punhado de monopolistas que dispõem de quase todo o capital-dinheiro do conjunto dos capitalistas. Desta forma, o fato de que um banco que se encontra à frente de tal grupo e que se põe de acordo com meia dúzia de outros bancos, quase tão importantes como ele, para operações volumosas e lucrativas, deixou já de ser um intermediário para se converter na aliança de um punhado de monopolistas.

Tendo em conta a concentração bancária na Alemanha da passagem do século XIX para o século XX, observa-se uma tendência que seria uma constante a partir de então: uma apertada rede de canais cresce e abarca todo o país, centraliza todos os capitais e rendimentos em dinheiro e converte milhares de empresas dispersas numa empresa capitalista única, nacional a princípio e mundial depois.

Há, assim, a subordinação a um centro único de um número cada vez maior de unidades econômicas que antes eram relativamente independentes e localmente limitadas. Esta centralização se trata de um reforço do papel, da importância e do poder dos gigantes

monopolistas. Com o auxílio dos bancos, os capitalistas dispersos acabam por constituir um capitalista coletivo, em um contexto em que os gigantes podem conhecer a situação de todos os demais com exatidão, para depois exercer-lhes influência e até mesmo controlá-los a ponto de decidir inteiramente sobre seus destinos. Assim, o velho capitalismo, o capitalismo da livre concorrência, com o seu regulador indispensável, a Bolsa, passa à história. Em seu lugar surge o novo capitalismo, com uma mistura de livre concorrência com o monopólio – e o século XX assinala o ponto de viragem deste velho capitalismo para o novo, da dominação do capital em geral para a dominação do capital financeiro.

Sob essa nova configuração, constata-se que os acordos realizados entre consórcios de grandes bancos têm como finalidade limitar a concorrência: se os lucros do capital financeiro são desmedidos durante os períodos de ascenso industrial, durante os períodos de depressão, arruinam-se as pequenas empresas e as empresas poucos fortes, enquanto os grandes bancos "participam" na aquisição das mesmas a baixo preço, ou no seu lucrativo "saneamento" ou "reorganização". Os "costumes americanos", de que se lamentavam os professores europeus e os burgueses bem intencionados, convertem-se então numa prática comum em qualquer cidade importante de qualquer país.

Uma das conclusões a que se chega é de que o monopólio, uma vez que foi constituído e controla milhares de milhões, penetra de maneira absolutamente inevitável em todos os aspectos da vida social, independente do regime político e de qualquer outra "particularidade". Observa-se que quatro países capitalistas mais ricos de então, a saber, Inglaterra, França, Estados Unidos e Alemanha, têm juntos cerca de 80% do capital financeiro mundial e quase todo o resto do mundo exerce, de uma forma ou de outra, funções de devedor e tributário desses países, banqueiros internacionais.

Se o que caracterizava o velho capitalismo, no qual dominava plenamente a livre concorrência, era a exportação de mercadorias, o que caracteriza o capitalismo moderno, no qual impera o monopólio, é a exportação de capital:

"Naturalmente, se o capitalismo tivesse podido desenvolver a agricultura, que hoje em dia se encontra em toda a parte enormemente atrasada em relação à indústria; se tivesse podido elevar o nível de vida das massas da população, a qual continua a arrastar, apesar do vertiginoso progresso da técnica, uma vida de subalimentação e de miséria, não haveria motivo para falar de um excedente de capital. Este "argumento" é constantemente avançado pelos críticos pequeno-burgueses do capitalismo. Mas então o capitalismo deixaria de ser capitalismo, pois o desenvolvimento desigual e a subalimentação das massas são as condições e as premissas básicas, inevitáveis, deste

modo de produção. Enquanto o capitalismo for capitalismo, o excedente de capital não é consagrado à elevação do nível de vida das massas do país, pois significaria a diminuição dos lucros dos capitalistas, mas ao aumento desses lucros através da exportação de capitais para o estrangeiro, para os países atrasados. " (LENIN, 2010, p. 61-2)

Desta forma, a exportação de capitais adquire um desenvolvimento gigantesco desde os princípios do século XX, principalmente após a primeira Guerra Mundial, e serve de base para o jugo e a exploração imperialista da maioria dos países e nações do mundo a favor do parasitismo capitalista de um punhado de Estados riquíssimos. É através do capital financeiro que os países exportadores de capitais estendem suas redes por todos os países do mundo:

Há já muito que o capitalismo criou um mercado mundial. E à medida que foi aumentando a exportação de capitais e se foram alargando, sob todas as formas as relações com o estrangeiro e com as colônias e as “esferas de influência” das maiores associações monopolistas, a marcha “natural” das coisas levou a um acordo universal entre elas, à constituição de cartéis internacionais." (LENIN, 2010, p.67)

Além disso, na época do capital financeiro, os monopólios de Estado e os privados se entrelaçam, formando um todo, e tanto uns como outros não são na realidade mais do que diferentes elos da luta imperialista travada pelos maiores monopolistas pela partilha do mundo.

Por fim, para Lênin (2010) é absurda a opinião expressa por alguns escritores burgueses de que os cartéis internacionais, sendo como são uma das expressões de maior relevo da internacionalização do capital, permitem acalantar a esperança de que a paz entre os povos virá a imperar sob o capitalismo.

Assim, após termos observado os laços e as relações recíprocas existentes entre as particularidades econômicas fundamentais do imperialismo, e que o monopólio, nascido da política colonial, fortaleceu-se com o papel dos bancos, é importante passarmos a analisar como esses fatos se relacionam com as crises da universidade pública.

3.2 Imperialismo e neoliberalismo

Ao final das duas Grandes Guerras, as perdas de recursos produtivos foram pesadas, sem contar a queda no contingente da população ativa. Por outro lado, as guerras foram

visivelmente boas para a economia dos EUA. Em ambos os conflitos, os Estados Unidos se beneficiaram do fato de estarem distantes da luta e de ser o principal arsenal de seus aliados, além da capacidade de sua economia de organizar a expansão da produção de modo mais eficiente que qualquer outro. É provável que o efeito econômico mais duradouro das duas guerras tenha sido dar à economia americana uma preponderância global sobre todo o *Breve Século XX*, como Hobsbawn (1995) nomeou o período compreendido entre 1914 e 1991.

Por outro lado, ao final da Primeira Guerra Mundial, nos anos 1930 e depois da Segunda Guerra Mundial, o temor da revolução que tornaria possível o regime de propriedade coletiva fez com que a classe burguesa se visse "obrigada" a realizar importantes concessões à classe trabalhadora. Finda a Segunda Grande Guerra, o poder e a renda da classe capitalista foram diminuídos e, até os anos 1970, seus poderes e privilégios se encontraram consideravelmente reduzidos, embora não apagados. Na chamada "Era de Ouro" (HOBSBAWN, 1995), uma fração bastante importante dos lucros permanecia nas empresas e era investida produtivamente. Além disso, a rentabilidade das instituições financeiras era tipicamente baixa. A crise estrutural dos anos 1970 e o crescimento da inflação diminuíram ainda mais a renda e riqueza da classe capitalista. Entre a Segunda Guerra Mundial e o começo dos anos 1970, o 1% mais rico das famílias dos EUA possuíam mais de 30% da riqueza total do país. Na primeira metade dos anos 1970, essa porcentagem havia sido reduzida para 22%. (DUMÉNIL; LÉVY. 2007)

A economia mundial que enfrentava os problemas das décadas de 1970 e 1980 não era mais a da "Era do Ouro", pois "seu sistema de produção fora transformado pela revolução tecnológica, globalizado ou 'transnacionalizado' em uma extensão extraordinária e com consequências impressionantes" (HOBSBAWN. 1995, p. 402). O restabelecimento do poder e da renda da classe capitalista após esse período coincide com a origem do fenômeno atual conhecido como neoliberalismo, identificável a partir da decisão tomada pela Reserva Federal dos Estados Unidos em 1979 de aumentar as taxas de juros de maneira exorbitante para acabar com a inflação e que marcou uma mudança na dinâmica do capitalismo.

É importante compreender a relação entre neoliberalismo e imperialismo. Diferente do neoliberalismo, o imperialismo não define um estágio particular do capitalismo, mas uma das suas características fundamentais desde suas origens até o presente. Da configuração multipolar dos impérios coloniais, passando pelo mundo bipolar durante a Guerra Fria, à configuração atual das potências imperialistas em que os EUA desempenham ainda um papel hegemônico, identifica-se a manifestação deste imperialismo como a capacidade dos países de extrair lucros do resto do mundo. A esse respeito, é acertada a afirmação de Duménil e Lévy (2007, p. 03):

Trata-se diretamente de violência nesse processo de domínio. A violência econômica simples toma a forma da abertura das fronteiras comerciais e financeiras entre países de níveis de desenvolvimento muito diferentes, com conseqüências desastrosas para muitos países menos avançados cuja mão-de-obra fica comparativamente cara; a dívida dos países menos desenvolvidos, no contexto de taxas de juros reais, até recentemente, elevadas, é uma manifestação de tais estruturas de exploração. Porém, a violência também assume suas formas tradicionais: aquelas da corrupção, da subversão golpista e da guerra. A esse respeito, o imperialismo tem que ser compreendido como um amplo conjunto de práticas econômicas, políticas, culturais, etc., e não pode ser reduzido a nenhum dos seus componentes isolados.

Assim, o modelo de proteção social, guiado pelo critério das necessidades sociais e pelos princípios da igualdade de resultados, equidade e justiça distributiva, vem sendo contatado e esvaziado desde o final dos anos 1970. Em seu lugar, no âmbito das políticas públicas, ganham destaques ideologias, valores e práticas baseadas na administração de recursos escassos e do mérito individual sobre direitos sociais. Essas tendências estão diretamente ligadas ao ressurgimento triunfante da ideologia liberal, agora denominada de neoliberalismo.

Desde a formação dos monopólios e da importante atuação dos grandes bancos neste processo, observa-se a hegemonia do capital financeiro vinculada a uma oligarquia que está interessada na exploração do capital em sua forma financeira, usurária e não na produção. Com o aprofundamento do imperialismo, a partilha do globo é retomada, ocorrendo por meio do domínio financeiro e político exercido por instituições multilaterais como o FMI e o Banco Mundial, ou pelas ocupações diretas, como as guerras promovidas pelo imperialismo americano sobre o pretexto de defender os interesses gerais da humanidade, como os casos mais recentes das ocupações do Afeganistão, Iraque e Haiti. (CARDEAL, 2007)

A atual ofensiva de lançada pelo capital norte-americano para superar sua crise de rentabilidade envolve levar a cabo as políticas neoliberais, onde a ideia central é de que a organização social se baseia no direito dos investidores. Nessa nova organização os trabalhadores aceitariam de maneira pacata as condições de trabalho, os salários e a precarização impostas pelas empresas. Educação, religião, cultura e esportes deveriam ser privatizadas e convertidas em novos mercados, sem responsabilidade e subvenções públicas.

A ideologia neoliberal tem influenciado direta ou indiretamente na formulação de agendas e política governamentais por todo o planeta ao mesmo tempo em que as economias hegemônicas propagam um discurso teórico permeado de contradições: (1) a ideia da postura

equidistante do Estado que deve permitir o desenvolvimento do mercado em todas suas vertentes é flexibilizada, principalmente em períodos em que eclodem crises econômicas cíclicas. (2) Em oposição ao discurso de não intervenção estatal, os adeptos do neoliberalismo exigem participação ativa do Estado no fomento, promoção e eliminação de barreiras à competitividade global, ainda que essas barreiras se configurem em direitos sociais e trabalhistas conquistados pela sociedade. (3) As ideias de liberdade e de democracia propagadas pelo neoliberalismo não coadunam com o autoritarismo empregado pela prática neoliberal que se convertem no desmonte de direitos sociais e da privatização das políticas públicas. Na prática, o direito do mercado e das grandes corporações se sobressai aos direitos de cidadania, individuais e coletivos (HARVEY, 2008).

3.3 As crises das universidades públicas

Ao analisar a universidade do século XXI, o professor da Universidade de Coimbra, Boaventura de Souza Santos (2008), embora não se enquadre exatamente na perspectiva do materialismo histórico dialético, identifica com exatidão, nas universidades públicas dos países centrais, contradições que se desdobram em três tipos de crises importantes para este estudo: a crise de hegemonia; a crise de legitimidade e a crise institucional.

De acordo com Santos (2008), a crise de hegemonia existe desde a Idade Média, quando as funções tradicionais, como a produção de alta cultura, pensamento crítico e conhecimentos exemplares, científicos e humanísticos – necessários às elites – foram confrontadas com a produção de padrões culturais médios e por conhecimentos instrumentais úteis na formação de mão de obra qualificada para o desenvolvimento capitalista. Diante destas funções contraditórias, e da atuação de agentes econômicos em um campo até então ligado ao Estado, a universidade deixa de ser a única instituição no domínio do Ensino Superior. Com sua perda de hegemonia, a universidade que foi, por excelência, a instituição do conhecimento científico, torna-se alvo fácil de crítica social e se vê às voltas com a comercialização deste conhecimento, o que gera implicações múltiplas, inclusive epistemológicas.

Por outro lado, a crise de legitimidade ocorre por as universidades deixarem de ser uma instituição consensual em face da contradição entre a hierarquização dos saberes especializados (através das restrições de acesso e da credenciação das competências) e as exigências sociais e

políticas da democratização da universidade e da reivindicação da igualdade de oportunidades para os filhos das classes populares. Entre os efeitos mais notórios desta crise está a crescente segmentação do sistema universitário e a desvalorização dos diplomas.

A terceira crise, a institucional, que já vem ocorrendo há dois séculos, foi a que fatalmente monopolizou as atenções. Ela ocorre a partir do confronto entre a reivindicação da autonomia na definição dos valores e objetivos da universidade e a pressão crescente para submeter a universidade a critérios de eficácia e de produtividade de natureza empresarial ou de responsabilidade social.

A universidade teria seu elo mais fraco nessa autonomia científico-pedagógica que assenta na dependência financeira do Estado que, diferentemente de sua relação com o Sistema Judicial, reduziu o seu compromisso político com a educação que tomada como bem público, não teria que ser exclusivamente assegurada pelo Estado.

Em países que houve ditaduras nas últimas três décadas, observa-se que houve uma redução da autonomia a fim de eliminar a produção e a divulgação livre de conhecimento crítico. Nestes casos, a universidade esteve a serviço de projetos modernizadores autoritários: o bem público da universidade é aberto ao setor privado e com ele compete em desvantagem desleal.

A década de noventa foi marcada por novos desdobramentos com a perda geral de prioridade das políticas públicas e sociais, como a educação, a saúde e a previdência, induzida pelo modelo de desenvolvimento econômico conhecido como neoliberalismo ou globalização neoliberal que, a partir da década de oitenta, impôs-se internacionalmente.

O primeiro embate entre a universidade e o Neoliberalismo foi marcado pela identificação das debilidades institucionais que justificou a abertura generalizada do bem público universitário à exploração comercial. À ideia de que as universidades são irreformáveis, contrapôs-se a alternativa de criação de um mercado universitário, mercado este que emerge além de se desenvolver de modo desregulado e selvagem vale-se do setor público, como no caso da captação de recursos humanos que, no Brasil, ocorre com o aproveitamento dos professores que se aposentam cedo no setor público e, a seguir, migram para o setor privado.

No que se refere à mercantilização da universidade, Santos (2008, p.11) observa que, embora a transnacionalização das universidades ocorra desde o período medieval, após a década de noventa, o mercado transnacional das instituições de Ensino Superior (IES) figurou-se como

a solução global para os problemas da educação, conformes orientações do Banco Mundial e da Ordem Mundial do Comércio. Assim, o desinvestimento do Estado na Universidade Pública e a globalização mercantil da universidade seriam a face da mesma moeda em um projeto de âmbito global de eliminação da distinção entre universidade pública e privada: a universidade pública é induzida a gerar receitas próprias ou em parceria com o capital (industrial) e mantém a autonomia privatizando parte de seus serviços.

Desta forma, a descapitalização da universidade pública geraria diferentes consequências para países centrais, de periferia e semiperiferia. Entre os países centrais europeus, com exceção da Inglaterra, houve a emergência de um setor privado não universitário dirigido para o mercado de trabalho. Nos Estados Unidos, as universidades públicas teve que buscar como alternativa o financiamento junto de fundações, uma vez que o financiamento estatal era inferior a 50% do orçamento total. Em países como Portugal e Brasil houve a proliferação de fundações criadas pelas universidades públicas. Em países periféricos como os africanos, a busca de receitas alternativas alcançou proporções catastróficas, com o colapso das infraestruturas, a ausência quase total de equipamentos, má remuneração do pessoal docente e com pouco ou nenhum investimento em pesquisa.

Para o caso africano, o Banco Mundial concluiu que as universidades não geravam suficiente “retorno” e impôs que deixassem de investir nas universidades para dar prioridade ao ensino primário e secundário, o que resultou devastador para esses países. O pressuposto é de que o Sul não tem condições para produção científica própria nem as terá ao médio prazo.

Diferente do período Pós Segunda Guerra Mundial, em que se observaram os êxitos da luta social pelo direito à educação e a exigência da democratização do acesso à universidade, em meados da década de setenta, com a crise econômica, houve a redução de investimentos na Educação Superior e, conseqüentemente, a intensificação da concorrência entre as empresas e a busca da inovação tecnológica dependente de conhecimento técnico-científico e formação de mão de obra altamente qualificada. Na década de noventa observou-se um aprofundamento desta situação sob uma dualidade: ao lado do crescimento de mão de obra qualificada, muitas vezes obtidas por meio da *fuga de cérebros*⁶ ou por subcontratações (*outsourcing*), observou-se o crescimento de emprego de baixíssimo nível de qualificação, todos recrutados globalmente, através deslocalização das empresas ou das imigrações (muitas vezes clandestinas). Santos

⁶ Em inglês *brain drain*. Ainda são escassos os estudos sobre migração de mão de obra qualificada. Cf. GUIMARAES, R. A diáspora: um estudo exploratório sobre o deslocamento geográfico de pesquisadores brasileiros na década de 90. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 4, p. 705-750, 2002.

avalia assim o impacto destas contradições: “A universidade, de criadora de condições para a concorrência e para o sucesso no mercado, transforma-se, ela própria, gradualmente, num objeto de concorrência, ou seja, num mercado”. (SANTOS, 2008, p. 16)

Haveria, portanto, um vasto projeto político-educacional em curso cujos pilares seriam a descapitalização da universidade pública e a transnacionalização do mercado de serviços universitário. Como consequências, há a redução do financiamento público e a solução mercantil por parte das agências financeiras multilaterais. Assim, é possível observar, por exemplo, um esvaziamento da preocupação humanista e cultural enquanto bolsas de estudo são substituídas por empréstimos, transformando estudantes em consumidores, capazes de garantir altas taxas de rentabilidade.

Desde o ano 2000, a transnacionalização neoliberal da universidade ocorre sob a proteção da Organização Mundial do Comércio, no âmbito do Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços (GATS), com o objetivo de eliminar as barreiras comerciais. O ganho econômico com maior acesso à universidade se daria sob algumas condições: forte crescimento do mercado educacional, difusão de meios eletrônicos de ensino e aprendizagem, necessidade constante de mão de obra qualificada e aumento da mobilidade de estudantes, docentes e programas. O GATS apresenta quatro modos de oferta transnacional de serviços universitários mercantis: a oferta transfronteiriça, através da educação à distância, aprendizagem on-line e universidades virtuais; o consumo no estrangeiro, com a presença maciça de estudantes estrangeiros; a presença comercial, com polos presenciais; e presença de pessoas, fornecedoras de serviços, como professores e pesquisadores.

Esse vasto projeto de mercadorização da educação atinge outros âmbitos da educação além do ensino superior e ao lado da educação primária, secundária e de adultos, existe uma categoria residual importante onde a transnacionalização de serviços também se aplica, a saber, a categoria que compreende os testes de língua e as avaliações de cursos, estudantes e docentes.

Embora a adesão ao GATS seja voluntária, tanto países periféricos quanto semi-periféricos são pressionados a assumirem compromissos. Enquanto isso, Estados Unidos, Nova Zelândia e Austrália figuram com os maiores exportadores de mercadorias universitárias. A União Europeia, embora tenha assumido alguns compromissos, chegou a concluir que não estava em condições lucrativas para competir e que haveria de se defender e se preparar – este seria a essência das Declarações de Sorbonne e de Bolonha. Viu-se a necessidade da criação de um espaço universitário europeu, com regras comuns no que se refere a estruturas curriculares,

aos sistemas de certificação e avaliação. Contrapondo-se a esta estratégia defensiva, as associações de universidades sugerem aos países europeus que não assumam compromissos com o GATS e para reduzir os obstáculos à transnacionalização propõem agendas bilaterais ou multilaterais, mas fora do regime de política comercial.

Neste contexto, é possível distinguir dois modelos de conhecimento: um, que perdeu sua hegemonia, cuja autonomia de produção levou a uma descontextualização das premências sociais e a uma irresponsabilidade social quanto à aplicação de suas pesquisas. Esta universidade que perdurou ao longo do século XX, tinha seus problemas científicos determinados por investigadores que definiam a relevância, a metodologia e o ritmo de suas pesquisas. Assim, o conhecimento homogêneo e organizacionalmente hierárquico era assente na pesquisa científica, no desenvolvimento tecnológico e na autonomia do investigador. O outro modelo de conhecimento, que vem se difundindo no século atual, tem seu foco na aplicação e os problemas são formulados tanto pelos pesquisadores quanto pelos utilizadores. Trata-se de um conhecimento transdisciplinar, que se confronta com outros tipos de conhecimento, mais adequado a organizações menos rígidas e hierárquicas. Se antes a sociedade era objeto das interpelações da ciência, agora ela é sujeita destas interpelações. Embora essas aplicações possam se dar em um contexto não mercantil, em uma parceria entre pesquisadores e movimentos sociais, sindicatos, organizações não-governamentais e grupos sociais vulneráveis, é na parceria universidade-indústria que ela se mostra mais forte e o conhecimento assume de vez o caráter mercantil. Se antes as relações do conhecimento com a sociedade eram unilaterais, agora a interatividade é potencializada pelas tecnologias de informação e comunicação. Assim, empresas e consumidores passam a ser utilizadores e coprodutores do conhecimento científico, que necessita ser economicamente útil e comercializável.

Uma grande contribuição a essas constatações pode ser feita por Chauí (2003), para quem a universidade pública corre o risco de passar por uma modernização que a faça contemporânea ao século XXI, sem que se toque nas causas que deram origem a esse modelo universitário. Esse desejo de modernização acrítico e pouco reflexivo é fomentado insistentemente pelos organismos internacionais que subsidiam as universidades públicas com base em duas ideias: a de *sociedade do conhecimento* e de *educação permanente e continuada*.

Ao se tornarem forças produtivas, o conhecimento e a informação passaram a compor o próprio capital, que passa a depender disso para sua acumulação e reprodução. Na medida em que, na forma atual do capitalismo, a hegemonia econômica pertence ao capital financeiro e não ao capital produtivo, a informação prevalece sobre o próprio conhecimento, uma vez que o

capital financeiro opera com riquezas puramente virtuais, cuja existência se reduz à própria informação. Conseqüentemente, o poder econômico baseia-se na posse de informações que se tornam secretas e constituem um campo de competição econômica e militar sem precedentes. Assim, a *sociedade do conhecimento*, do ponto de vista da informação, é regida pela lógica do mercado, sobretudo o financeiro, de modo que ela não é favorável à ação política da sociedade civil, nem ao desenvolvimento efetivo de informações e conhecimentos necessários à vida social e cultural.

Desta forma, se o conhecimento produzido procura atender às demandas sociais e políticas da sociedade, mas não atende às necessidades de informações do capital financeiro, nem à sua lógica, sua irrelevância se traduz na deteriorização e no desmantelamento das universidades públicas, dadas como um peso para o Estado.

No que se refere à educação permanente e continuada, existe a ideia de que diante de um mundo globalizado e em transformação constante, a educação permanente e continuada é uma estratégia indispensável, pois somente com ela seria possível se adaptar às mudanças constantes e manter-se ativo no mercado de trabalho. Segundo Chauí (2003, p. 11):

Precisamos ponderar crítica e reflexivamente sobre essa idéia. De fato, não se pode chamar isso de *educação permanente*. (...), a nova forma do capital produz a obsolescência rápida da mão-de-obra e produz o desemprego estrutural. Por isso, passa-se a confundir educação e “reciclagem”, exigida pelas condições do mercado de trabalho. Trata-se de aquisições de técnicas por meio de processos de adestramento e treinamento para saber empregá-las de acordo com as finalidades das empresas.

Analisadas as crises das universidades públicas, buscamos situar o desenvolvimento da universidade pública brasileira neste contexto, o que será exposto no item a seguir.

3.4 O desenvolvimento do Ensino Superior brasileiro

Conforme pudemos observar, a perda de prioridade na universidade pública nas políticas do Estado foi, antes de tudo, o resultado da perda geral de prioridade das políticas sociais (educação, saúde, previdência) induzida pelo modelo de desenvolvimento econômico conhecido por neoliberalismo ou globalização que, a partir da década de 1980, se impôs

internacionalmente, inclusive no Brasil. Porém, antes de analisarmos os desdobramentos das práticas neoliberais nas universidades públicas brasileiras e no seu processo de internacionalização, cumpre considerarmos seus antecedentes históricos.

O Brasil foi um dos últimos países da América Latina a criar suas universidades. Diferente do contexto latino-americano, onde os espanhóis, desde o século XVI, fundaram universidades de cunho religioso em suas possessões na América, apenas no século XIX apareceriam no país as primeiras faculdades (OLIVEN, 2002). Assim, no período colonial, as classes dirigentes, para se graduarem, tinham que se deslocar até a Europa. Nas palavras de Anísio Teixeira, a Universidade de Coimbra foi “nossa universidade ao tempo da Colônia” (TEIXEIRA, 1989. p. 64). Enquanto membro da classe dominante, até a Independência, o brasileiro não era considerado um estrangeiro, mas um português nascido no Brasil. Tanto que Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho, reitor por cerca de três décadas na Universidade de Coimbra, era um brasileiro nascido nos arredores do Rio de Janeiro.

Torna-se assim difícil, até então, caracterizar-se a filosofia da universidade no Brasil como distinta da filosofia portuguesa. A Universidade de Coimbra era a universidade do império português e a sua grande força unificadora. (...) Essa era a grande universidade a ser reformada para a introdução das novas ciências da natureza e a transformação do Estado eclesiástico no Estado secular e regalista, sob a influência do iluminismo da época, a que Portugal afinal chegara.

O estado de decadência dos estudos nessa antiga universidade dominante pelo escolasticismo jesuítico foi objeto das críticas mais severas pelos autores da época, chamados "estrangeirados", porque refletiam as influências do iluminismo reinante na Europa e que só tardiamente alcançara Portugal. Foi esta a universidade que Pombal veio a reformar nos fins do século XVIII. Os brasileiros que vieram a influir no Brasil do período da Independência já eram graduados dessa universidade reformada, pelo que traziam para o Brasil o novo espírito de cultura secular e de soberania do poder temporal dos reis. (TEIXEIRA, 1989. PP.64-65)

Como reflexo desta relação com a metrópole, o surgimento das primeiras faculdades brasileiras no início do século XIX deu-se com a influência do modelo napoleônico. Esse primeiro modelo institucional de educação superior, conforme observa Morosini (2003), herdado do Iluminismo, era marcado pelo elitismo, pela formação profissional em escolas isoladas e pela ideia de transmissão do saber. Modelo que persiste até hoje, nele há o pressuposto de que a universidade deve ser responsável pela formação de profissionais para o atendimento das necessidades sociais - isso faz com que a maior referência dentro desta concepção de ensino superior seja o mundo do trabalho.

Com a vinda da Família Real Portuguesa, em 1808, para o Brasil fugindo das tropas napoleônicas que haviam invadido Portugal, a cidade de Salvador, na Bahia, passou a sediar o Curso de Cirurgia, Anatomia e Obstetrícia. Logo com a transferência da Corte para o Rio de Janeiro, foi criada ali criada a Escola de Cirurgia. Em 1827, surgiram dois cursos de Direito: um no nordeste, em Olinda, e outro no sudeste, em São Paulo. Essas primeiras faculdades brasileiras, além de uma orientação profissional elitista, eram mais voltadas ao ensino do que à pesquisa.

No que se refere ao debate sobre a universidade no período da República Velha, observa-se que, de 1889 a 1930, o grupo de oficiais que proclamaram a República, influenciados pelo Positivismo, eram favoráveis à criação de cursos laicos de orientação técnica e profissionalizante em detrimento da criação de uma universidade no país.

A partir de outras faculdades existentes, somente em 1920 foi criada a *Universidade do Rio de Janeiro* (atualmente conhecida como Universidade Federal do Rio de Janeiro), sem romper, contudo, com o caráter elitista ou com a primazia dada ao ensino sobre a pesquisa.

No início da década de 1930, o *Ministério de Educação e Saúde* foi criado pelo presidente Getúlio Vargas e, em 1931, foi aprovado o Estatuto das Universidades Brasileiras, que vigorou até 1961. O Decreto nº 19.851, publicado em 11 de abril daquele ano, definia que a universidade poderia ser oficial (pública) ou livre (particular) e que deveria incluir três dos seguintes cursos: Ciências, Direito, Educação, Engenharia, Letras e Medicina. Embora administrativamente fossem ligadas por uma reitoria, era mantida a autonomia das faculdades.

A criação da Faculdade de Educação nas universidades, contudo, estava mais voltada para a formação de professores de ensino secundário do que para um corpo docente que fomentasse a pesquisa no ensino superior.

Criada por Anísio Teixeira em 1935, a Universidade do Distrito Federal (UDF), voltada para a pesquisa, não durou quatro anos em função do clima político do período. A instauração do Estado Novo em novembro de 1937 criou condições para a eliminação da UDF que, extinta por decreto federal, teve a incorporação de seus quadros à Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (antiga Universidade do Rio de Janeiro) que, criada em 1939, foi a instituição que serviria de modelo para o Ensino Superior de todo o território nacional. Incomodados pelo modelo que era imposto, setores conservadores vinculados à Igreja moveram-se a fim de consolidar a criação de uma universidade católica brasileira, o que ocorreu em 1946. O estado de São Paulo, por outro lado, criou em 1934 sua própria universidade

pública, que gozava de autonomia com relação ao governo federal, pois era mantida pelo estado mais rico do país. Tratava-se da Universidade de São Paulo (USP) que contava com professores pesquisadores estrangeiros e apresentava alto padrão acadêmico-científico.

No período compreendido entre 1945 e 1964, embora as faculdades profissionais temessem perder a autonomia, houve um processo de integração do ensino superior que resultou no surgimento de novas universidades, muitas das quais foram federalizadas.

Em 1961, a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira foi promulgada (Lei Nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961) e reforçou o modelo tradicional de instituições de ensino superior vigente, com foco no ensino e um papel secundário para a pesquisa. Além disso, a centralização do sistema foi fortalecida pela autoridade conferida ao Conselho Federal de Educação, que poderia autorizar e fiscalizar novos cursos de graduação e deliberar sobre o currículo mínimo de cada curso.

Com transferência da capital federal para Brasília, foi criada a Universidade de Brasília (UnB), em 1961. Diferente de suas antecessoras, a UnB não foi criada a partir da junção de outras faculdades.

Em 1964, com a tomada do poder pelos militares, um grande número de professores foi afastado das universidades e entraram em ação as Assessorias de Informação que tinham o objetivo de coibir as atividades de caráter “subversivo” nas instituições de ensino superior. Conforme informa o professor do departamento de história da UFMG, Rodrigo Patto Sá Motta (2008, p. 31), as políticas do regime militar para as universidades consistiram em um intento reformista, de feição autoritária e conservadora, em que não havia posturas consensuais entre os donos do poder. As reformas implantadas resultaram de disputas e negociações entre distintos segmentos da coalizão governista, com a particularidade de sofrer a pressão dos movimentos estudantis que culminaram nas grandes passeatas de 1968. Assim, as reformas implantadas na ditadura foram parcialmente inspiradas em ideias apresentadas no contexto pré-1964 e combinavam o viés modernizador a intentos autoritários e conservadores. Isso significou a racionalização de recursos, a busca de eficiência, expansão de vagas, reforço da iniciativa privada, organização da carreira docente, criação de departamentos em substituição ao sistema de cátedras e fomento à pesquisa e à pós-graduação. Embora o regime militar tenha se apropriado de medidas que vinham sendo defendidas mesmo durante o governo Goulart, ignorou, em suas reformas, o aumento da representação estudantil ou a reivindicação de universidades mais voltadas aos interesses e demandas populares. Com a aprovação da Lei da

Reforma Universitária n° 5540/68, estava estabelecida a indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão e foram criadas as condições propícias para o desenvolvimento da pós-graduação e das atividades científicas brasileiras.

Conforme observa Oliven (2002), o setor público foi o responsável pelo desenvolvimento da pós-graduação e das atividades de pesquisa no país. O setor privado se expandiu a partir de 1968, em função da demanda na periferia das grandes metrópoles, e procurou se adaptar a algumas orientações da Lei da Reforma Universitária, uma vez que dependia de subsídios do Governo. Embora detivessem 86% das matrículas em 1980, constituíam, na maioria dos casos, estabelecimentos isolados de Ensino Superior voltados para o ensino, onde as atividades de pesquisa inexistiam. Essa expansão da graduação que se dava através de faculdades isoladas do setor privado ia ao encontro dos interesses dos governos militares, uma vez que o isolamento tornava mais difícil a mobilização política dos estudantes.

Às universidades públicas, a fim de evitar que se tornassem “centros de subversão”, os militares conferiram outro papel, conforme observa Oliven (2002, p. 35):

A importância dada ao desenvolvimento econômico fez com que os militares brasileiros incentivassem a formação de recursos humanos de alto nível, para atender às novas demandas decorrentes do avanço do processo de modernização da sociedade: as universidades públicas foram as escolhidas para atingir esse fim. Nelas, principalmente nas maiores e mais tradicionais, foram criados cursos de mestrado e, mais tarde, de doutorado. Além disso, foram estimuladas as atividades de pesquisa.

Para Cunha (1988, p. 9-10), o binômio modernização-imperialismo é chave para entender o processo em que as medidas repressivas durante a ditadura militar recaíram sobre as instituições universitárias deixando de lado as de natureza privadas. A conjuntura mundial nas décadas de 40 a 60 estava marcada pelas guerras de libertação nacional, pelas lutas anti-imperialistas e, enquanto o socialismo saía vitorioso em metade do planeta, a sociologia burguesa procurava mascarar essa realidade com teorias da modernização. Neste contexto, a meta de todos os países deveria ser o capitalismo avançado, seguindo o mesmo caminho percorrido pelas metrópoles de então. Assim, o processo de reforma do período 1964/68 foi o responsável pela edificação da universidade no Brasil, conforme o modelo mais avançado do mundo capitalista - o norte-americano.

A Reforma Universitária atendeu às demandas do empresariado emergente e à sociedade civil e respaldou a hegemonia do governo militar. A nova estrutura do Sistema de Ensino Superior público no país surge baseada no modelo de administração empresarial e privatista, alinhada com o que advoga a OCDE e Banco Mundial (LAUS, 2012, p. 100).

No período de redemocratização política, os governos eleitos tiveram que lidar com as consequências dos empréstimos junto ao FMI contraídos pelos governos militares para a realização do “Milagre Econômico”. Merece destaque a abertura à nova ordem neoliberal dada pelo curto governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992), quando foi dado início à política de Estado mínimo e privatizações, que se justificava pela necessidade de aprovação de organismos como o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento, o FMI e a OMC para a obtenção de novos empréstimos. Durante os dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), há a aceitação e implementação de medidas pactuadas internacionalmente sob a pressão de agências como Banco Mundial. Conforme bem observa Laus (2012, p. 102), o modelo de desenvolvimento, marcado pela diminuição do setor público e na aceitação ao Consenso de Washington, resultou nas tendências privatistas na educação superior, em conformidade com as prescrições de organismos internacionais, afetando as formas de financiamento e de execução dos serviços públicos.

A Constituição Federal de 1988 foi precedida pelos debates de grupos com posicionamentos distintos em relação ao ensino público. Enquanto alguns grupos buscavam assegurar as verbas públicas de modo exclusivo para as instituições públicas governamentais, os grupos vinculados ao setor privado buscava garantir o acesso às verbas públicas e restrições ao papel do Estado para com a educação privada.

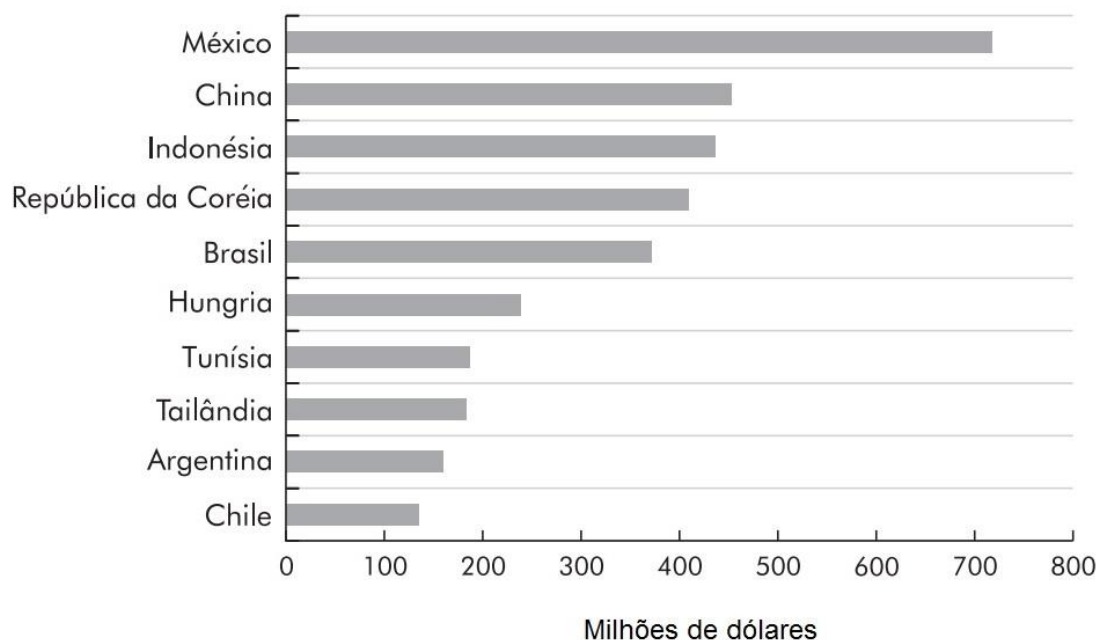
Demonstrando o alinhamento com as soluções apresentadas pelo Banco Mundial, observa-se, no texto da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), aprovada em 20 de dezembro de 1996, a proposta de cobrança de taxas aos alunos, de adoção de parceria com empresas privadas para a captação de recursos, de diversificação de fontes de financiamento para as instituições públicas e a admissão da entrada de capitais estrangeiros nas instituições de Ensino Superior. Laus (2012, p. 103) vê, nessas propostas da LDB, a concordância com a lógica mercantil descrita em *La Enseñanza Superior. Lecciones derivadas de la experiencia*:

Fomentar la mayor diferenciación de las instituciones, incluido el desarrollo de instituciones privadas;

Proporcionar incentivos para que las instituciones públicas diversifiquen las fuentes de financiamiento, por ejemplo, la participación de los estudiantes en los gastos y la estrecha vinculación entre el financiamiento fiscal y los resultados;
 Redefinir la función del gobierno en la enseñanza superior;
 Adoptar políticas que estén destinadas a otorgar prioridad a los objetivos de calidad y equidad.⁷ (BANCO MUNDIAL, 1995, P.4)

Além do estabelecimento de um processo de avaliação e credenciamento dos cursos e instituições de Ensino Superior, na nova LDB ficou estabelecida a indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão – algo não aplicável no caso das instituições de Ensino Superior não-universitárias. A partir década de 90, as instituições privadas consolidaram-se e tiveram sua rápida expansão apoiadas por financiamentos como os oferecidos pelo Banco de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e pelo Banco Mundial que, desde 1963, vinha impulsionando o crescimento do Ensino Superior nos países em desenvolvimento, e participado ativamente das reformas as quais o setor vem se submetendo. Entre os anos de 1990 e 2000, o Brasil era o 5º tomador de empréstimos do Banco para desenvolver o Ensino Superior, tendo recebido o total de US\$ 400 milhões, como podemos verificar na figura 01.

Figura 01 – Educação superior: principais tomadores de empréstimos (1990-2000)



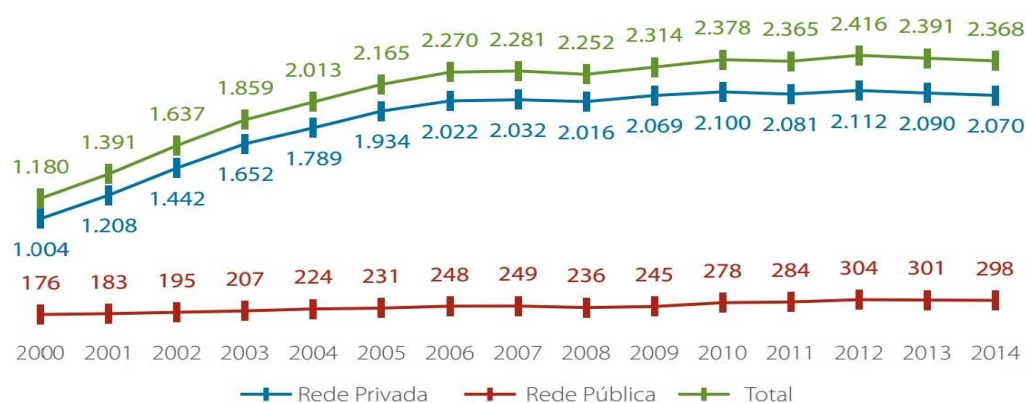
7

"Fomentar maior diferenciação das instituições, incluído o desenvolvimento de instituições privadas; Proporcionar incentivos para que as instituições públicas diversifiquem as fontes de financiamento, por exemplo, a participação dos estudantes nos gastos e a estreita vinculação entre o financiamento fiscal e os resultados; Redefinir a função do governo no Ensino Superior; Adotar políticas que estejam destinadas a conceder prioridade aos objetivos de qualidade e igualdade." (Tradução nossa)

Fonte: BANCO MUNDIAL, *Construir Sociedades de Conocimiento: Nuevos Desafíos para la Educación Terciaria*. 2003 p. 168

Neste contexto, o número de instituições de ensino superior no Brasil apresentou um crescimento significativo na primeira metade da década de 2000, principalmente para o setor privado, como pode ser visto na figura 2.

Figura 2 – Instituições de Ensino Superior no Brasil de 2000 a 2014



Fonte: Censo INEP in: *Mapa do Ensino Superior no Brasil 2016/SEMESP*

3.5 Mercantilização, transnacionalização e internacionalização do Ensino Superior brasileiro

Analisando o processo de mercadorização da educação superior no Brasil, com foco no fenômeno da transnacionalização, Azevedo (2015) toma por mercadorização o modo de liberalização da oferta de ensino que pode ocorrer seja pela expansão do ensino superior privado-mercantil, seja por privatização direta, pela desresponsabilização do Estado, pelo estabelecimento de Parcerias-Público-Privado, seja pelo estímulo à competição, seja pela sujeição aos critérios de performatividade e aos *rankings* entre outros modos.

Neste contexto, a transnacionalização seria a oferta transfronteiriça de ensino por intermédio de organizações transnacionais de serviços educacionais com finalidade de lucro, podendo ocorrer de modo presencial ou à distância. Azevedo (2015) observa que há Instituições de Ensino Superior Privadas com sede no Brasil que são cotadas em bolsa e que têm

participação acionária de indivíduos, sociedades, associações e fundos de capitais de origem estrangeira, o que se caracteriza também como uma modalidade de transnacionalização.

Observa-se que a educação, ao ser provisionada por entes privados com finalidade de lucro gera o oposto de suas potencialidades no campo social. A prática de mercado, além de sua tendência para a criação de oligopólios, cria o “imperialismo cultural” justificado na promoção de uma cultura universal supostamente neutra (BOURDIEU; WACQUANT, 2002) conduzem, na verdade, a norte-americanização ou a europeização culturais.

O processo de mercadorização da educação superior no Brasil, conforme analisa Azevedo (2015) foi destravada a partir da promulgação da LDB 939496 e catalisada por programas federais como o PROUNI (Programa Universidade para Todos) e FIES (Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior). Além disso, o autor lembra outra espécie de transnacionalização transvestida de internacionalização: a mobilidade estudantil internacional (presencial e virtual) que produz um grande fluxo financeiro em direção aos países centrais. Um exemplo recente da participação do Brasil neste fluxo está relacionado com o programa Ciência sem Fronteiras, do Governo Federal, que será analisado mais adiante.

Conforme Lima e Maranhão (2009), a mobilidade no âmbito mundial possui uma grande disparidade entre países considerados centrais e periféricos, no que se refere ao envio e à recepção de estudantes. Assim, haveria o que pode ser chamado de *internacionalização ativa*, que é limitada aos poucos países centrais, e se caracteriza pelo recebimento de docentes, pesquisadores e discentes estrangeiros. A *internacionalização passiva*, por outro lado, seria o tipo predominante nos países semiperiféricos, como o Brasil, e periféricos e se caracteriza pelo envio predominante de discentes, docentes e pesquisadores para instituições estrangeiras.

4 O PROCESSO DE INTERNACIONALIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

A fim de melhor analisar o processo de internacionalização na Universidade Federal de Juiz de Fora, cumpre fazermos inicialmente algumas observações sobre a instituição, sobre seu setor de relações internacionais e sobre os principais programas gerenciados, para posteriormente situarmos esse processo no contexto das políticas de internacionalização do Ensino Superior.

Criada em 23 de dezembro de 1960 por ato do então presidente Juscelino Kubitschek, a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) teve sua Cidade Universitária construída no ano de 1969, local onde permanece até os dias atuais. A UFJF foi a segunda universidade federal do interior do país a ser criada – atrás apenas da de Santa Maria (RS) – e se formou a partir da agregação de estabelecimentos de Ensino Superior de Juiz de Fora, reconhecidos e federalizados.

Os primeiros cursos foram Direito, Medicina, Farmácia e Odontologia, Engenharia e Ciências Econômica. Posteriormente, foram vinculados Geografia, Letras, Filosofia, Ciências Biológicas, Ciências Sociais e História. O curso de Jornalismo foi criado e veio a se constituir em um dos Departamentos da Faculdade de Direito.

Com a Reforma Universitária na década de 70, a UFJF passou a contar com três institutos básicos: Instituto de Ciências Exatas (ICE), Instituto de Ciências Biológicas (ICB) e Instituto de Ciências Humanas e Letras (ICHL). No ano de 1999, uma nova unidade foi criada: o Centro de Ciências da Saúde, onde passaram a funcionar os cursos de Enfermagem, Fisioterapia e Medicina. Em 2006, foram criados o Instituto de Artes e Design (IAD) e a Faculdade de Letras (FALE).

Atualmente, a UFJF se constitui como polo científico e cultural de uma região de 2,5 milhões de habitantes no Sudeste do Estado de Minas Gerais. Seu campus possui uma área total de 1.346.793,80 metros quadrados.

O campus de Juiz de Fora possui 19 unidades acadêmicas, que oferecem cerca de 50 cursos e habilitações de graduação. A UFJF oferece ainda 57 cursos de especialização, MBA e residência, 30 de mestrado e 14 de doutorado, além de Ensino Fundamental e Médio, por meio do Colégio de Aplicação João XXIII. Em 2012, a instituição lançou seu campus avançado na

cidade de Governador Valadares, na região do Vale do Rio Doce, em Minas Gerais, com a oferta de vagas nos cursos de nove cursos: Medicina, Odontologia, Farmácia, Fisioterapia, Nutrição, Direito, Economia, Administração e Ciências Contábeis. Na educação à distância, são oferecidos oito cursos de graduação e cinco de pós-graduação, abrangendo 30 polos nos estados de Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo.

No total, estão matriculados mais de 23 mil alunos, dos quais cerca de 15 mil estão na graduação presencial. O número de vagas tem se expandido com o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni).

Em março de 2016, a UFJF contava com 1676 docentes, sendo 1472 efetivos e 153 não-efetivos. No total, 1085 possuem doutorado como titulação, e 386 possuem mestrado. O corpo docente, que em 2004 contava com 14 professores estrangeiros, em 2014 passou a contar com 37 docentes oriundos de 16 países distintos. Entre os efetivos, a maioria é de origem argentina (7), portuguesa (5), russa (4) e chilena (4), sendo que a maioria está concentrada no Instituto de Ciências Exatas, com 14 representantes, e na Faculdade de Engenharia com seis docentes.

Embora os acordos de cooperação firmados possam se originar das relações de professores e grupos de pesquisa com outras instituições estrangeiras, a UFJF optou por criar um setor de relações internacionais para conduzir este processo e outros pertinentes à internacionalização da instituição.

4.1 Relações Internacionais na UFJF

Para atender as demandas de internacionalização na primeira década do século XXI, em novembro de 2006 foi criada a Coordenação de Relações Internacionais (CRI), vinculada à Pró-reitoria de Assuntos Acadêmicos (PROACAD). Com o objetivo central de elaborar e executar políticas de internacionalização, a CRI veio a substituir e ampliar a estrutura da Gerência de Relações Internacionais (GRI) que a instituição mantinha anteriormente. No início de 2008 foi implantado o Escritório de Relações Internacionais no prédio da reitoria – a reestruturação do espaço físico e o fortalecimento de diversas atividades do setor contaram com recursos oriundos de dois projetos aprovados e financiados por agências de fomento (MEC e FAPEMIG) nos anos 2007 e 2012, respectivamente. Com o crescimento acentuado do processo de internacionalização, a CRI passou a funcionar em junho de 2011 como uma assessoria, sob o

nome de Secretaria de Relações Internacionais, vinculada diretamente ao Gabinete da Reitoria. Em 2014, o setor passou a ser denominado como Diretoria de Relações Internacionais (DRI), com o status de pró-reitoria.

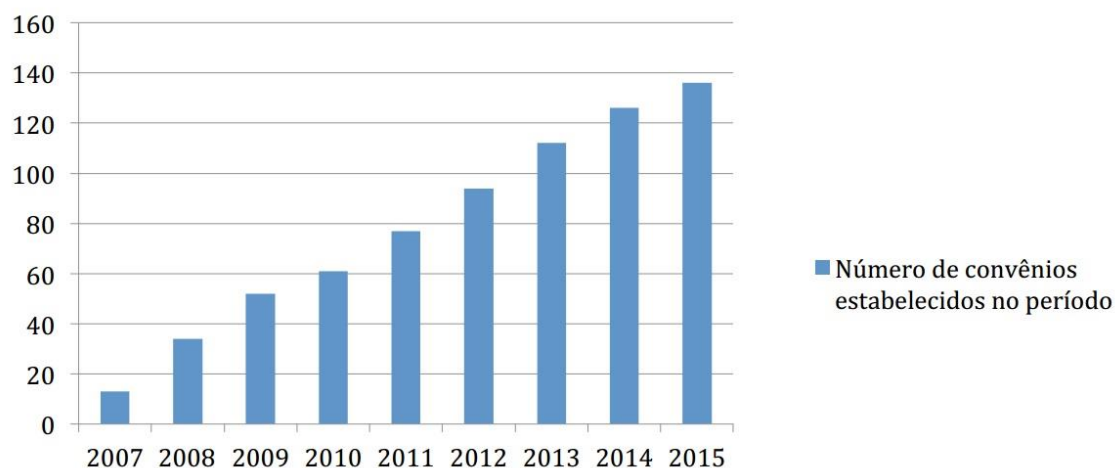
As funções da Diretoria de Relações Internacionais (DRI) foram oficializadas pela Portaria nº1244 de 25 de setembro de 2014, tendo com atribuições desenvolver o plano estratégico e plano de ações para a consolidação do processo de internacionalização da UFJF e gerir os programas de mobilidade discente internacional da UFJF nos níveis de graduação e ensino médio, nos sentidos UFJF-exterior e exterior-UFJF. Além disso, cabe à DRI assessorar os programas de mobilidade discente internacional da UFJF no nível de pós-graduação, bem como atuar na recepção e registro de estudantes e pesquisadores estrangeiros e divulgação de oportunidades no exterior. É também sua função gerir a execução de programas governamentais de mobilidade discente e de certificação de idiomas para fins de mobilidade acadêmica, promover a cooperação e a formação de recursos humanos entre instituições nacionais e internacionais bem como estabelecer, manter e acompanhar convênios que viabilizem parcerias com instituições estrangeiras, objetivando a cooperação acadêmica, científica e cultural.

Conforme o relatório de gestão da Diretoria de Relações Internacionais referentes aos anos de 2006 a 2014, as ações da diretoria estavam fundamentadas na captação, implementação, consolidação e acompanhamento de convênios, programas e projetos de parcerias tanto bilaterais como multilaterais, buscando facilitar a mobilidade de docentes-pesquisadores, gestores e estudantes de graduação e pós-graduação, bem como a inserção das atividades da UFJF no contexto mundial.

Além de incentivar a mobilidade acadêmica e de aprimorar e estreitar as relações com instituições estrangeiras, a DRI buscou, em conjunto com docentes e grupos de pesquisas da UFJF, apoio para programas internacionais especiais, principalmente junto à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e agências internacionais. Foram desenvolvidos programas como CAPES/FIPSE, CAPES/BRAFITEC, CAPES/PLI (Programa de Licenciaturas Internacionais) e Escola de Altos Estudos. Além disso, a partir de 2007, diversas atividades foram implantadas, como eventos de recepção de estudantes estrangeiros, semana de relações internacionais da UFJF, preparação de material bilíngue visando divulgar a UFJF no exterior, criação de site bilíngue, além de curso intensivo de português para estrangeiros como uma opção a mais com relação à disciplina regular já oferecida na Faculdade de Letras.

Entre as ações da DRI, é fundamental a consolidação e o acompanhamento de convênios internacionais. Até 2015, o setor mantinha um total de 137 acordos bilaterais estabelecidos.

Figura 03 – Evolução do número de acordos de cooperação bilaterais da UFJF



Fonte: UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. Relatório de Gestão DRI UFJF 2015, p.10

O maior número de parcerias internacionais por meio de acordos de cooperação (convênios) ocorre com instituições dos EUA, país com o qual a UFJF possui 29 parcerias. Em seguida, figuram as instituições portuguesas com as quais há 22 acordos de cooperação firmados. O terceiro maior grupo de parcerias ocorre com instituições francesas, com as quais a UFJF estabeleceu 19 acordos de cooperação.

Tabela 01 – Número total de acordos internacionais da UFJF por países em dezembro de 2015

País	Nº de acordos	País	Nº de acordos
Alemanha	7	França	19
Angola	1	Inglaterra	1
Argentina	6	Israel	1
Austrália	3	Itália	8
Canadá	5	Japão	1
Colômbia	2	México	4
Coréia do Sul	1	Polônia	2
Costa Rica	4	Peru	2
Croácia	2	Porto Rico	2

(conclusão)			
País	Nº de acordos	País	Nº de acordos
Dinamarca	3	Portugal	22
Equador	1	Rússia	1
Espanha	9	Suécia	1
Estados Unidos	29		

Fonte: UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. Relatório de Gestão DRI UFJF 2015.

Embora haja um número expressivo de acordos, o quantitativo de estudantes estrangeiros que realizam intercâmbio por um ou dois semestres nos cursos de graduação da UFJF ainda é pequeno. Conforme o Relatório de Gestão da DRI/UFJF 2015, a instituição recebeu 33 estudantes estrangeiros em 2013, 27 em 2014 e 20 em 2015.

4.2 Principais Programas gerenciados pela Diretoria de Relações Internacionais da UFJF

A DRI tem gerenciado, em conjunto com outros órgãos do governo e agências de fomento, vários programas voltados para a internacionalização, além de um programa de intercâmbio próprio, responsável pela mobilidade internacional de estudantes de graduação da UFJF.

4.2.1 Programas Estudante-convênio

Entre os programas gerenciados, o mais antigo e que antecede a existência do atual setor de relações internacionais da UFJF, é o Programa Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) que hoje conta com uma versão voltada também para a pós-graduação, o Programa Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG). Ambos os programas propiciam que estudantes oriundos de países em desenvolvimento com os quais o Brasil mantém acordo de Cooperação Cultural ou Educacional ou de Ciência e Tecnologia possam cursar a graduação ou pós-graduação gratuitamente em Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras. O programa é administrado pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE) pro meio da Divisão de Cooperação Educacional do Departamento de Cooperação Científica Técnica e Tecnológica

(DCE/DCT/MRE) e pelo Ministério da Educação (MEC) por meio da Divisão de Assuntos Internacionais da Secretaria de Educação Superior (DAI/SESu/MEC).

No que se refere ao PEC-G, criado em 1964, o oferecimento de vagas em IES brasileiras visava atender ao aumento do número de estudantes estrangeiros no Brasil nessa década. Percebeu-se a necessidade de unificar as condições do intercâmbio estudantil e de garantir tratamento semelhante aos estudantes por parte das universidades, Deste modo, em 1965 foi lançado o primeiro Protocolo do PEC-G. Atualmente, o Programa é regido pelo Decreto Presidencial n. 7.948, publicado em 2013, que confere maior força jurídica a seu regulamento.

Atualmente, são 59 os países participantes no programa, sendo 25 da África, 25 das Américas e 9 da Ásia. Os cursos com o maior número de vagas oferecidas são Letras, Comunicação Social, Administração, Ciências Biológicas e Pedagogia.

Desde os anos 2000, houve mais de 8.000 selecionados no Programa. A África é o continente de origem da maior parte dos estudantes, com 76% dos selecionados - com destaque para Cabo Verde, Guiné-Bissau e Angola.

Figura 4 – Selecionados para o PEC-G: África – 2000 a 2017

PAÍS	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	TOTAL
África do Sul																		1	1
Angola	3	21	29	23	33	11	31	28	91	68	48	83	63	53	59	77	7	11	739
Argélia																2			2
Benin									11	5	7	19	39	37	73	48	40	71	350
Cabo Verde	117	65	227	263	192	230	314	265	381	206	133	74	155	88	104	119	64	62	3059
Camarões			1					2	1		3	6	3	9	7	3	5	7	47
C. do Marfim				1	1			3	1				1	4	9	4	5	5	34
Gabão		11		2	1	1	3	4							3	4	3	2	34
Gana	2	3	7	9	11	6	3	3	6		1	1		7	26	23	36	65	209
Guiné-Bissau	36	88	111	97	58	186	159	19	133	181	95	55	118				7	15	1358
Marrocos																		1	1
Mali							2												2
Moçambique	12	13	27	21	26	27	13	9	4	4	9	7	8	13	13	9	1	3	219
Namíbia	1	1														6	65		73
Nigéria	9	6	7	11	14	27	19	22	32			12	1	2	6	2		2	172
Quênia		4	14	14	11	12	5		6	3	3	3		2		4	3	4	88
R. D. Congo								9	106	46	78	92	28	19	12	25	29	46	490
Rep. Congo													4	6	4	2	4	6	26
S. Tomé e P.			24		47	147	35	13	12	4	6	19	12	3	19	17	9	12	379
Senegal	7	2	4	1	1	3	5	1				1	1	4	1	6	3	10	50
Togo												4	11	8	3	6	6	2	40
TOTAL	187	214	451	442	395	650	589	378	784	517	383	376	444	255	339	357	287	325	7373

Extraído de: Portal MRE <<http://www.dce.mre.gov.br/PEC/G/historico/introducao.php>>, Acesso em 30 jun.2017

Na América Latina, a maior participação é de alunos do Paraguai, Peru, Equador e Honduras, conforme dados disponíveis na figura 5.

Figura 5 – Selecionados para PEC-G: América Latina e Caribe – 2000 a 2017

PAÍS	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	TOTAL
Argentina	1		1	1		6	2				1	1						1	14
Barbados				1				5	2	2	5	3	1	4	5	5	2	2	37
Bolívia	12	9	10	4	1	6	11	5	4	13	11	4	1	7	9	10	5	7	129
Chile	4	4	3	1	1		2	3	2	3	2	2	2	3	2	3	5	3	45
Colômbia	6	11		3	5	3	4	3	2	2	2	2	6	8	12	15	14	17	115
Costa Rica		2	2	3	1	3	3	1	4		3	2	1	1	1	2	3		32
Cuba					1	3	3	2	4	5	8	7	11	3	11	10	8	8	84
El Salvador	1		1	2		1	1	2			1		3	3	1	4	2	1	23
Equador	3	12	3	6	6	9	19	19	19	32	7	11	17	11	11	9	10	6	210
Guatemala	1		4		3	3	2	1	1		4	4	4	4		4	10	4	49
Haiti							2	15	12	8	11	3	3	10	7	7	11	9	98
Honduras	1	4	9	7	3	5	7	9	4	3			3	21	35	30	27	33	201
Jamaica			5	4	3	7	5	3	4	5	10	6	8	10	8	9	15	11	113
México				1						1			2	3	1			1	9
Nicarágua		2						1			3		1		1				8
Panamá	14	12					1	2	2	3	8	1	5	1	3	1	3	2	58
Paraguai	70	86	85	43	20	68	48	42	42	32	28	26	22	24	18	24	29	23	730
Peru	18	23	11	2	5	12	13	11	14	11	11	7	7	16	16	22	18	19	236
Rep. Dominicana					1	1	1			1			1	1	1	2	4	5	18
Suriname		1															1		2
Trinidad & Tobago	2	5	2	4			2	1	1	2		2	1	2	1	3	1	2	31
Uruguai	1	1	2		1	1	1			1					1			1	10
Venezuela	1		2		1	2			1	1		3			3	2	3		19
TOTAL	135	172	140	82	52	130	127	125	118	125	115	84	99	132	147	162	171	155	2271

Extraído de: Portal MRE <<http://www.dce.mre.gov.br/PEC/G/historico/introducao.php>>, Acesso em 30 jun.2017

Na Ásia, o Timor Leste responde pelo maior número de candidatos.

Figura 6 – Selecionados para PEC-G: Ásia – 2000 a 2017

PAÍS	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	TOTAL
China										1			1
Paquistão								2	2	2	1		7
Tailândia								1	1				2
Timor Leste	1					1		34	1	1	6	11	55
TOTAL	1					1		37	4	4	7	11	65

Extraído de: Portal MRE <<http://www.dce.mre.gov.br/PEC/G/historico/introducao.php>>, Acesso em 30 jun.2017

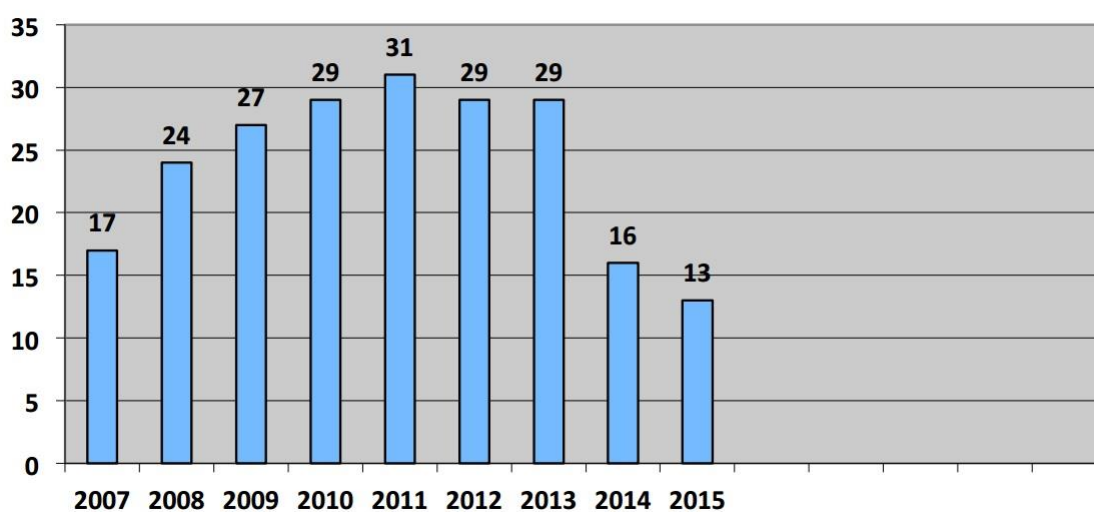
Conforme informação do Manual do Estudante-Convênio produzido pela DCE do MRE (BRASIL, 2013?, p. 5), anualmente ingressam no programa cerca de 400 estudantes, enquanto 200 se formam.

A UFJF participa do PEC-G desde a década de 60 e, desde então, a instituição já recebeu mais de 300 estudantes de diferentes países, conforme levantamento recente. Para o recebimento de estudantes estrangeiros por meio deste programa, a DRI faz um levantamento anual de vagas junto às coordenações de curso e, comunicando ao Ministério das Relações Exteriores, coloca-as à disposição para as possíveis matrículas dos estudantes. Atualmente há um número máximo e mínimo de vagas destinadas aos estudantes-convênio garantido pelo art. 14 do Regulamento Acadêmico de Graduação (RAG) da UFJF, documento aprovado no final de 2013 e revisado em janeiro de 2016:

Art. 14. O número de vagas adicionais às previstas nos editais dos processos seletivos para ingresso nos cursos de graduação da UFJF, oferecidas anualmente ao Ministério da Educação para atender discentes estrangeiras ou estrangeiros por convênio, é limitado ao máximo de 5% (cinco por cento) e ao mínimo 2 (duas) vagas em cada curso.(UFJF, 2016, p. 9)

Desta forma, a UFJF tem recebido estudantes via PEC-G conforme a figura 7:

Figura 7 – Número de estudantes PEC-G na UFJF no período de 2007 a 2015

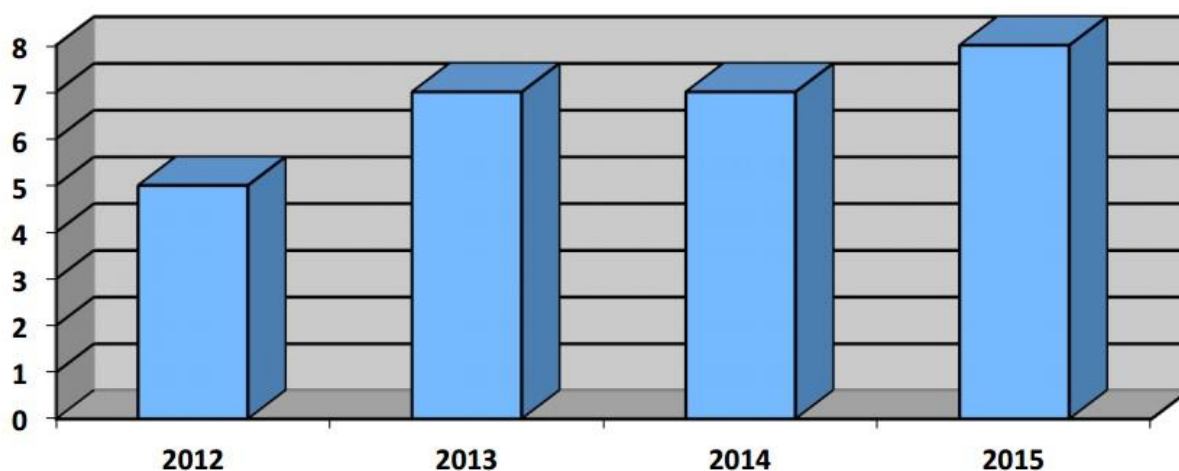


Extraído de: UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. Relatório de Gestão DRI UFJF 2015, p.15

Atualmente, os estudantes do PEC-G contam com a possibilidade de recebimento de alguns tipos exclusivos de bolsas: Bolsa Promisaeas e Bolsa Mérito – pagas, respectivamente, pelo MEC e MRE.

A bolsa Promisaeas (projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior) é um auxílio de R\$ 622,00 (seiscentos e vinte dois reais) que visa cooperar para a manutenção dos estudantes-convênio durante o curso, desde que comprovada iminente necessidade. Na UFJF, em 2015, 8 alunos foram contemplados.

Figura 8 – Número de bolsas Promisaeas implementadas pela UFJF



Extraído de: UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. Relatório de Gestão DRI UFJF 2015, p.20

A bolsa Mérito, por sua vez, também no valor de R\$622,00 por mês, é concedida a estudantes-convênio que apresentem notável rendimento acadêmico após o primeiro ano de graduação. Além de bolsa mensal, o bolsista Mérito recebe passagem aérea de retorno ao seu país, após o término da graduação.

A DCE/MRE disponibiliza ainda uma Bolsa Emergencial, no mesmo valor da Bolsa Promisaeas, que é concedida em caráter extraordinário, nos casos em que o estudante se veja em situação de extrema dificuldade financeira de ordem imprevista.

Todas as três bolsas do programa PEC-G são concedidas pelo período de seis meses e são passíveis de renovação.

No que se refere à disponibilização de vagas, anualmente as IES disponibilizam um quantitativo de vagas ao MEC, para que o ministério conduza o processo de seleção. No caso da UFJF, na elaboração de seu regulamento acadêmico de graduação (RAG), em 2013, foi incluído um capítulo que trata do ingresso de discentes estrangeiros pelos Programas de

Convênio. Estabeleceu-se que o número de vagas adicionais às vagas previstas nos editais dos processos seletivos para ingresso nos cursos de graduação da UFJF, oferecidas anualmente ao MEC é limitado ao máximo de 5% e ao mínimo de 2 vagas em cada curso.

4.2.2 Ciência sem Fronteiras

Outro programa que tem sido gerenciado pela DRI é o *Ciência sem Fronteiras*, instituído pelo Decreto 7.642. em 13 de dezembro de 2011, que buscou promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional – fruto de esforço conjunto dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e do Ministério da Educação (MEC), por meio de suas respectivas instituições de fomento - CNPq e Capes- , e Secretarias de Ensino Superior e de Ensino Tecnológico do MEC. O programa foi criado pelo governo de Dilma Rousseff, e previa a utilização de até 101 mil bolsas em quatro anos para promover intercâmbio, de forma que alunos de graduação e pós-graduação fizessem estágio no exterior com a finalidade de manter contato com sistemas educacionais competitivos em relação à tecnologia e inovação. Além disso, buscava atrair pesquisadores do exterior que quisessem se fixar Brasil ou estabelecer parcerias com pesquisadores brasileiros nas áreas prioritárias definidas pelo Programa, bem como criar oportunidade para que pesquisadores de empresas recebessem treinamento especializado no exterior.

A duração das atividades do bolsista no exterior variava de acordo com a modalidade da bolsa de estudos. As modalidades, o quantitativo de bolsas e a duração podem ser conferidos na tabela 02.

Modalidade	Nº de bolsas
Doutorado sanduíche	15.000
Doutorado pleno	4.500
Pós-doutorado	6.440
Graduação sanduíche	64.000
Desenvolvimento Tecnológico e Inovação no Exterior	7.060
Atração de Jovens Talentos (no Brasil)	2.000
Pesquisador Visitante Especial (no Brasil)	2.000

Fonte: Portal *Ciência sem Fronteiras*, disponível em:

<<http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/metad>>. Acesso em: 18 Jul.2017

As ações do programa foram implantadas em conformidade com áreas prioritárias que, segundo Pereira (2013, p.49), foram entendidas como as que compõem o foco da economia mundial.

Quadro 1 – Áreas contempladas no CsF

Áreas Contempladas no Programa Ciência sem Fronteiras
Engenharias e demais áreas tecnológicas
Ciências Exatas e da Terra
Biologia, Ciências Biomédicas e da Saúde
Computação e Tecnologias da Informação
Tecnologia Aeroespacial
Fármacos
Produção Agrícola Sustentável
Petróleo, Gás e Carvão Mineral
Energias Renováveis
Tecnologia Mineral
Biotecnologia
Nanotecnologia e Novos Materiais
Tecnologias de Prevenção e Mitigação de Desastres Naturais
Biodiversidade e Bioprospecção
Ciências do Mar
Indústria Criativa (voltada a produtos e processos para desenvolvimento tecnológico e inovação)
Novas Tecnologias de Engenharia Construtiva
Formação de Tecnólogos

Fonte: adaptado do Portal CsF <<http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/areas-contempladas>>, acesso em 17 de jul. de 2017

Em relação aos dados de execução do Programa Ciência sem Fronteiras deve-se considerar a diferença existente entre o número de bolsas concedidas e o número de bolsas implementadas divulgados no portal do CsF. As bolsas concedidas foram aquelas que já haviam recebido parecer favorável e que foram aceitas pela instituição no exterior. As bolsas implementadas foram aquelas nas quais já foi realizado pelo menos um pagamento para o bolsista, mesmo não iniciado o período de sua vigência. Ou seja, parte dos recursos era pagos antes da ida do bolsista ao exterior para permitir a compra das passagens, pagamento do seguro saúde, quando fosse o caso e outras despesas necessárias à viagem.

Em seu portal, o Programa divulga que em dezembro de 2015, 93.247 bolsas já haviam sido implementadas. Considerando todas as modalidades de bolsa (Graduação, Tecnólogo, Desenvolvimento Tecnológico, Doutorado Pleno, Pós-doutorado e Mestrado Profissional), a distribuição espacial no globo pode ser apreendida a partir dos marcadores de localização dos

bolsistas no mundo que é apresentada por meio de um recurso do *Google Maps*, que podem ser vistos na Figura 09.

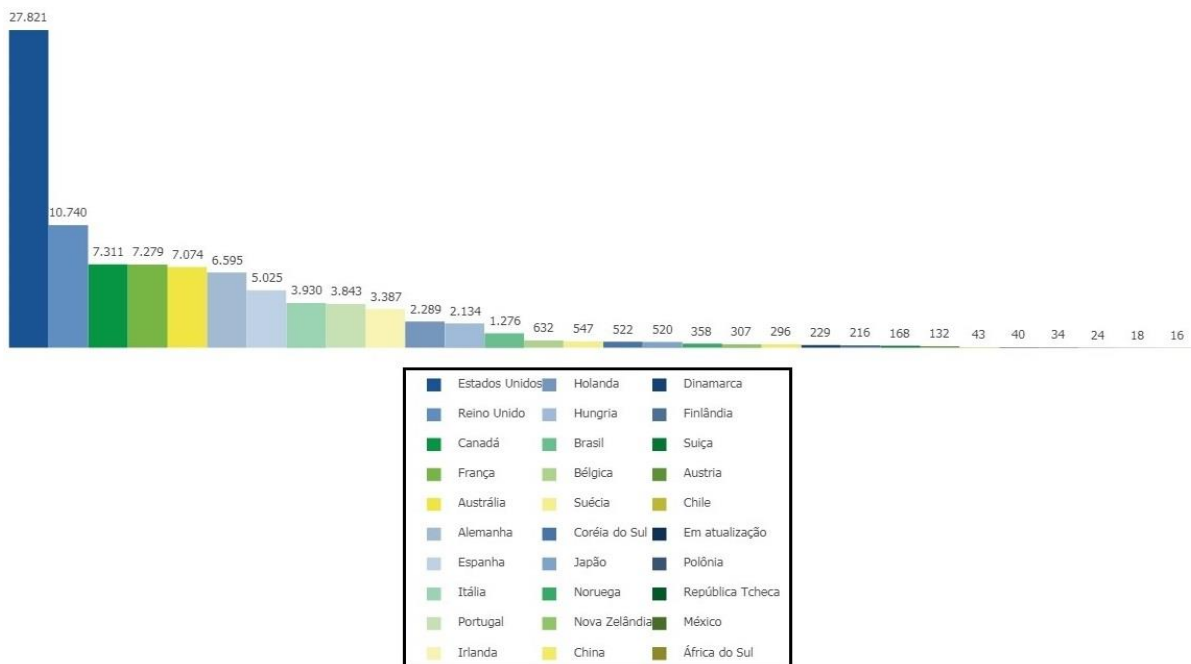
Figura 09 – Bolsistas do CsF pelo mundo no Google Maps



Extraído de: *GOOGLE MAPS. Ciência sem Fronteiras: bolsistas pelo mundo. Dez.2015. Disponível em: <<http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/bolsistas-pelo-mundo>>. Acesso em: 18 de jul. de 2017*

Em termos quantitativos, os países de destino mais buscado pelos bolsistas do CsF foram Estados Unidos, Reino Unido, Canadá, França, Austrália, Alemanha e Espanha.

Figura 10 – País de destino do bolsista - CsF



Fonte: Adaptado do Painel de Controle do CsF, disponível em <<http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/painel-de-controle>>. Acesso em: 18 Jul. 2017

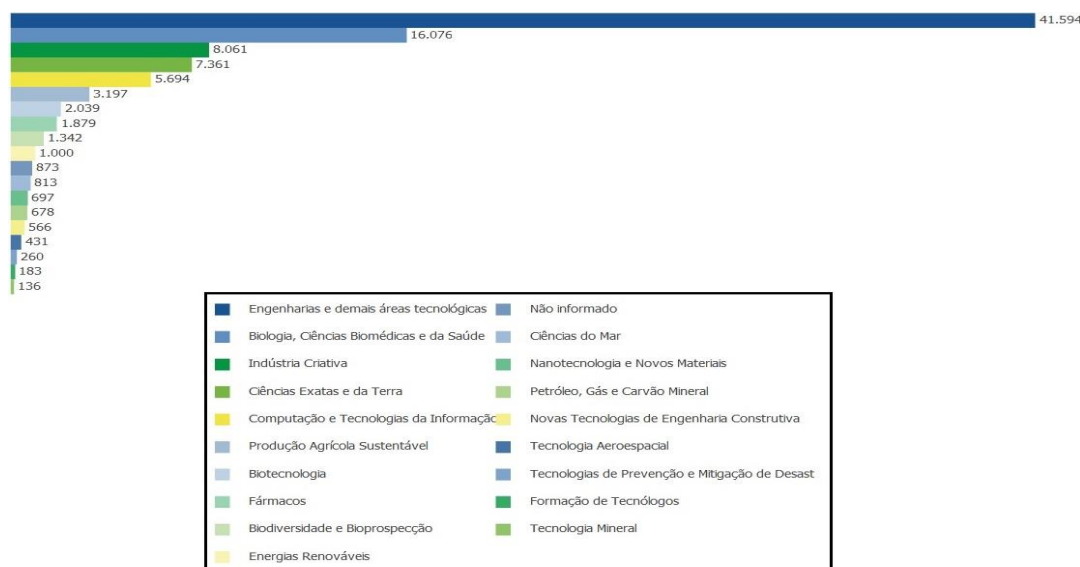
No que se referia à proficiência em idioma do país de destino, apesar de existirem critérios gerais, cada chamada do CsF possuía especificações referentes ao grau de proficiência e à documentação comprobatória do nível no idioma, conforme exigido pela instituição acolhedora.

Com relação ao financiamento do programa, inicialmente o governo brasileiro realizou acordos com diversas empresas que tinham interesse em financiar a capacitação de estudantes e profissionais no exterior. Entre as que firmaram acordos de financiamento, estavam grandes empresas como Boeing, BG Group, Eletrobrás, Funttel, Hyundai, Natura, Petrobrás e Vale.

Ao retornar do intercâmbio, o bolsista poderia realizar estágio em empresas ou associações parceiras do programa, conforme o número de vagas disponibilizadas por cada uma delas. São exemplos de parcerias neste âmbito associações e empresas como a Agência Nacional do Petróleo (ANP), a Amcham Brasil, a Associação Brasileira de Infraestrutura e Indústrias de Base (ABDIB), a Confederação Nacional da Indústria (CNI), a Confederação Nacional de Transporte (CNT), a Empresa Brasileira de Aeronáutica (EMBRAER), a Herbalife, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e a TIM Celular.

Do total de bolsas implementadas pelo programa, a área de “Engenharias e demais áreas tecnológicas” foi a que apresentou um maior número de concessões: 41.594 bolsas. Em segundo e terceiro lugar, encontram-se respectivamente as áreas de “Biologia, Ciências Biomédicas e da Saúde” e “Indústria Criativa”, com 16.076 e 8.061 bolsas implementadas.

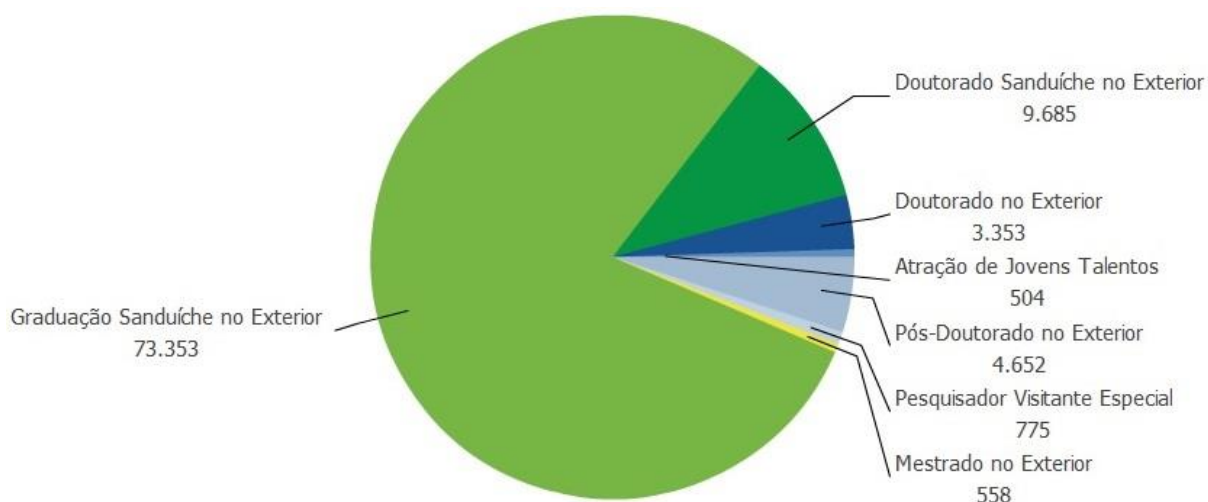
Figura 11 – Distribuição de bolsas implementadas por área prioritária - CsF



Fonte: Adaptado do Painel de Controle do CsF, disponível em <http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/painel-de-controle>. Acesso em: 18 Jul. 2017

No que diz respeito à distribuição das bolsas por modalidade, o maior número de implementações se deu para a modalidade de Graduação: 73.353 bolsas. O restante foi subdividido entre as demais modalidades, havendo a modalidade de “Doutorado Sanduíche no Exterior” apresentado o quantitativo de 9.685 bolsas implementadas.

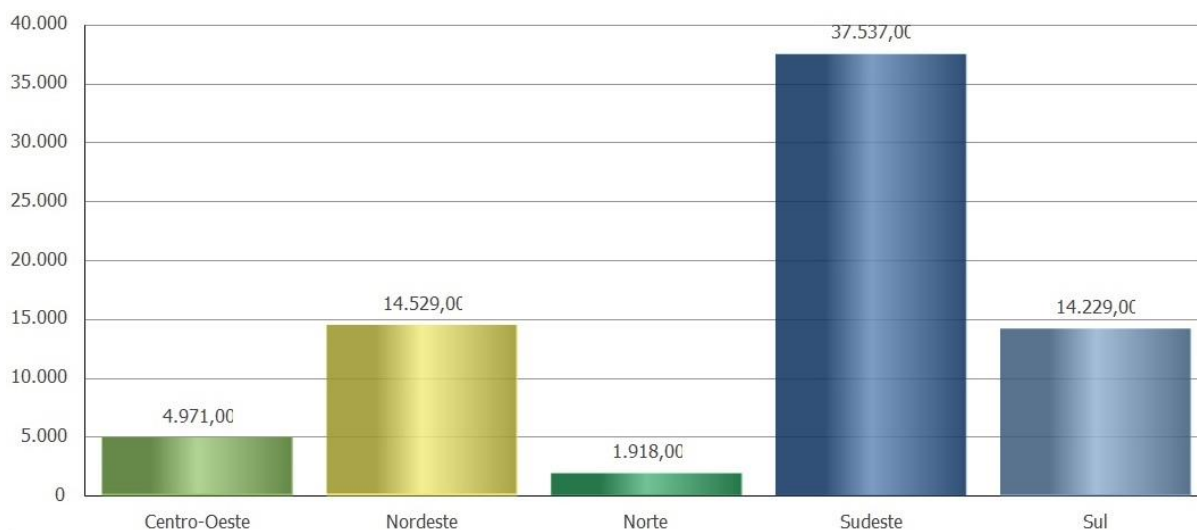
Figura 12 – Distribuição de Bolsas implementadas por Modalidade - CsF



Fonte: Adaptado do Painel de Controle do CsF, disponível em <<http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/painel-de-controle>>. Acesso em: 18 Jul. 2017

Ainda segundo os dados divulgados pelo próprio programa, observa-se que, no nível da graduação, houve um maior número de contemplados na região sudeste do Brasil, seguida da região nordeste.

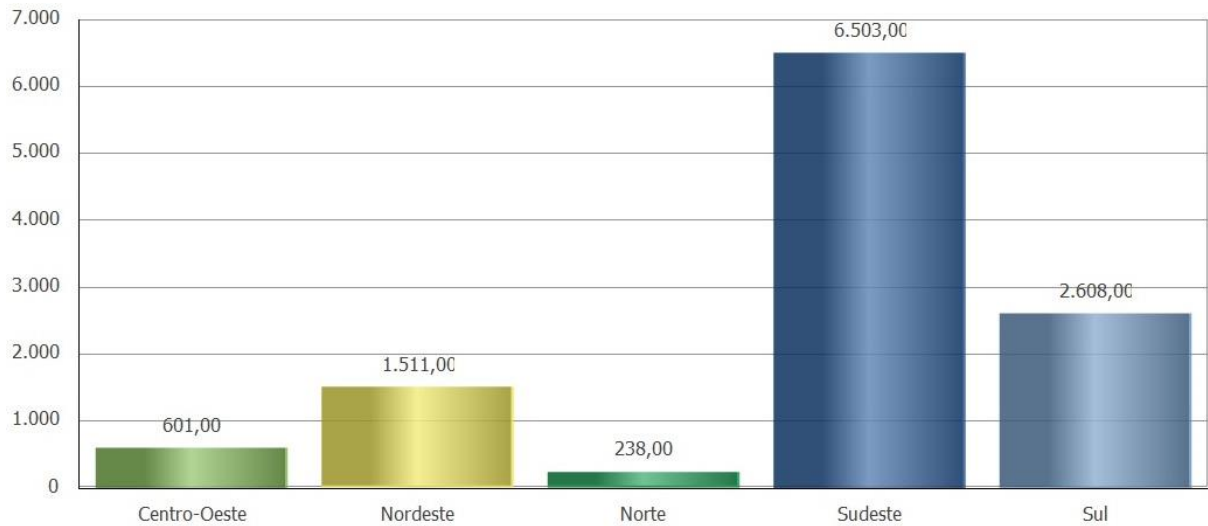
Figura 13 – Quantitativo de bolsas de graduação por região - CsF



Fonte: Adaptado do Painel de Controle do CsF, disponível em <<http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/painel-de-controle>>. Acesso em: 18 Jul. 2017

No que se refere às bolsas de pós-graduação, a região sudeste continua apresentando o maior número de bolsistas contemplados. Porém a região nordeste é superada pela região sul nesta modalidade.

Figura 14 – Quantitativo de bolsas de pós-graduação por região - CsF



Fonte: Adaptado do Painel de Controle do CsF, disponível em <<http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/painel-de-controle>>. Acesso em: 18 Jul. 2017

Observa-se ainda, no que se refere a bolsas de graduação e de pós-graduação, que as regiões centro-oeste e norte do Brasil foram as menos contempladas.

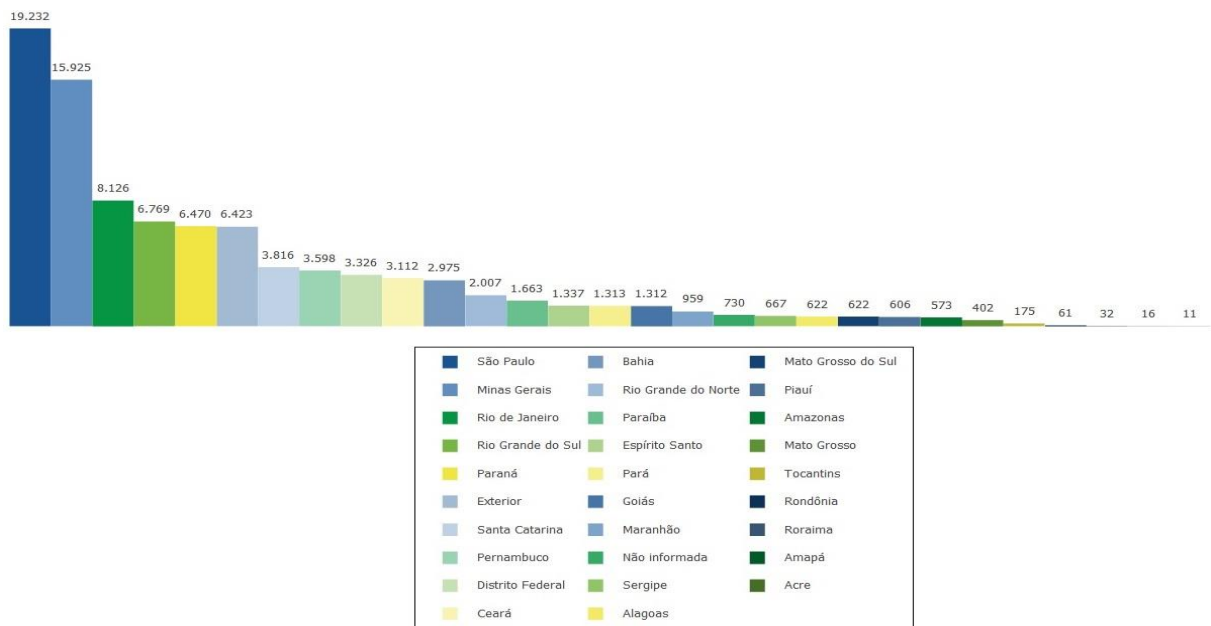
O Estado de São Paulo, seguido de Minas Gerais e Rio de Janeiro foram os que mais tiveram bolsas implementadas. Roraima, Amapá e Acre, em contraposição, formam os que menos contemplados pelo CsF, conforme podemos observar na figura XX.

Figura 14 – Bolsas Implementadas por Estado - CsF

(continua)

Figura 15 – Bolsas Implementadas por Estado - CsF

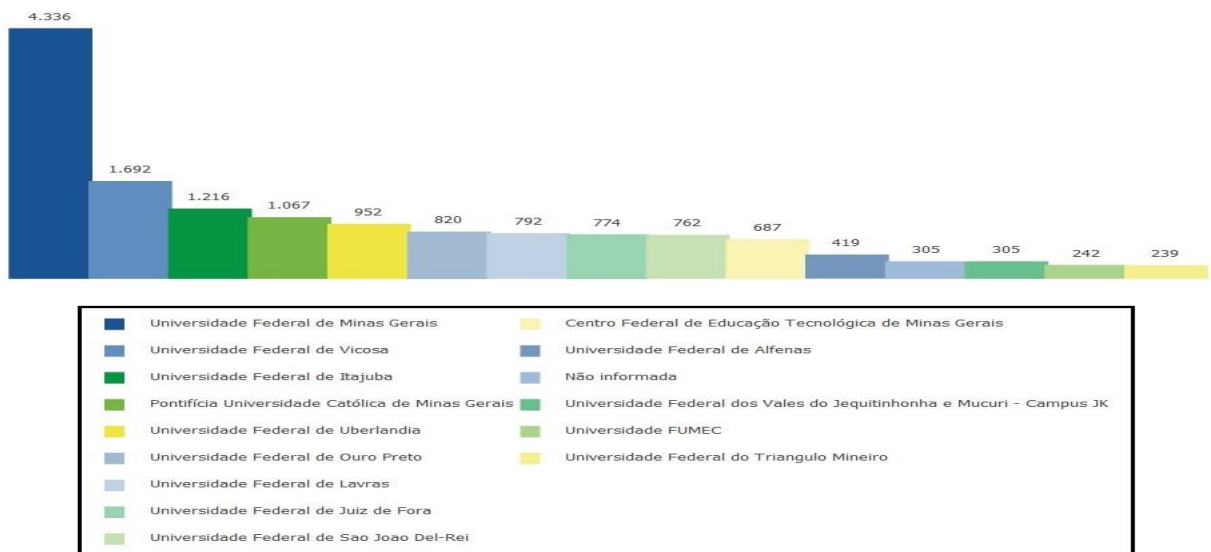
(continuação)



Fonte: Adaptado do Painel de Controle do CsF, disponível em <http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/painel-de-controle>. Acesso em: 18 Jul. 2017

No estado de Minas Gerais, a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) foi a instituição que mais recebeu bolsas do Ciência sem Fronteiras: 4.336 bolsas implementadas. No que se refere a este quantitativo, a Universidade Federal de Juiz de Fora ficou em oitavo lugar no Estado, tendo sido contemplada com 774 bolsas.

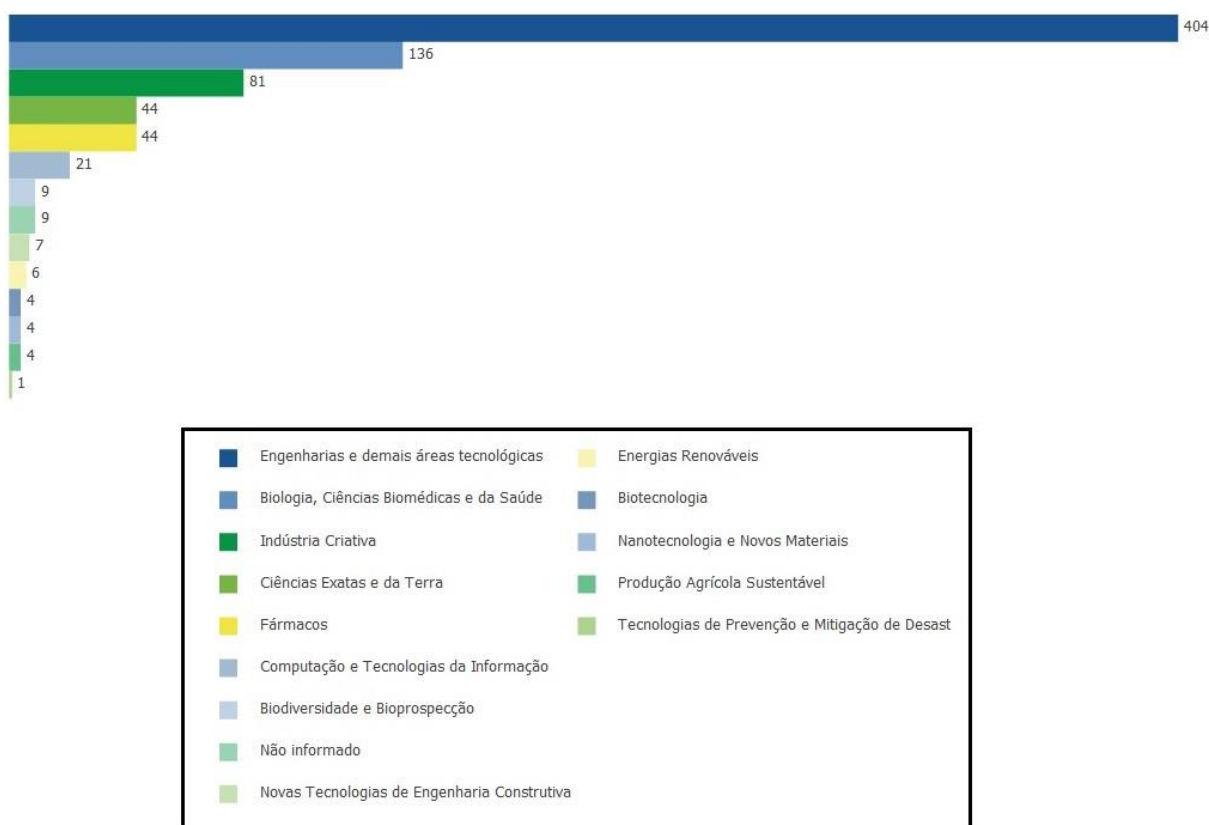
Figura 16 – Distribuição de bolsas implementadas em Minas Gerais - CsF



Fonte: Adaptado do Painel de Controle do CsF, disponível em <http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/painel-de-controle>. Acesso em: 18 Jul. 2017

Com relação às áreas prioritárias, observa-se que no caso da UFJF mantém-se a tendência geral de um maior número de bolsas implementadas para a área de “Engenharia e demais áreas tecnológicas”: 404 bolsas. Assim como na tendência geral de bolsas implementadas pelo programa, em segundo lugar figura, na UFJF, a área de “Biologia, Ciências Biomédicas e da Saúde”, com 136 bolsas implementadas e em terceiro, a área de “Indústria Criativa”, com 81 bolsas.

Figura 17 – Distribuição de bolsas implementadas por área prioritária na UFJF - CsF



Fonte: Adaptado do Painel de Controle do CsF, disponível em <<http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/painel-de-controle>>. Acesso em: 18 Jul. 2017

Conforme Pimentel (2013. p. 98), o Programa Ciência sem Fronteiras constituiu uma ação pública marcada pelo forte envolvimento do governo de Dilma Rousseff para o aumento da formação de profissionais em Ciência, Tecnologia e Inovação que tiveram contato com o padrão internacional de formação educacional e profissional. Essa formação visou atender um setor produtivo com necessidades de profissionais que tenham tido experiência internacional, com foco na produção tecnológica e na inovação.

Entretanto, no início de 2017, já no governo de Michel Temer, o MEC afirmou em nota, em seu portal na internet, que o CsF para graduação havia encerrado com o último edital de

2014, ainda no governo Dilma Rousseff. Afirmou também que havia bolsistas remanescentes deste edital no exterior e visitantes no Brasil, cujo número total chegaria a 4 mil. Conforme o atual ministério, tendo encontrado o programa com dívidas elevadas atribuídas ao governo anterior e estudantes sem recursos no exterior, teria feito uma avaliação criteriosa da modalidade graduação do programa e teria chegado a conclusão de que era alto o custo para manter os alunos estudando fora do país. Segundo informação do próprio MEC, só em 2015, teria destinado R\$3,7 bilhões para manter o programa, mesmo valor investido na merenda escolar de 39 milhões de alunos da educação básica no país. Eram 35 mil bolsistas de graduação a um custo médio no exterior de R\$100 mil por ano, enquanto o custo anual da merenda escolar, por aluno, é de R\$94.

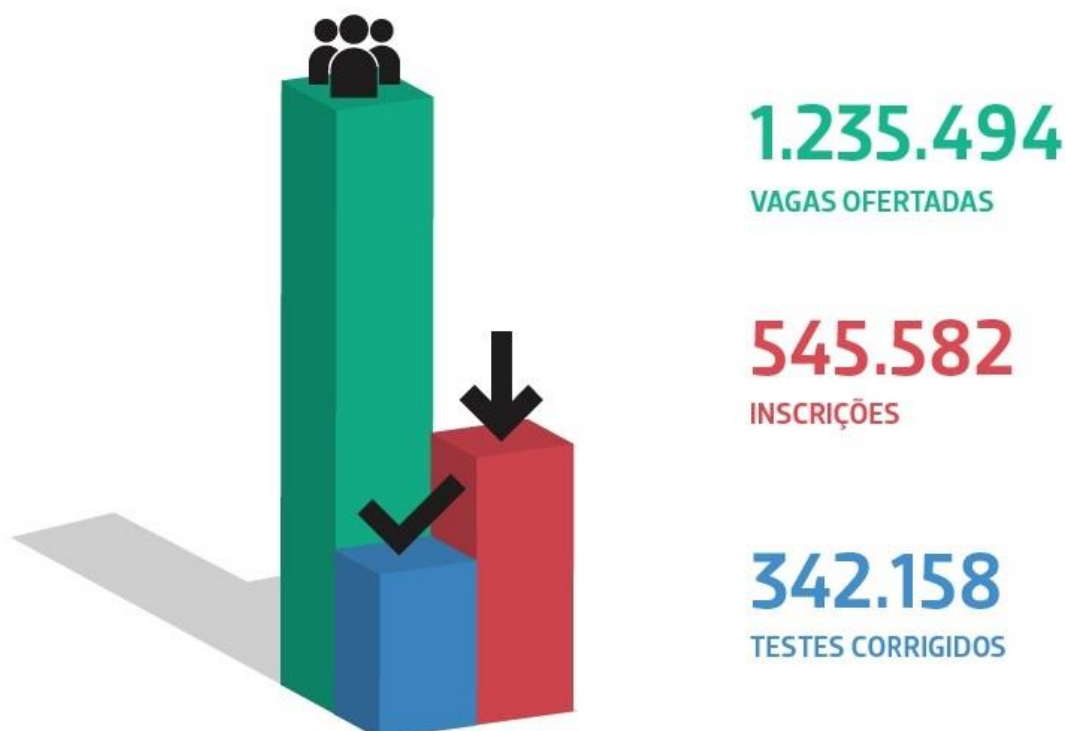
Em resposta, em nota divulgada na mídia, o ex-ministro da Educação, Aloizio Mercadante lembrou que dos alunos que participaram do CsF, 26,4% eram negros, 25% eram jovens de famílias com renda de até três salários mínimos e mais da metade eram de famílias com renda de até seis salários mínimos, demonstrando que o fim do programa seria um retrocesso para sociedade, principalmente para os mais pobres que, em razão da renda, dificilmente teriam a oportunidade de estudar no exterior. Segundo ele, em função do choque de conhecimento gerado pelo CsF, o Brasil chegou a ser, em determinado momento, o 13º país do mundo que mais publicava artigos científicos. Além disso, a participação no programa teria despertado nos bolsistas a motivação para seguir na pós-graduação, mestrado e doutorado: Dos 13 mil alunos que passaram um ano no exterior e que concluíram o ensino superior no Brasil, 20% tornaram-se alunos de pós-graduação. Por outro lado, entre os alunos que não participaram do CsF, esse percentual é inferior a 5%, nas mesmas áreas de formação. O ex-ministro também lembrou que com relação à parceria com a iniciativa privada, algumas empresas não teriam cumprido o acordado, uma vez que deveriam ser responsável por 25% do financiamento do programa.

4.2.3 Idiomas sem Fronteiras

Além dos Programas Estudante-convênio (PEC-G e PEC-PG) e do Ciência sem Fronteiras, a Diretoria de Relações Internacionais, em ação conjunta com a Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação (SESu/MEC) e com a CAPES, gerencia também o Programa Idiomas sem Fronteiras (IsF), que é o desdobramento do Programa Inglês sem

Fronteiras, instituído em agosto de 2012, pela Portaria Normativa nº 1466/2012, tendo recebido a nova denominação somente a partir 14 de novembro de 2014, com a Portaria Normativa nº 973/2014. O principal objetivo do Programa foi promover ações em prol de uma política linguística para a internacionalização do Ensino Superior Brasileiro, valorizando a formação especializada de professores de línguas estrangeiras. O Programa IsF começou oferecendo a possibilidade de realizar curso de inglês online, por meio do *My English Online* (MEO), e de um curso presencial (realizados em núcleos de ensino em universidades federais participantes). Até o presente, por esse Programa, o estudante também pode realizar o seu diagnóstico quanto ao nível de proficiência no idioma em inglês: é oferecido o TOEFL pela *Educational Testing Service* – ETS, que já foi aplicado em 184 instituições de ensino superior pública no Brasil. Embora os candidatos se inscrevem voluntariamente e sem pagar qualquer taxa, o número de inscrições ainda é bem inferior ao número de vagas ofertadas, conforme se pode observar da figura 18.

Figura 18 – Número de vagas, inscrições e testes TOEFL ITP corrigidos de 2013 a 2016 pelo Programa IsF

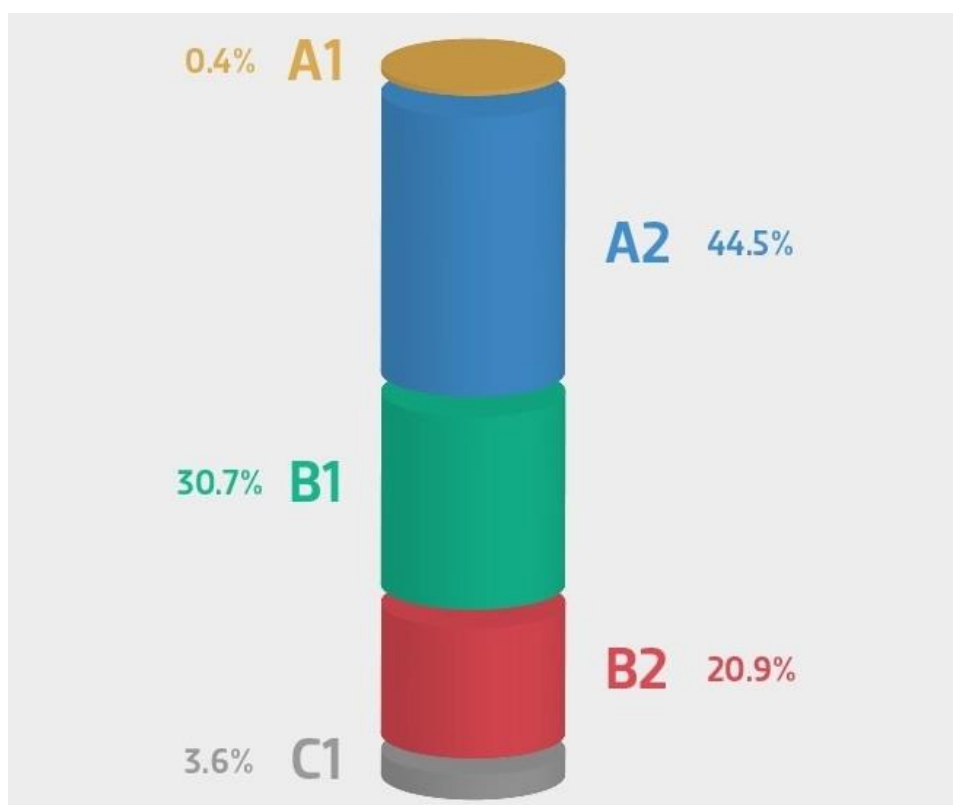


Extraído de: *Relatório Nacional de Proficiência em Inglês*. Disponível em: <<http://isf.mec.gov.br/pesquisas-e-relatorios>>. Acesso em: 20 de Jul. 2017. Dados atualizados em fevereiro de 2017.

Para definir o nível de proficiência em língua estrangeira, usa-se, no Programa Idiomas sem Fronteiras, o *Quadro Comum de Referência Europeu* (QCRE). Trata-se de um parâmetro estabelecido internacionalmente que descreve as habilidades linguísticas de um falante de língua estrangeira, a saber: compreensão escrita, produção escrita, compreensão oral e produção oral. O QCRE é desenvolvido pelo Conselho Europeu, com o apoio da Universidade de Cambridge e dividem a aprendizagem de línguas estrangeiras em seis níveis: A1, A2, B1, B2, C1 e C2. Os níveis A1 e A2 representam o estágio inicial de aprendizagem, ou nível básico. Já os estágios B1 e B2 indicam o uso independente da língua (nível intermediário). E, finalmente, os níveis C1 e C2 representam o estágio de proficiência, ou nível avançado. O TOEFL ITP não certifica no nível C2.

Em dados atualizados em fevereiro de 2017, constata-se que o nível de proficiência da maioria (44,5%) dos candidatos que realizaram o exame de proficiência em língua inglês, TOEFL ITP, é o A2, ou seja, a maioria deles apresenta o nível básico da língua. Apenas 3,6% atingiram o maior nível possível, o C1, que representa o nível avançado.

Figura 19 – Nível de proficiência atingido pelos alunos participantes do Programa IsF no TOEFL/ITP



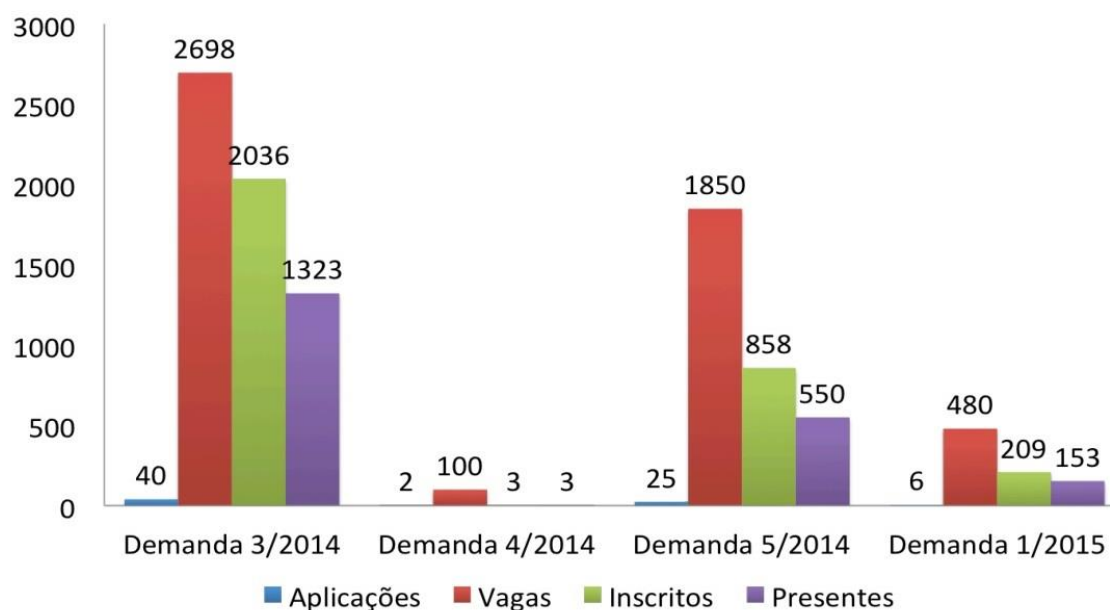
Extraído de: *Relatório Nacional de Proficiência em Inglês*. Disponível em: <<http://isf.mec.gov.br/pesquisas-e-relatorios>>. Acesso em: 20 de Jul. 2017. Dados atualizados em fevereiro de 2017.

O programa atualmente oferece também testes de língua estrangeira (de nivelamento e de proficiência) e cursos de outros idiomas além do inglês⁸, também nas modalidades *on-line* e presencial, motivo da alteração do nome *Inglês sem Fronteiras* para *Idiomas sem Fronteiras*.

Na UFJF, a língua inglesa conta com todas as ações implementadas: testagem, cursos online e cursos presenciais. As demais línguas encontram-se em processo de implementação. Atualmente há, na instituição, representantes pedagógicos para os idiomas Francês, Italiano, Espanhol e Português. Cursos online já são oferecidos também em Francês. Em 2015, a UFJF recebeu 25 vagas para este curso.

No que concerne à testagem, desde dezembro de 2014, o setor IsF-UFJF realizou 73 aplicações do TOEFL ITP, totalizando 2.026 alunos, docentes e técnico-administrativos atendidos (figura 20).

Figura 20 – Testagem do TOEFL ITP pelo IsF-UFJF, 2014-2015



Extraído de: UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. Relatório de Gestão DRI UFJF 2015, p.18

⁸ Na ocasião de implementação das ações do CsF, o *British Council* também oferecia curso preparatório para o exame IELTS de proficiência em inglês, requisito que era necessário para aceitação do estudante em universidades do Reino Unido. O curso era exclusivo para bolsistas do Programa CsF e que possuíam vaga em uma universidade do Reino Unido. Tratava-se de um curso *on-line*, gratuito e com duração de 32 horas. (PEREIRA, 2013, p. 52)

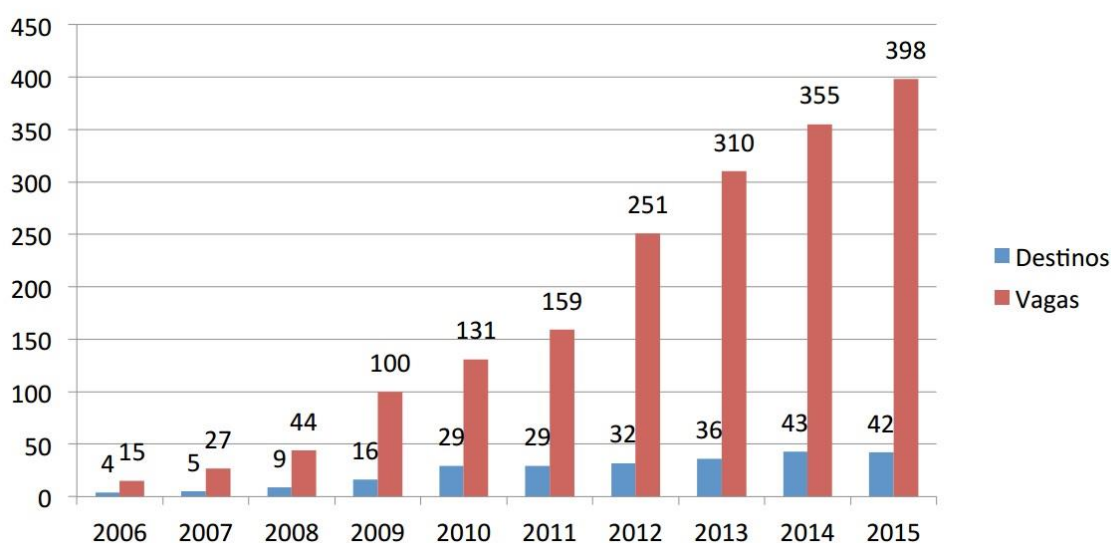
4.2.4 PII-GRAD

Além destes programas, por meio da DRI, a UFJF gerencia um programa próprio de intercâmbio para a graduação que, na modalidade *outcoming*, é chamado Programa de Intercâmbio de Graduação (PIIGRAD). Esse programa tem por objetivo promover o envio de graduandos da UFJF para cursar um ou dois semestres em universidades conveniadas no exterior, por meio de um processo seletivo divulgado em edital lançado anualmente. Esse programa é gerenciado em conjunto com a modalidade de *incoming*, isto é, de recebimento de estudantes estrangeiros que também realizam estudos por um ou dois semestres na UFJF.

Anualmente os setores de Acordos Internacionais e de Mobilidade *outgoing*, com auxílio da equipe de Treinamento Profissional da própria DRI, entram em contato com as instituições parceiras a fim de fazer um levantamento de vagas disponíveis para intercâmbio e confirmar os critérios de proficiência. Essas vagas passam a ser incluídas em um edital que é lançado anualmente, no segundo semestre, e aberto a todos os estudantes de graduação da UFJF.

Em função do aumento de destinos disponíveis por meio de cada acordo de cooperação internacional novo ou renovado, o número de vagas nos editais do PII-GRAD vem apresentando aumentos significativos a cada ano, desde 2006, conforme pode se observar na figura 21.

Figura 21 – PII-GRAD: Relação Destino de Intercâmbio x Vagas



Extraído de: UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. Relatório de Gestão DRI UFJF 2015, p.13

De 2014 a 2016, 250 estudantes da UFJF realizaram intercâmbio pelo PII-GRAD. Dos países conveniados com a universidade e com vagas disponíveis nos editais, o que mais recebeu estudantes da UFJF no período foi Portugal e o que menos recebeu, a Argentina. Observa-se que as instituições portuguesas são as únicas que não exigem teste de proficiência.

Tabela 03 – Número de estudantes da UFJF enviados ao exterior pelo PII-GRAD (2014-2016)

País de destino	Nº de estudantes enviados
Portugal	173
Alemanha	17
Dinamarca	9
EUA	8
Japão	8
Itália	7
Angola	5
Austrália	4
Coréia do Sul	4
França	3
Polônia	3
Rússia	2
Argentina	1
Total	250

Fonte: SIGA/UFJF

Com relação ao curso de origem dos intercambistas da UFJF no período entre 2014 e 2016, observa-se entre os 250 enviados ao exterior, uma predominância dos estudantes dos cursos de Humanas, com destaque para aqueles oriundos do curso de Direito, havendo sido enviados 50 alunos deste curso. Por outro lado, os cursos de Ciência da Computação, Ciências Biológicas, Engenharia Mecânica, Física, Fisioterapia, Odontologia e Química tiveram apenas um estudante realizando intercâmbio no mesmo período pelo PII-GRAD.

Tabela 04 – Quantitativo de estudantes enviados por curso pelo PII-GRAD (2014-2016)

Curso	Nº de intercambistas enviados
Direito	50
Jornalismo	22
Letras	16
Comunicação Social	15
B. I. em Artes e Design	14
Ciências Sociais	13

(Conclusão)	
Curso	Nº de intercambistas enviados
Geografia	13
História	12
Pedagogia	12
Administração	11
Ciências Econômicas	10
B. I. em Ciências Humanas	7
Engenharia Civil	7
Arquitetura e urbanismo	6
Serviço Social	6
Turismo	6
Nutrição	4
Educação Física	3
Filosofia	3
Música	3
Bacharelado em Artes Visuais	2
Bacharelado em Design (2º Ciclo - B. I. em Artes e Design	2
Enfermagem	2
Engenharia Ambiental e Sanitária	2
Medicina	2
Ciência da Computação	1
Ciências Biológicas	1
Engenharia Mecânica (2º Ciclo – Ciências Exatas)	1
Física (2º Ciclo – Ciências Exatas)	1
Fisioterapia	1
Odontologia	1
Química	1
Total	250

Fonte: SIGA/UFJF

Para concorrer a uma das vagas, o estudante deve ter realizado entre 20% e 90% do curso e um mínimo de 60 pontos de rendimento acadêmico (o índice máximo de pontos na UFJF é 100). Ao ser aprovado em todas as etapas, o estudante poderá realizar intercâmbio por um período, com a possibilidade de estender por mais um semestre.

A primeira etapa visa analisar o currículo do candidato, onde é avaliado o envolvimento do estudante com atividades acadêmicas como a participação em projetos de ensino, pesquisa, extensão, treinamento profissional, empresa júnior, monitoria, tutoria, iniciação científica entre outros. Além de apresentar documentos comprobatórios destas atividades, o estudante pode incluir registros da participação em eventos científicos com ou sem apresentação de trabalho, desde que organizados por instituições de ensino superior, pesquisa, sociedades científicas, agências de fomento e órgãos governamentais.

Para a aprovação na etapa referente à proficiência em idioma estrangeiro, o candidato deve realizar o exame exigido pela instituição de destino, alcançando o nível mínimo exigido..

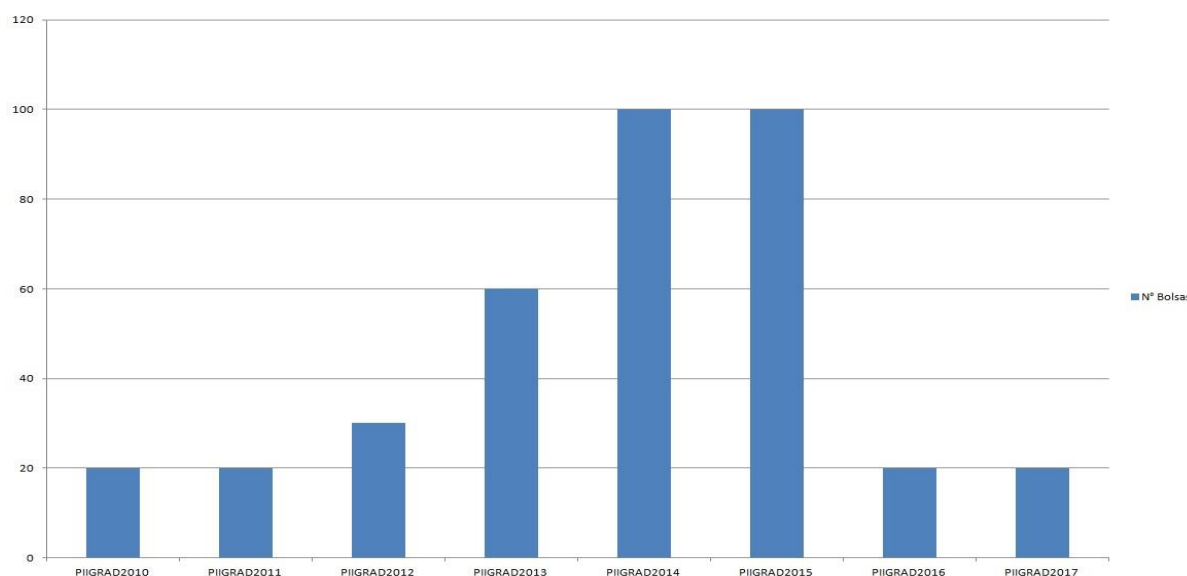
A etapa seguinte consiste na homologação de sua candidatura pela instituição parceira, que emite uma carta de aceite para o estudante aprovado no processo de seleção a fim de que ele inicie os trâmites para a realização do intercâmbio.

O processo de seleção dura em média um ano, de modo que o estudante geralmente parte para o exterior no ano seguinte ao da inscrição no processo. Esse período aparentemente longo é importante para que o estudante providencie o comprovante de proficiência exigido, a documentação necessária, como passaporte e visto, para que defina questões logísticas e de moradia e para que organize sua vida acadêmica tanto na UFJF quanto na instituição de destino.

Para subsidiar o intercâmbio, foi criado pelo setor de relações internacionais da UFJF em 2010, o Programa de Apoio à Mobilidade Acadêmica Internacional (Resolução Nº 16/2010 do Conselho Superior da UFJF), para concessão de bolsas a estudantes com excelente desempenho acadêmico.

Desde 2010, o setor de relações internacionais da UFJF disponibiliza um quantitativo de bolsas que tem variado ao longo dos anos. Conforme se pode verificar na figura 22, a série crescente no número de bolsas concedidas foi interrompida no edital de 2016 em função da crise econômica brasileira e dos cortes orçamentários com reflexo nas universidades públicas, sendo reduzido o número de bolsas de 100 para 20 concedidas anualmente a partir de então.

Figura 22 – Número de bolsas concedidas no PII-GRAD



Fonte: Adaptado pelo autor. UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. Relatório de Gestão DRI UFJF 2015, p.10.

A distribuição do benefício se refere, prioritariamente, aos estudantes em enfileiramento de demandas socioeconômicas vinculados ao Programa de Assistência Estudantil da UFJF e, no caso de estudantes não vinculados, pela ordem das melhores colocações no processo seletivo:

As bolsas do Programa de Intercâmbio Internacional serão divididas por instituições, (...) e contemplarão preferencialmente os candidatos participantes do programa de Apoio Estudantil da UFJF classificados nas três fases do processo seletivo conduzido pela UFJF dentro do número de vagas por instituição. Após contemplados os candidatos do Apoio Estudantil, havendo ainda bolsas, estas serão distribuídas entre os demais candidatos de acordo com sua ordem de classificação por instituição e/ou curso. (UFJF, 2017, p. 4).

O valor total da bolsa em 2014 foi vinculado à região de destino, conforme se pode ver na tabela 05.

Tabela 05 – Relação entre destino e valor da bolsa no PII-GRAD

Região de destino	Valor da Bolsa
África	US\$3.400,00
América Central e México	US\$3.400,00
América do Norte – EUA e Canadá	US\$5.800,00
América do Sul	US\$2.500,00
Ásia	US\$6.250,00
Europa - Portugal	US\$5.000,00
Europa – demais países	US\$6.250,00
Oceania	US\$6.500,00

Fonte: UFJF, 2017, p. 3

Além das bolsas do PII-GRAD, a DRI é responsável pelo processo seletivo das bolsas do *Programa de Bolsas Ibero-americanas para Estudantes de Graduação Santander Universidades*. Atualmente são destinadas três bolsas por ano à UFJF, no valor de €3.000,00 cada uma. Embora, por interesse do Banco provedor da bolsa, a mesma pudesse ser destinada a estudantes que queiram realizar intercâmbio em instituições do Peru, Colômbia, Portugal, Argentina, Chile, Espanha, Brasil, México, Porto Rico e Uruguai, na UFJF, a DRI, valendo-se da autonomia para definir os critérios de seleção e para conduzir o processo de seleção, instituiu que só podem concorrer a esta bolsas os estudantes que já estejam inscritos no processo seletivo do PII-GRAD e que tenham como destino instituições conveniadas de Portugal e Espanha.

Desta forma, a distribuição das Bolsas Ibero-Americanas Santander Universidades ocorre como edital complementar ao do processo seletivo do PII-GRAD. Neste edital complementar, os estudantes inscritos são também ranqueados da maior a menor nota e os três primeiros aprovados e apoiados pelo Programa de Assistência Estudantil da UFJF são contemplados pela bolsa. Na impossibilidade de distribuição para alunos vinculados à Assistência Estudantil da UFJF, as bolsas são redistribuídas em ordem decrescente de notas.

4.3 Análise do processo de internacionalização da UFJF

Observando o gerenciamento destes programas, podemos resumir-lo no quadro 2.

Quadro 2 – Programas de internacionalização da DRI/UFJF

Programas de Internacionalização da DRI/UFJF		
Tipo de programa	Nome dos programas	Parceria
Programas gerenciados em conjunto	PEC-G/PEC-PG	DCE/DCT/MRE e DAI/SESu/MEC
	CsF	MCTI, MEC, CNPq e CAPES
	IsF	SESu/MEC e CAPES
Programas próprios	PII-GRAD (<i>Outcoming</i>)	Instituições parceiras conveniadas

Fonte: Organizado pelo autor

A partir das informações contidas no quadro 1, é possível observar que o processo de internacionalização na UFJF ocorre de duas maneiras distintas: primeiramente, por meio de programas planejados por órgãos aos quais a instituição está direta ou indiretamente ligada (PEC-G, PEC-PG, CsF e IsF). Por outro lado, a instituição tem seu programa próprio voltado para a internacionalização, o PII-GRAD, com foco na mobilidade internacional de estudantes de graduação.

Com relação ao Programa Estudante-convênio, seja no nível da graduação, seja no da pós-graduação, ele se insere no contexto das políticas estratégicas de relacionamento do governo brasileiro com países em desenvolvimento, em que instituições de ensino superior, como a UFJF, atuam como agente coadjuvante. Assim, compete ao Ministério das Relações Exteriores coordenar os procedimentos relativos à implementação do programa junto a governos estrangeiros por intermédio das missões diplomáticas e repartições consulares

brasileiras. Ao Ministério da Educação compete coordenar os procedimentos referentes à adesão das IES ao PEC-G, oferta das vagas, seleção e matrícula dos candidatos e acompanhamento do programa. Apenas as questões de natureza acadêmica são de atribuição exclusiva das IES integrantes do programa, como é o caso da UFJF.

A criação do programa no nível da graduação (PEC-G) retoma a década de 60 e, portanto, antecede a demanda por internacionalização ocorrida nas últimas duas décadas. Já o PEC-PG, acompanhando a expansão dos cursos de pós-graduação no Brasil, teve seu primeiro protocolo assinado em 1981. Sua criação teve como objetivo possibilitar a cidadãos oriundos de países em desenvolvimento a realização de estudos de pós-graduação no Brasil, contribuindo assim, para a formação de recursos humanos para estes países, nos moldes do PEC-G.

Desta forma, embora a UFJF venha disponibilizando vagas anualmente ao programa e gerenciado a vida acadêmica dos estudantes que escolhem a UFJF para realizar seus estudos de graduação ou pós-graduação, seu formato, suas finalidades e sua continuidade são definidos fora da universidade.

O outro programa gerenciado pela DRI/UFJF, o Ciência sem Fronteiras, embora tenha possibilitado a captação de bolsas para que a comunidade acadêmica da UFJF pudesse realizar intercâmbio internacional ao longo dos anos em que esteve em vigor, tinha como objetivos as políticas estratégicas do governo para promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional. Ainda que em certo momento tenha sido repaginado para incluir estudantes da área de humanas (que se candidatavam na área de Indústria Criativa), seu o foco principal foi, definitivamente, a área tecnológica, e o quantitativo de bolsas implementadas demonstra o quanto visou atender às áreas de exatas e biomédicas - como se pode constatar pelos dados disponibilizados no Portal CsF e reproduzidos neste trabalho. Tal restrição à área de humanas é passível de questionamento sobre a real contribuição para o desenvolvimento social, econômico e tecnológico do país. Ironicamente, uma das maiores dificuldades do programa foi a falta de domínio de línguas estrangeiras.

Deste modo, embora o surgimento de novas tecnologias e de inovações incentivadas pelo programa seja importante para a sociedade, identifica-se, com relação a este programa do governo federal, a necessidade de atender às necessidades do mercado sem maior atenção para a formação humanística e ética de cientistas, profissionais e demais pessoas que atuarão diretamente no desenvolvimento destes setores, assim como nas áreas de políticas públicas ou

ensino de ciências. Ao limitar a atividade científica ao âmbito de suas aplicações no desenvolvimento econômico, mais do que criar um problema de natureza epistemológica, coloca-se a ciência e suas instituições submissas às imposições do mercado mundial. Embora se espere que os bolsistas, ao regressarem, possam contribuir com a indústria brasileira através de melhorias tecnológicas, não esteve claro como o programa poderia contribuir com a alteração da atual divisão internacional do trabalho, principalmente sem a contribuição das Ciências Humanas. Resulta daí, portanto, a continuidade de um modelo positivista e tecnicista de ciência que reproduz a lógica do capital voltado para o consumo de massa em nível mundial.

Ao se deixar de lado as Ciências Humanas neste processo, constata-se a observação de Konder (2010, P. 108), que afirma que “a classe dominante tem sobrevivido e mantido a exploração e a opressão dos trabalhadores porque consegue neutralizar algumas áreas importantes do campo de batalha da cultura e, com isso, manter a hegemonia”.

É importante observar que, assim como os programas PEC-G e PEC-PG, o programa CsF teve seu formato, suas finalidades e sua continuidade definidos fora da universidade.

O programa Idioma sem Fronteiras, uma das heranças do programa CsF para o mundo acadêmico, aos poucos caminha no sentido de incorporar e consolidar o uso de outros idiomas no Ensino Superior, mas está longe de romper com a hegemonia da língua inglesa. As atividades realizadas na UFJF se circunscrevem à execução das orientações e diretrizes dadas a todas as demais instituições responsáveis pelo programa.

Diferentemente dos programas Estudante-convênio (PEC-G e PEC-PG), do programa Ciência sem Fronteiras e do programa Idioma sem Fronteiras, o Programa de Intercâmbio Internacional de Graduação (PII-GRAD) da UFJF é gerido pela própria universidade por meio de sua Diretoria de Relações Internacionais. Esta autonomia na gestão de um programa de mobilidade internacional no contexto das políticas de internacionalização de uma instituição de ensino superior pública brasileira permite um planejamento estratégico que não pode ser elaborado quando se trata apenas de operacionalizar programas oriundos de políticas governamentais, ou de órgãos de fomento nacionais e internacionais.

Uma vantagem imediata, observável nos editais anuais do programa (cuja cópia do processo de seleção mais recente pode ser encontrada anexa a este trabalho), é a possibilidade de conduzir o processo de internacionalização de modo que todas as áreas do conhecimento se envolvam de acordo com suas perspectivas e demandas, fugindo à lógica de se internacionalizar para o mercado. As vagas disponibilizadas são decorrentes dos convênios firmados com outras

instituições estrangeiras em função da política de internacionalização da própria DRI/UFJF ou dos contatos do corpo docente com representantes de outras instituições. Diferente dos demais programas analisados, vê-se aqui uma abertura para que se conduza o processo de internacionalização de acordo com as próprias demandas da instituição.

No entanto, o quantitativo de acordos da UFJF com países de centro, principalmente da América do Norte e da Europa, ainda é muito superior ao número de acordos estabelecidos com os países de periferia e semiperiferia. Consequentemente, há maior oferta de realização de intercâmbio em instituições de países como Portugal, Alemanha, Dinamarca, EUA e Japão - países que realizam a *internacionalização ativa*, que, segundo Lima e Maranhão (2009), são recebedores de docentes, pesquisadores e discentes estrangeiros.

Cunha (1988, p. 9) entende, como Gramsci, a universidade como aparelho de hegemonia, que tem sua especificidade na formação de intelectuais tradicionais e de intelectuais orgânicos da burguesia. Enquanto aparelho de hegemonia, a universidade se encontra sujeita a uma luta hegemônica que se desenvolve em seu próprio seio, o que explica muitas das crises de identidade deste aparelho. Neste sentido, vê-se em um programa próprio de internacionalização conduzido por uma universidade, como é o caso do PII-GRAD, a possibilidade de se contrapor aos ditames do mercado, às práticas neoliberais, à exploração imperialista, enfim, ao domínio do capital em si.

5 CONCLUSÕES

A questão central proposta nesta pesquisa foi: tendo em vista que a internacionalização das IES públicas brasileiras vem ocorrendo a partir de projetos oriundos das próprias universidades e de projetos incentivados por órgãos exteriores a elas, quais são as motivações, diferenças, os desdobramentos positivos e negativos e as potencialidades destes dois tipos de internacionalização?

Constatou-se que as políticas públicas voltadas para a internacionalização da universidade pública brasileira estão inseridas na atual lógica de mercado difundida pela ideologia neoliberal que visa manter as práticas imperialistas conduzidas principalmente pelo capital financeiro que se impôs desde a formação dos primeiros monopólios do século XX.

Buscando responder se o capitalismo ainda é aquele de *O Capital*, Teixeira (2009) responde que decerto que não. Para os autores de *Marx no século XXI*, Karl Marx já havia afirmado que o desenvolvimento da livre concorrência resultaria no surgimento de monopólios. A partir da leitura da obra de Lênin (2008), vimos que o mundo já se encontrava totalmente partilhado entre um punhado de grandes monopólios no início do século XX. Na atualidade, soma-se o fato de o mundo ter se tornado um enorme mercado sem fronteiras.

Para Lênin, cinco setores cruciais são monopolizados e são o sustentáculo do capital e conseqüentemente, do capitalismo. São eles: a) Monopólio da tecnologia; b) Monopólio do acesso aos recursos naturais do planeta; c) Monopólio dos meios de comunicação; d) Controle do mercado financeiro mundial; e) Monopólio das armas de destruição em massa. O conhecimento produzido pelas instituições de Ensino Superior do mundo inteiro se inter-relaciona com cada um destes monopólios na medida em que pode, a qualquer momento, ampliar-lhes o poder, fornecer-lhes novas formas de exploração e proporcionar volumosos lucros para uma parcela ínfima da sociedade ao mesmo tempo em que a relação imperialista entre os países centrais e os de periferia e semiperiferia é mantida.

Em consonância com Almendra, concluímos que, se os monopólios citados por Lênin se cristalizaram no início do século XX, neste início de milênio eles são maiores e mais poderosos. Assim, a luta contra a perspectiva do capital requer necessariamente o controle social dos três primeiros e a eliminação dos dois últimos. No caso do controle do mercado financeiro mundial é visível sua relação com a política neoliberal que começou a se difundir ao

final da década de 1970 e sua influência, através de grandes organizações, nas políticas públicas para a educação.

No que diz respeito às três crises abordadas referentes às universidades, observamos que além de estarem inter-relacionadas, seguem o percurso desejado pelas grandes organizações mundiais comprometidas com grupos monopolistas e com o capital financeiro, como o Banco Mundial, FMI entre outros. Essas crises só podem ser enfrentadas conjuntamente por meio de vastos programas de ação gerados dentro e fora da universidade. Cabe observar que são essas mesmas organizações que, além da declarada preferência pelo Ensino Superior do setor privado, e do tratamento da Educação como mercadoria, vêm publicando, de tempos em tempos, uma vasta literatura com estratégias de internacionalização para que as universidades, inclusive as públicas, adaptem-se aos novos tempos, aos tempos de Globalização. A esse discurso de *adaptação* aos novos tempos é, de fato, muito apropriado o alerta de Chesnais (1996) com relação à conotação dos termos geralmente imperativos presentes nos textos em que *internacionalização* e *globalização* são temas.

Por fim, a análise do processo de internacionalização da Universidade Federal de Juiz de Fora nos permitiu constatar a importância de as universidades públicas brasileiras conduzirem algum programa próprio, com suas próprias diretrizes e que esse processo se dê de maneira crítica, identificando os reais motivos dos agentes fomentadores da internacionalização. Esse é um dos passos a se serem dados para que o processo de internacionalização não seja sinônimo de submissão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMENDRA, C. C. **Globalização e imperialismo**. In: COGGIOLA, Osvaldo (org.). Revista Estudos. n.1. jun. p.133-165. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 1998.

ALMEIDA, P. H. **O compartilhamento do conhecimento entre pesquisadores nacionais e internacionais do Programa Ciência sem Fronteiras**. Dissertação (Mestrado em Ciência, Gestão e Tecnologia da Informação). Programa de Pós-Graduação em Ciência, Gestão e Tecnologia da Informação. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2017.

ALTBACH, P. G.; REISBERG L.; RUMBLEY L.E. **Trends in Global Higher Education: tracking an academic revolution**. UNESCO. 2009.

AZEVEDO, M. L. N. de. Transnacionalização e mercadorização da educação superior: examinando alguns efeitos colaterais do capitalismo acadêmico (sem riscos) no Brasil – A expansão privado-mercantil. **Revista Internacional de Educação Superior**, Campinas, SP, v. 1, n. 1, p. 86-102, ago. 2015. ISSN 2446-9424. Disponível em: <<http://ojs.fe.unicamp.br/index.php/RIESup/article/view/7371/6142>>. Acesso em: 29 jul. 2017.

BANCO MUNDIAL. **La enseñanza superior. Lecciones derivadas de la experiencia**. Washington: Banco Mundial, 1995.

BANCO MUNDIAL, **Construir Sociedades de Conocimiento: Nuevos Desafíos para la Educación Terciaria**. Washington: Banco Mundial. 2003.

BARTELL, M. **Internationalization of universities: A university culture-based framework**. Higher Education. Manitoba, Winnipeg, 2003.

BOSCHETTI, I.; BEHRING, E. R.; SANTOS, S. M. de M. dos, MIOTO, R. C. T. **Capitalismo em crise: política social e direitos**. São Paulo: Cortez Editora, 2010.

BOURDIEU, P.; WACQUANT, L. **Sobre as Artimanhas da Razão Imperialista**. Estudos Afro-Asiáticos, Ano 24, nº 1, 2002, pp. 15-33.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

_____. Decreto n. 19.851, de 11 de abril de 1931 Estatuto das Universidades Brasileiras. Lei Francisco Campos. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 12 abr. 1931, p. 5800.

_____. Decreto n. 7.642, de 13 de dezembro de 2011. Institui o Programa Ciência sem Fronteiras. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 dez. 2011. Seção 1, p. 7.

_____. Lei n. 3.858, de 23 de dezembro de 1960. Cria a Universidade de Juiz de Fora, Minas Gerais, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1960. Seção 1, p. 16272.

_____. Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961 - Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 dez. 1961, p. 11429.

_____. Lei n. 5.540, de 28 de novembro de 1968 Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 28 nov. 1968, p. 10369.

_____. Ministério da Educação. Manual do Programa Estudante Convênio de Graduação. 2000. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/CelpeBras/manualpec-g.pdf>> Acesso em: 26 jul. 2017.

_____. Ministério da Educação. Portal CSF. **Painel de Controle Ciência sem Fronteiras**. Disponível em <<http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/painel-de-controle>>. Acesso em 30 de junho de 2017.

_____. Ministério da Educação. Portal do MEC. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/busca-geral/212-noticias/educacao-superior-1690610854/46981-mec-afirma-que-o-ciencia-sem-fronteiras-tera-5-mil-bolsistas-na-pos-graduacao>> Acesso em: 30 jun. 2017.

_____. Ministério da Educação. Relatório Nacional de Proficiência em Inglês. Disponível em: <<http://isf.mec.gov.br/pesquisas-e-relatorios>>. Acesso em: 20 de jun. 2017.

_____. Ministério das Relações Exteriores. Manual do Estudante-Convênio. 2013? Disponível em: <http://www.dce.mre.gov.br/PEC/G/docs/Manual_do_Estudante-Convenio_PT.pdf> Acesso em: 30 jun. 2017.

_____. Ministério das Relações Exteriores. Portal MRE. Disponível em: <<http://www.dce.mre.gov.br/PEC/G/historico/introducao.php>> Acesso em 30 jun. 2017

CARDEAL, A. M. D. **Imperialismo, dependência e globalização**: a contemporaneidade capitalista. Uberlândia: UFU, 2007. Dissertação (Mestrado em Economia) – Programa de Pós-graduação em Economia. Instituto de Economia. Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007.

CHAUI, M. Universidade Pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**, n.24, p.5-15, dez. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a02>>. Acesso em: 30 ago. 2016.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CUNHA, L. A. **A Universidade Reformanda**: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior. Rio de Janeiro: Francisco Alvez, 1988.

DUMENIL, G.; LEVY, D. **Neoliberalismo**: neo-imperialismo. Econ. soc., Campinas, v. 16, n. 1, p. 1-19, Abr. 2007 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-06182007000100001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 03 jul. 2017.

FEIJÓ, N. F. **A internacionalização da educação superior no Brasil**: um estudo de caso de alunos estrangeiros do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/UFRGS.

Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2013.

FERNADES, F. (Org.) **História**. 2. ed. - São Paulo: Ática, 1984.

GOOGLE MAPS. Ciência sem Fronteiras: bolsistas pelo mundo. Dez.2015. Disponível em: <<http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/bolsistas-pelo-mundo>>. Acesso em: 18 de jul. de 2017.

HARVEY, D. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Loyola, 2008.

HOBBSAWM, Eric J. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOBBSAWM, Eric J. **Globalização, democracia e terrorismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

KNIGHT, J. **Internationalization: management strategies and issues**. International Education Magazine, v.9. 1993.

_____.; DE WIT, H. Strategies for Internationalization of Higher Education: historical and conceptual perspectives. In: DE WIT, H (Org.). **Strategies for Internationalization of Higher Education a comparative study of Australia, Canada, Europe and United States of America**. Amsterdam: European Association for International Education, 1995.

KONDER, Leandro. **Em torno de Marx**. São Paulo: Boitempo, 2010.

KOSIK, Karel. **A Dialética do Concreto**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LAUS, S. P. **A internacionalização da Educação Superior: um estudo de caso da Universidade Federal de Santa Catarina**. Tese (Doutorado em Administração) – Núcleo de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2012.

LENIN, V. I. **O imperialismo, fase superior do capitalismo** (ensaio popular). 4ª ed. São Paulo: Centauro, 2010.

LIMA, M. C.; MARANHÃO, C. M. S. de A. **O sistema de educação superior mundial: entre a internacionalização ativa e passiva**. Avaliação (Campinas), Sorocaba, v. 14, n. 3, p. 583-610, nov. 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772009000300004&lng=pt&nrm=iso>. acesso em 03 jul. 2017.

MARGINSON, S.; RHOADES, G. **Beyond national states, markets, and systems of higher education: A glonacal agency heuristic**. Netherlands: Higher Education Kluwer Academic Publishers, 2002. v.43.

MARX, K. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

_____. **O Capital**, Livro I, volume I. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

_____.; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. 2. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MOROSINI, M. C. Estado do conhecimento sobre internacionalização da educação superior: conceitos e práticas. **Educar em Revista**, Curitiba, n.28, p.1-9, jul./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n28/a08n28>>. Acesso em: 23 fev. 2017.

MOTTA, R. P. S. Os olhos do regime militar brasileiro nos campi: As assessorias de segurança e informações das universidades. **Topoi (Rio J.)**, Rio de Janeiro, v.9, n.16,p.30-67, Junho 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-101X2008000100030&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 25 Jul. 2017.

MUELLER, C. V. **O processo de internacionalização do ensino superior**: um estudo de caso da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do sul. Porto Alegre, 2013.

OLIVEN, A. C. A História da Educação Superior no Brasil. In: SOARES, Maria Susana Arrosa (coord.). **Educação Superior no Brasil**. Brasília: CAPES, 2002.

WORLD TRADE ORGANIZATION. **The General Agreement on Tariffs and Trade** (GATT de 1947). Disponível em: <https://www.wto.org/english/docs_e/legal_e/gatt47_01_e.htm> . Acesso em: 30 jun. 2017.

PEREIRA, V. M. **Relatos de uma Política**: uma análise sobre o Programa Ciência sem Fronteiras – Brasília: Universidade de Brasília, Centro de Desenvolvimento Sustentável, 2013.

PIMENTEL, A. O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. **Cad. Pesqui.**, São Paulo , n. 114, p. 179-195, Nov. 2001 . Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n114/a08n114>>. acesso em 31 Jul. 2016.

PORTAL BRASIL 247. Mercadante: fim do Ciência sem Fronteiras é "retrocesso inaceitável". Disponível em: <<https://www.brasil247.com/pt/247/brasil/288288/Mercadante-fim-do-Ci%C3%Aancia-Sem-Fronteiras-%C3%A9-%E2%80%9Cretrocesso-inaceit%C3%A1vel%E2%80%9D.htm>>. Acesso em: 30 jun. 2017.

SANTOS, B. de S. **A Universidade no Século XXI**: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade. Coimbra: Almedina, 2008.

TEIXEIRA, Anísio. Ensino Superior no Brasil: Análise e interpretação de sua evolução até 1969. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1989.

TEIXEIRA, F. e FREDERICO, C. **Marx no século XXI**. 2.ed. - São Paulo: Cortez, 2009.
UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA, Diretoria de Relações Internacionais. **Relatório anual de autoavaliação institucional 2015**. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/diavi/files/2011/06/2016-Relat%C3%B3rio-Anual-2015.pdf>> Acesso em 30 jun. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. Conselho Setorial de Graduação. Regulamento Acadêmico de Graduação. Juiz de Fora, 25 jan. 2016. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/prograd/institucional/legislacao>>. Acesso em: 30 jun. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. Diretoria de Relações Internacionais. **Relatório de gestão 2006-2014**. Juiz de Fora, 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. Diretoria de Relações Internacionais. Relatório de gestão 2015. Juiz de Fora, 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. Diretoria de Relações Internacionais. **EDITAL PII-GRAD 2017**. Juiz de Fora, 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. Portaria n.1244 de 25 de setembro de 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. Sistema Integrado de Gestão Acadêmica (SIGA). Disponível em <<https://siga.ufjf.br>>. Acesso em: 30 jun.2017.

WALLERSTEIN, I. M. **World-systems analysis: An introduction**. Duke University Press. 2004.

WIT, H. de.; JARAMILLO I. J.; GACEL-ÁVILA J.; KNIGHT. J. **Higher Education in Latin America**. Banco Mundial, 2005.

ANEXO A – EDITAL DO PII-GRAD 2017/DRI-UFJF

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA DIRETORIA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS (UFJF | Internacional)

Edital de Seleção do Programa de Intercâmbio Internacional de Graduação 2017

A Diretoria de Relações Internacionais da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF | Internacional), no uso das competências que lhe foram designadas pela Portaria nº 1244/2014 e com base na Resolução nº 15/2014, torna pública a abertura do processo seletivo para o preenchimento de vagas para o Programa de Intercâmbio Internacional de Graduação 2017 (PII-GRAD 2017) entre a UFJF e instituições estrangeiras, o qual se rege pelos convênios estabelecidos entre a UFJF e as instituições parceiras no exterior, bem como pelas normas e instruções do presente edital.

1. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1. O PII-GRAD 2017 tem como objetivo fomentar a mobilidade acadêmica internacional do corpo discente da UFJF em nível de graduação.

1.2. São condições para inscrever-se no Processo Seletivo do PII-GRAD 2017:

1.2.1. Ser aluno da UFJF regularmente matriculado e frequente em curso de graduação;

1.2.2. Ter concluído com aproveitamento, no momento da inscrição, no mínimo 1 (um) semestre letivo de seu curso na UFJF;

1.2.3. Assumir o compromisso de cursar, após o término do intercâmbio, no mínimo um (01) semestre letivo na UFJF, exceto se houver casos especiais previstos em acordo com universidade estrangeira e indicados no Anexo I deste Edital;

1.2.3.1. O aluno de Bacharelado Interdisciplinar que se candidatar ao intercâmbio ao final do primeiro ciclo, deve assumir o compromisso de retornar à UFJF para cursar o segundo ciclo de seu respectivo curso.

1.2.4. Ter Índice de Rendimento Acadêmico igual ou superior a 60;

1.2.5. Ser brasileiro ou possuir visto permanente de residência no país;

1.2.6. Preencher todos os requisitos específicos exigidos pela instituição estrangeira ou programa a que se candidatar, conforme o disposto no Anexo I deste Edital, no cronograma indicado.

1.3. São condições para cursar período de intercâmbio no exterior no âmbito do PII-GRAD 2017:

1.3.1. Ser aprovado no processo seletivo;

1.3.2. Não ter trancado sua matrícula no semestre do intercâmbio nem no semestre anterior;

1.3.3. Comprovar nível de proficiência em língua estrangeira, conforme o exigido pela instituição estrangeira pretendida;

1.3.4. Obter visto de estudante e seguro saúde para o período do intercâmbio, considerando-se as exigências legais do país de destino, bem como dos demais países a serem, eventualmente, visitados.

1.4. Será considerado inelegível ao PII-GRAD o aluno que tenha ingressado na UFJF por projetos especiais, programa estudante-convênio, vagas de cortesia ou por matrícula em disciplina isolada.

1.5. O aluno que já tenha participado anteriormente de algum programa de intercâmbio internacional promovido pela UFJF poderá participar do PIIGRAD, entretanto, sua pontuação será classificada após os demais candidatos que ainda não realizaram intercâmbio, considerando a vaga pretendida.

1.6. O período de intercâmbio terá duração de um ou dois períodos letivos, exceto em casos especiais previstos em acordo com a instituição estrangeira, ou conforme especificados no Anexo I deste Edital.

1.7. Os alunos selecionados por este Edital deverão iniciar o intercâmbio no exterior no período compreendido entre Julho e setembro de 2017, salvo em casos especiais previstos em acordo com a instituição estrangeira, ou indicados no Anexo I deste Edital, e/ou por encaminhamento da Diretoria de Relações Internacionais.

1.8. É facultado à instituição estrangeira aceitar ou não o aluno aprovado no processo seletivo, bem como cobrar do estudante as taxas que julgar aplicáveis, não cabendo à UFJF qualquer responsabilidade decorrente da não aceitação do estudante ou da imposição de taxas por parte da instituição de destino.

1.9. A obtenção do visto de estudante junto ao consulado competente é obrigatória para a realização do intercâmbio e é de responsabilidade exclusiva do aluno, que deverá atender também a todos os critérios exigidos pelo país estrangeiro para a concessão deste. O aluno deverá também providenciar o seguro saúde internacional antes de sua partida.

1.10. Os alunos selecionados serão responsáveis por todas as despesas ligadas ao período de intercâmbio.

1.11. O ato de inscrição neste processo seletivo implica autorização, por parte do candidato, do uso de seus dados acadêmicos, bem como de depoimentos e imagem pessoal para publicação pela UFJF em meios de comunicação, com o objetivo exclusivo de divulgar o programa de intercâmbio, a UFJF | Internacional e/ou a UFJF.

1.12. A UFJF | Internacional não se responsabiliza por alterações realizadas pelas instituições estrangeiras ao longo do processo de seleção, que possam acarretar a não aceitação da candidatura, o redirecionamento e/ou cancelamento de vagas e convênios, a cobrança de taxas ou outras alterações.

2. DAS VAGAS

2.1. A seleção será aberta para o preenchimento das vagas constantes do Anexo I deste Edital.

2.1.1. As instituições estrangeiras conveniadas reservam-se o direito de não preencher todas as vagas disponibilizadas no Edital, podendo, ainda, transferir vagas entre cursos e/ou áreas, ou mesmo cancelá-las, de acordo com seus próprios critérios, quando do envio das cartas de aceite aos candidatos classificados no PII-GRAD 2017 ou a qualquer momento.

2.2. O candidato concorrerá apenas às vagas destinadas ao curso e/ou instituição estrangeira para os quais tenha feito originariamente sua inscrição.

2.3. Poderá ser lançado um edital com vagas ociosas após o resultado final do processo de seleção para o preenchimento das vagas remanescentes.

3. DAS BOLSAS

3.1. Os candidatos concorrerão a 20 bolsas de estudos oferecidas pelo Programa de Bolsas de Intercâmbio da UFJF | Internacional.

3.1.1. Os critérios específicos para concessão das Bolsas de Intercâmbio Internacional encontram-se definidos na Resolução nº 15/2014 do Conselho Superior da UFJF.

3.1.2. Os valores das bolsas são definidos, conforme a Resolução nº 15/2014 do Conselho Superior da UFJF, por região de destino e encontram-se reproduzidos abaixo:

Região de Destino	Valor da Bolsa
África	US\$ 3.400,00
América Central e México	US\$ 3.400,00
América do Norte – EUA e Canadá	US\$ 5.800,00
América do Sul	US\$ 2.500,00
Ásia	US\$ 6.250,00
Europa – Portugal	US\$ 5.000,00
Europa – Demais países	US\$ 6.250,00
Oceania	US\$ 6.500,00

3.1.3. Quando do pagamento, as bolsas terão seus valores convertidos em Reais, segundo o câmbio da data de geração da folha de pagamento.

3.2. Caso não haja candidato elegível classificado para a vaga em instituição estrangeira prevista para receber bolsa ou haja candidato que, perca o direito de recebê-la, ou, ainda, sobre bolsas em decorrência de desistência de candidatos aprovados com bolsa, a bolsa será redirecionada para o candidato com maior nota no processo seletivo, classificado dentro do número de vagas para universidades e/ou cursos do mesmo país de destino. Caso não haja candidato elegível para receber a bolsa após a aplicação desse primeiro critério de redistribuição, a bolsa será redirecionada para o candidato com maior nota final no processo seletivo, independentemente do país de destino. Havendo empate, a bolsa será concedida ao candidato mais velho.

3.2.1. Só serão redistribuídas as bolsas oriundas de candidatos desistentes, quando a desistência for oficialmente comunicada à UFJF | Internacional em até 60 dias após a publicação do resultado final do processo conduzido pela UFJF.

3.3. A bolsa de intercâmbio é incompatível com outros tipos de bolsas oferecidas pela UFJF e pelas agências de fomento nacionais, salvo disposição em contrário publicada pelo órgão gestor da bolsa. É de responsabilidade do estudante a solicitação do cancelamento da

bolsa, junto ao setor responsável, quando for solicitado pela UFJF | Internacional. O não desligamento do candidato bolsista de programas incompatíveis com a bolsa de intercâmbio poderá implicar na perda da bolsa de intercâmbio.

3.4. As bolsas do Programa de Intercâmbio Internacional serão divididas por instituições, conforme o Anexo I e contemplarão preferencialmente os candidatos participantes do programa de Apoio Estudantil da UFJF classificados nas três fases do processo seletivo conduzido pela UFJF dentro do número de vagas por instituição. Após contemplados os candidatos do Apoio Estudantil, havendo ainda bolsas, estas serão distribuídas entre os demais candidatos de acordo com sua ordem de classificação por instituição e/ou curso.

3.5. São condições para o discente receber bolsa de estudos para o PII-GRAD 2017, além das definidas pela Resolução nº 15/2014 do Conselho Superior da UFJF, as seguintes:

3.5.1. Ter concluído não menos de 20% e não mais de 90% dos créditos de seu curso de graduação na UFJF no ato da inscrição no PIIGRAD 2017. Ao candidato cujo percentual de conclusão não puder ser extraído, pela UFJF | Internacional, através do Sistema Integrado de Gestão Acadêmica da UFJF (SIGA), será solicitada, em prazo próprio, a entrega de carta da Coordenação de Curso que informe o percentual de conclusão de créditos do candidato.

3.5.2. Comparecer à Solenidade de Entrega das bolsas de intercâmbio em data a ser definida, ocasião na qual deverá assinar o termo de compromisso de percepção da bolsa.

3.6. Na impossibilidade de participação na Solenidade de Entrega das bolsas, o candidato deverá enviar à UFJF | Internacional justificativa de sua ausência, em até 48 horas após a realização da solenidade.

3.7. A data de pagamento das parcelas está sujeita a alterações, cabendo à UFJF | Internacional disponibilizar esta informação no sítio eletrônico do PII-GRAD (www.ufjf.br/piigrad).

3.8. Havendo disponibilidade orçamentária, a Administração Superior da UFJF poderá destinar à UFJF | Internacional uma cota adicional de bolsas.

3.8.1. Caso bolsas adicionais fornecidas pela UFJF sejam incluídas no processo, elas serão distribuídas, prioritariamente, para as instituições não contempladas com bolsas na distribuição constante no Anexo I.

3.8.2. Atendido o critério descrito no item 3.8.1, e havendo bolsas restantes, estas serão distribuídas entre os candidatos ainda não contemplados com bolsa, em ordem decrescente de pontuação final no processo seletivo.

3.9. Havendo a oferta de bolsas oriundas dos programas de intercâmbio do Banco Santander, estas poderão distribuídas entre os aprovados no edital PIIGRAD 2017 seguindo as normas exigidas pelo banco Santander através de edital próprio.

4. DAS INSCRIÇÕES

4.1. As inscrições *on-line* serão recebidas a partir das 00:00h do dia 01/11/2016 até as 23:59h do dia 17/11/2016 e deverão ser realizadas através do endereço eletrônico: www.ufjf.br/piigrad

4.2. No ato da inscrição *on-line*, após o preenchimento do formulário de inscrição, o candidato deverá anexar a este formulário arquivos em formato PDF dos documentos de

comprovação do Curriculum Vitae (ITENS A, B e C), obrigatoriamente compilados em um único arquivo em formato PDF.

4.3. Realizada a inscrição, o candidato deverá enviar, através do *link* disponível no endereço eletrônico www.uff.br/piigrad, um vídeo de até 1 minuto (60 segundos) de duração, no qual deverá argumentar em favor de sua participação no Programa de Intercâmbio.

4.4. A homologação das inscrições será divulgada no dia 25/11/2016 às 18h no sítio eletrônico <http://www.uff.br/piigrad>. Não serão homologadas inscrições com documentos faltantes ou em desconformidade com este Edital.

4.5. O candidato poderá se candidatar a apenas uma instituição estrangeira. Se efetuar mais de uma inscrição, será considerada apenas a realizada por último.

4.6. O ato de inscrição implica o reconhecimento e aceitação, pelo candidato, de todas as condições previstas neste Edital, bem como das obrigações constantes do Termo de Compromisso do Candidato, disponibilizado no ato da inscrição *on-line*.

4.7. A inexistência das declarações ou informações prestadas pelo candidato ou a falsidade documental, ainda que verificadas posteriormente, implicará a eliminação sumária do candidato, sendo declarados nulos os respectivos atos, sem prejuízo das sanções penais e cíveis cabíveis.

4.8. Poderão se inscrever estudantes da UFJF que se encontrem em outra universidade em decorrência de mobilidade acadêmica nacional. Porém, para fins de seleção, seu histórico somente será considerado até o último semestre cursado na UFJF.

5. DAS ETAPAS DO PROCESSO SELETIVO E DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

5.1. O ingresso no Programa de Intercâmbio Internacional de Graduação será realizado através de processo seletivo que consistirá de quatro etapas, definidas da seguinte forma:

5.1.1. A 1ª etapa, de caráter eliminatório e classificatório, com valor de até 70 pontos, constitui-se de análise, por parte da UFJF | Internacional, do índice de rendimento acadêmico do candidato (40 pontos) e de seu curriculum vitae (30 pontos);

5.1.2. A 2ª etapa, de caráter eliminatório e classificatório, com valor de até 30 pontos, constitui-se de análise, por parte de banca constituída especificamente para este fim, do vídeo enviado pelo candidato;

5.1.3. A 3ª etapa, de caráter eliminatório, constitui-se da entrega, por parte do candidato, da comprovação da proficiência em idiomas exigida pela instituição pretendida, bem como de demais exigências definidas por cada instituição, conforme Anexo I deste Edital;

5.1.4. A 4ª etapa é de responsabilidade das instituições estrangeiras conveniadas e consiste na aprovação, por parte destas, da candidatura dos alunos da UFJF aprovados e classificados nas três etapas anteriores.

5.2. Para a primeira etapa, serão considerados os seguintes critérios:

5.2.1. Será atribuído ao Índice de Rendimento Acadêmico relativo um máximo de 40 pontos.

5.2.2. Será utilizada a seguinte fórmula para calcular o IRA relativo:

$$\text{IRA } r = \frac{(\text{IRA } a)^2}{\text{IRA } m} \cdot 4,16$$

Onde:

IRA r = IRA relativo

IRA a = IRA absoluto

IRA m = IRA médio do curso na UFJF

Serão considerados valores até a segunda casa decimal.

5.2.3. Serão atribuídos ao curriculum vitae do candidato, no máximo, 30 pontos, conforme os itens abaixo:

Item	Pontuação atribuída
a) Participação em projetos de ensino, pesquisa, extensão, treinamento profissional e empresa júnior, devidamente registrados junto à UFJF (tais como monitoria, tutoria, iniciação científica, PET, GET, Jovens Talentos, Buddy, Attache, entre outros)	5 pontos por semestre de participação, sendo computados, no máximo, 20 pontos
b) Participação em eventos científicos com apresentação de trabalho, desde que organizados por instituições de ensino superior, pesquisa, sociedades científicas, agências de fomento e órgãos governamentais.	3 pontos por apresentação, sendo computados, no máximo, 9 pontos
c) Participação em eventos científicos sem apresentação de trabalho, desde que organizados por instituições de ensino superior, pesquisa, sociedades científicas, agências de fomento e órgãos governamentais	3 pontos, sendo computados, no máximo, 1 ponto

5.2.4. Serão atribuídos pontos apenas às atividades efetivamente comprovadas em documento.

5.2.4.1. Para a comprovação das atividades constantes do item 5.2.3.a), serão considerados os seguintes documentos: certificados de participação emitidos pelo professor orientador do projeto ou, para o caso da comprovação de participação em empresa júnior da UFJF, certificado assinado pela Direção da Unidade Acadêmica na qual está lotada a empresa júnior. Alternativamente, os alunos bolsistas cuja frequência pode ser acessada via SIGA poderão submeter, como documento comprobatório, imagem da tela do SIGA na qual encontra-se registrada a frequência.

- 5.2.4.2. Para a comprovação das atividades previstas no item 5.2.3.b), serão considerados, exclusivamente, certificados emitidos pela organização do evento nos quais constem, de forma explícita, o título do trabalho apresentado e o nome do candidato.
- 5.2.4.3. Para a comprovação das participações em eventos previstas no item 5.2.3.c), serão considerados, exclusivamente, certificados emitidos pela organização do evento nos quais conste, de forma explícita, o nome do candidato.
- 5.2.5. Para ser aprovado na 1ª Etapa, o candidato deverá obter um mínimo de 5 pontos na análise do Curriculum Vitae.
- 5.2.6. O resultado da primeira etapa será divulgado no dia 07/12/2016, no sítio eletrônico <http://www.ufjf.br/piigrad>.
- 5.3. A segunda etapa, que consistirá em análise do vídeo enviado pelo candidato, será realizada por banca formada especialmente para este fim.
- 5.3.1. Serão atribuídos até 30 pontos ao vídeo enviado, os quais serão distribuídos conforme os seguintes critérios.
- 5.3.1.1. Até 10 pontos para a justificativa apresentada pelo aluno para ter escolhido a instituição de destino.
- 5.3.1.2. Até 10 pontos para a argumentação do aluno acerca de sua capacidade de representar a UFJF no exterior.
- 5.3.1.3. Até 10 pontos para a capacidade do aluno de demonstrar de que maneira o intercâmbio pode contribuir para sua formação e para o crescimento da UFJF e de sua comunidade.
- 5.3.2. O candidato deve, iniciar seu vídeo dizendo seu nome completo, curso na UFJF, país e universidade de destino pretendidos.
- 5.3.3. Não serão avaliados aspectos técnicos e/ou estéticos do vídeo.
- 5.3.4. Para ser aprovado na segunda etapa, o candidato deverá obter um mínimo de 10 pontos no vídeo.
- 5.3.5. Será sumariamente eliminado do processo seletivo o candidato que, no vídeo, atentar contra os direitos humanos ou fizer apologia à violência, ao crime ou a toda e qualquer forma de preconceito e discriminação.
- 5.3.6. O resultado da segunda etapa será divulgado no dia 14/12/2016 .
- 5.4. A nota final do candidato será a soma das notas obtidas na primeira e na segunda etapas.
- 5.5. Os candidatos cujas instituições pretendidas exijam proficiência mínima em idiomas, deverão entregar a comprovação exigida pela universidade de destino, bem como as demais exigências constantes no Anexo I deste Edital, impreterivelmente, no período de 09/01/2017 a 10/01/2017, através de endereço disponibilizado no endereço <http://www.ufjf.br/piigrad>.
- 5.5.1. Os documentos comprobatórios da proficiência exigida deverão ser submetidos em formato PDF.
- 5.5.2. Os candidatos que não entregarem a documentação comprobatória exigida no prazo especificado no item 5.5.1 serão eliminados do processo seletivo do PII-GRAD 2017.
- 5.5.3. O resultado da terceira etapa será divulgado no dia 12/01/2016.

5.6. Concluída a terceira etapa, a UFJF | Internacional divulgará, no dia 25/01/2016, o resultado final do processo seletivo conduzido no âmbito da UFJF.

5.7. Para ser aprovado na quarta e última etapa do processo seletivo, o candidato deverá ter sua candidatura aprovada pela instituição de destino escolhida.

5.6.1. A aprovação na quarta etapa se comprovará pelo envio, por parte da instituição estrangeira conveniada, de carta de aceite.

5.6.2. Não caberá à UFJF | Internacional qualquer interferência na decisão final das instituições estrangeiras quanto à aceitação ou não dos candidatos classificados no processo seletivo do PII-GRAD 2017.

6. DOS RECURSOS

6.1. Caberá a interposição de recursos à homologação das inscrições, à primeira, à segunda e à terceira etapas do processo.

6.2. Os recursos relativos à homologação das inscrições poderão ser apresentados no dia 28/11/2016, através de formulário próprio, disponibilizado no endereço eletrônico <http://www.ufff.br/piigrad>.

6.3. O deferimento ou indeferimento dos recursos à homologação das inscrições será divulgado em 30/11/2016 às 18 horas, no endereço eletrônico <http://www.ufff.br/piigrad>.

6.4. Os recursos relativos à nota da primeira etapa poderão ser apresentados no dia 09/12/2016, através de formulário próprio, disponibilizado no endereço eletrônico <http://www.ufff.br/piigrad>.

6.4.1. Na interposição de recurso relativo à nota da primeira etapa, o candidato deverá apresentar justificativa que embase seu pedido de alteração de nota.

6.4.2. Não será permitida, a qualquer tempo, a apresentação de documentos comprobatórios adicionais, que não tenham sido entregues no prazo definido no item 4.1 deste edital.

6.5. O deferimento ou indeferimento dos recursos relativos à nota da primeira etapa será divulgado em 12/12/2016, no endereço eletrônico <http://www.ufff.br/piigrad>.

6.6. Os recursos relativos à nota da segunda etapa poderão ser apresentados no período de 16/12/2016, através de formulário próprio, disponibilizado no endereço eletrônico <http://www.ufff.br/piigrad>.

6.6.1. Na interposição de recurso relativo à nota da segunda etapa, o candidato deverá apresentar justificativa que embase seu pedido de alteração de nota.

6.6.2. O vídeo será reavaliado em todos os três critérios

6.6.3. A nota relativa ao vídeo poderá aumentar ou diminuir conforme a reavaliação da comissão.

6.7. O deferimento ou indeferimento dos recursos relativos à nota da segunda etapa será divulgado em 19/12/2016 às 18 horas, no endereço eletrônico <http://www.ufff.br/piigrad>.

6.8. Os recursos relativos à comprovação da proficiência em idiomas poderão ser apresentados no período de 16/01/2017, através de formulário próprio, disponibilizado no endereço eletrônico <http://www.ufff.br/piigrad>.

6.8.1. Na interposição de recurso relativo à comprovação de proficiência, o candidato deverá apresentar justificativa que embase seu pedido.

6.9. O deferimento ou indeferimento dos recursos relativos à comprovação de proficiência será divulgado em 18/01/2017, no endereço eletrônico <http://www.ufff.br/piigrad>.

6.10. Os recursos relativos ao resultado final do processo seletivo conduzido pela UFJF poderão ser apresentados no período de 27/01/2017, através de formulário próprio, disponibilizado no endereço eletrônico <http://www.ufjf.br/piigrad>.

6.10.1. Na interposição de recurso relativo ao resultado final, o candidato deverá apresentar justificativa que embase seu pedido.

6.7. O deferimento ou indeferimento dos recursos relativos ao resultado final será divulgado em 30/01/2017, no endereço eletrônico <http://www.ufjf.br/piigrad>.

7. DA CLASSIFICAÇÃO FINAL APÓS RECURSOS

7.1. A relação de notas finais e a lista de classificação definitivas serão divulgadas, a partir das 18 horas, no dia 31/01/2017, no sítio eletrônico <http://www.ufjf.br/piigrad>.

7.2. A classificação será feita em ordem decrescente de pontos. Serão considerados classificados os candidatos que, nessa ordem, estiverem dentro do número de vagas previstos para a instituição à qual concorrem.

7.2.1. As instituições estrangeiras não estão obrigadas a respeitar, quando do aceite das candidaturas dos estudantes da UFJF, a ordem de classificação final dos candidatos.

7.3. Em caso de empate, a classificação favorecerá o candidato que obtiver maior IRA relativo. Permanecendo o empate, será priorizado o candidato mais velho.

8. DAS REUNIÕES OBRIGATÓRIAS

8.1. Os candidatos classificados no processo seletivo deverão, obrigatoriamente, participar das duas reuniões de esclarecimentos a serem realizadas nos dias, horários e locais a serem disponibilizados no endereço eletrônico <http://www.ufjf.br/piigrad>.

8.2. A ausência não justificada a essas reuniões poderá acarretar na desclassificação do candidato e sua exclusão do PII-GRAD 2017.

8.3. Para justificar a ausência a alguma destas reuniões, o candidato deverá redigir um texto explicitando o motivo da ausência, anexar comprovantes do motivo declarado e submetê-los através de link próprio disponibilizado no endereço eletrônico <http://www.ufjf.br/piigrad>. As justificativas poderão ser deferidas ou indeferidas, a critério da UFJF | Internacional.

8.4. A UFJF | Internacional se reserva o direito de promover reuniões obrigatórias adicionais. Caso haja reuniões adicionais, as datas, os horários e locais serão divulgados no endereço eletrônico <http://www.ufjf.br/piigrad> e em mensagem enviada para o endereço eletrônico (*e-mail*) fornecido pelo candidato no ato da inscrição.

8.5. É de responsabilidade do estudante, antes, durante e após o processo de seleção para intercâmbio internacional, manter atualizadas junto à UFJF | Internacional as informações de contato (endereço, *e-mail* e números de telefone) fornecidas no ato de inscrição.

8.6. A UFJF | Internacional se reserva ao direito de cancelar e/ou remarcar qualquer reunião a qualquer momento, cabendo-lhe informar o cancelamento ou remarcação através do endereço eletrônico <http://www.ufjf.br/piigrad>.

9. DAS OBRIGAÇÕES DO INTERCAMBISTA

9.1. São obrigações do intercambista:

9.1.1. Matricular-se e permanecer matriculado na instituição de destino durante todo o período de intercâmbio, respeitando as exigências de carga horária da instituição estrangeira.

9.1.2. Apresentar, ao final de cada semestre letivo, independentemente de solicitação da UFJF | Internacional, relatório de atividades em formato próprio, sob pena de ter sua matrícula bloqueada na UFJF em caso de não apresentação deste documento.

9.1.3. Comunicar à UFJF | Internacional, apresentando justificativa, caso seja impossibilitado de fazer sua matrícula na instituição anfitriã, ou realizar o programa de intercâmbio, por qualquer motivo, podendo a falta deste comunicado acarretar perda de vínculo com a UFJF.

9.1.4. Providenciar passaporte, visto de estudante e seguro-saúde internacional antes de sua partida.

9.1.5. Responsabilizar-se por todas as despesas ligadas ao período de intercâmbio, tais como passagem aérea, taxas cobradas para obtenção de visto, taxas acadêmicas, despesas decorrentes de transporte, alojamento e alimentação, bem como eventuais taxas ou gastos adicionais que possam se fazer necessários, independentemente do recebimento ou não de bolsa de estudos.

9.1.6. Representar positiva e dignamente a UFJF durante a realização do intercâmbio, tanto na convivência acadêmica, como na convivência social fora da universidade anfitriã, comprometendo-se a manter uma postura idônea no país em que se encontrar e a divulgar a UFJF e o programa de intercâmbio na instituição anfitriã.

9.2. O descumprimento das disposições do disposto nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, abandono dos estudos durante o período de intercâmbio ou reprovação em todas as disciplinas na instituição estrangeira, acarretarão reprovação no programa de intercâmbio com a anotação da reprovação em seu histórico escolar da UFJF e obrigatoriedade de devolução à UFJF dos valores recebidos a título de bolsa de intercâmbio.

10. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. As exigências do presente edital referentes a cursos elegíveis e disciplinas a serem cursadas poderão ser modificadas, a qualquer momento, por determinação da instituição estrangeira.

10.2. Farão automaticamente parte do presente Edital outras normas referentes ao Programa de Intercâmbio, publicadas posteriormente pela UFJF | Internacional, bem como normas constantes nos termos de compromisso previstos por este Edital.

10.3. A inscrição no processo seletivo representa concordância com os termos do presente Edital.

10.4. Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pela Comissão Organizadora do PII-GRAD 2017.

Juiz de Fora, 31 de outubro de 2016

ANEXO B – QUADRO DE VAGAS, BOLSAS E PROFICIÊNCIA DO PII-GRAD 2007

ANEXO I: QUADRO DE VAGAS, BOLSAS E PROFICIÊNCIA						
LOC	PAÍSES	INSTITUIÇÕES	VAGAS	BOLSAS	CURSOS AO QUAL O ALUNO PODE SE CANDIDATAR NA INSTITUIÇÃO ESTRANGEIRA	PROFICIÊNCIA LINGÜÍSTICA MÍNIMA
ID001	ALEMANHA	Universität Bochum	2	1	Todos os cursos	OnDAF ou Goethe B2 ou TOEFL iBT 72 ou IELTS 6
ID002	ALEMANHA	Universität Passau	5	1	Todos os cursos	onDAF ou Goethe A1-A2 TOEFL iBT 72 ou TOEFL ITP 500 ou IELTS 6
ID003	ALEMANHA	Universität Rostock	2	1	Todos os cursos	OnDAF e Goethe B1 ou TOEFL iBT 72 ou IELTS 6
ID004	ARGENTINA	Centro de la Provincia de Buenos Aires	5	1	Todos os cursos	CELU ou DELE B1/intermediário ou Exame de Espanhol do CENEXFALE/UFMG – mínimo 70 pontos
ID005	CORÉIA DO SUL	Hankuk University of Foreign Studies	2	1	Todos os cursos em língua inglesa (em qualquer departamento)	TOEFL iBT 80 ou TOEFL ITP 550 ou IELTS 6.5 ou TOPIK nível 1
ID006	ESPANHA	Universidad de Salamanca	5	1	Todos os cursos, exceto Enfermagem, Fisioterapia, Medicina e Odontologia (A Universidade poderá combrar pelos créditos cursados)	CELU ou DELE B2/intermediário ou Exame de Espanhol do CENEXFALE/UFMG – mínimo 70 pontos
ID007	ESPANHA	Universidad Castilla la Mancha	2	1	Todos os cursos, exceto Medicina e Arquitetura	CELU ou DELE B1/intermediário ou Exame de Espanhol do CENEXFALE/UFMG – mínimo 70 pontos
ID008	ESTADOS UNIDOS	Temple University	2	1	Todos os cursos (O aluno deverá apresentar IRA mínimo de 75 para se candidatar a esta vaga)	TOEFL iBT 79, PBT 550, Computer-based 213 ou IELTS 6.0
ID009	FRANÇA	École National Supérieure d'Architecture de Toulouse	2	1	Arquitetura	DELF B1

ID010	FRANÇA	Paris 13	4	1	Letras - Literatura e Linguística	DELFB1
ID011	FRANÇA	Université de Franche-Comté	5	1	Todos os cursos	DELFB2
ID012	FRANÇA	Université de Technologie de Compiègne (UTC)	5	1	Todas as Engenharias	DELFB1
ID013	ISRAEL	College of Management Academic Studies	2	1	Todos os cursos	TOEFL Ibt 80 ou TOEFL Itp 550 ou IELTS 6.5
ID014	ITÁLIA	Università Degli Studi Di Camerino	8	1	Direito (aluno deverá estar no 4º período no momento da inscrição).	CELI 3/ B2 ou CILS-2/ B2 ou Exame de Italiano do CENEX- FALE/UFMG mínimo 70 pontos
ID015	JAPÃO	Kanda University of International Studies	3	1	Curso de Língua e Cultura Japonesa	JLPT N5, ou Certificado/Atestado de curso ou professor de japonês.
ID016	MÉXICO	Universidad Autónoma de Sinaloa	5	1	Ciências Econômicas, comunicação social, relações internacionais e sociologia.	CELU ou DELE B1/Intermediário ou Exame de Espanhol do CENEXFALE/UFMG – mínimo 70 pontos
ID017	PERU	Universidad San Martin de Porres	3	1	Odontologia	CELU ou DELE B1/Intermediário ou Exame de Espanhol do CENEXFALE/UFMG – mínimo 70 pontos
ID018	POLÓNIA	Universidade Tecnológica de Wrocław / Arquitetura	2			TOEFL Ibt 80 ou IELTS 6.5 ou TOEFL Itp 550
ID019	POLÓNIA	Universidade Tecnológica de Wrocław / Ciências da Computação	2			TOEFL Ibt 80 ou IELTS 6.5 ou TOEFL Itp 550
ID020	POLÓNIA	Universidade Tecnológica de Wrocław / Engenharia	4	1		TOEFL Ibt 80 ou IELTS 6.5 ou TOEFL Itp 550
ID021	POLÓNIA	Universidade Tecnológica de Wrocław / Matemática	2			TOEFL Ibt 80 ou IELTS 6.5 ou TOEFL Itp 550
ID022	POLÓNIA	Universidade Tecnológica de Wrocław / Química	2			TOEFL Ibt 80 ou IELTS 6.5 ou TOEFL Itp 550

ID023	PORTO RICO	Universidad Puerto Rico	5	1	CELU ou DELE B1/Intermediário ou Exame de Espanhol do CENEXFALE/UFMG – mínimo 70 pontos
ID024	PORTUGAL	Escola Superior de Enfermagem de Coimbra / Enfermagem	2		Não se aplica
ID025	PORTUGAL	Instituto Politécnico de Portalegre/Ciências Humanas	3		Não se aplica
ID026	PORTUGAL	Instituto Politécnico de Portalegre/ Ciências Exatas	3		Não se aplica
ID027	PORTUGAL	Instituto Politécnico/ Engenharia	2		Não se aplica
ID028	PORTUGAL	Instituto Politécnico de Portalegre/ Saúde	2		Não se aplica
ID029	PORTUGAL	Instituto Politécnico de Setúbal / Animação e Intervenção Sociocultural	1		Não se aplica
ID030	PORTUGAL	Instituto Politécnico de Setúbal / Biotecnologia	1		Não se aplica
ID031	PORTUGAL	Instituto Politécnico de Setúbal / Comunicação Social	1		Não se aplica
ID032	PORTUGAL	Instituto Politécnico de Setúbal / Contabilidade e Finanças	2		Não se aplica
ID033	PORTUGAL	Instituto Politécnico de Setúbal / Desporto	1		Não se aplica
ID034	PORTUGAL	Instituto Politécnico de Setúbal / Educação Básica	1		Não se aplica
ID035	PORTUGAL	Instituto Politécnico de Setúbal / Enfermagem	1		Não se aplica
ID036	PORTUGAL	Instituto Politécnico de Setúbal / Engenharia Biomédica	1		Não se aplica
ID037	PORTUGAL	Instituto Politécnico de Setúbal / Engenharia Civil	1		Não se aplica

ID038	PORTUGAL	Instituto Politécnico de Setúbal / Engenharia de Automação, Controle e Instrumentação	1			Não se aplica
ID039	PORTUGAL	Instituto Politécnico de Setúbal / Engenharia do Ambiente	1			Não se aplica
ID040	PORTUGAL	Instituto Politécnico de Setúbal / Engenharia Eletrotécnica e de Computadores	1			Não se aplica
ID041	PORTUGAL	Instituto Politécnico de Setúbal / Engenharia Informática	1			Não se aplica
ID042	PORTUGAL	Instituto Politécnico de Setúbal / Engenharia Mecânica	1			Não se aplica
ID043	PORTUGAL	Instituto Politécnico de Setúbal / Fisioterapia	1			Não se aplica
ID044	PORTUGAL	Instituto Politécnico de Setúbal / Gestão da Distribuição e da Logística	2			Não se aplica
ID045	PORTUGAL	Instituto Politécnico de Setúbal / Gestão de Recursos Humanos	2			Não se aplica
ID046	PORTUGAL	Instituto Politécnico de Setúbal / Gestão de Sistemas de Informação	2			Não se aplica
ID047	PORTUGAL	Instituto Politécnico de Setúbal / Marketing	2			Não se aplica
ID048	PORTUGAL	Instituto Politécnico de Setúbal / Tecnologia Biomédica	1			Não se aplica
ID049	PORTUGAL	Instituto Politécnico de Setúbal / Tecnologia e Gestão Industrial (noturno)	1			Não se aplica
ID050	PORTUGAL	Instituto Politécnico de Setúbal / Tecnologias de Energia	1			Não se aplica
ID051	PORTUGAL	Instituto Politécnico de Setúbal / Tecnologias do Petróleo	1			Não se aplica
ID052	PORTUGAL	Instituto Politécnico de Setúbal / Terapia da Fala	1			Não se aplica

ID053	PORTUGAL	Instituto Politécnico de Setúbal / Tradução e Interpretação de Língua Gestual Portuguesa	1			Não se aplica
ID054	PORTUGAL	Instituto Superior Miguel Torga / Serviço Social	2			Não se aplica
ID055	PORTUGAL	Universidade Beira Interior / Ciências Humanas	5			Não se aplica
ID056	PORTUGAL	Universidade Beira Interior / Ciências Exatas	5			Não se aplica
ID057	PORTUGAL	Universidade Beira Interior / Engenharia	2			Não se aplica
ID058	PORTUGAL	Universidade Beira Interior / Saúde	5			Não se aplica
ID059	PORTUGAL	Universidade de Coimbra	2		Todos os cursos	Não se aplica
ID060	PORTUGAL	Universidade de Évora/ Agronomia	2			Não se aplica
ID061	PORTUGAL	Universidade de Évora/ Arquitetura	2			Não se aplica
ID062	PORTUGAL	Universidade de Évora/ Biologia	2			Não se aplica
ID063	PORTUGAL	Universidade de Évora/ Bioquímica	2			Não se aplica
ID064	PORTUGAL	Universidade de Évora/ Biotecnologia	2			Não se aplica
ID065	PORTUGAL	Universidade de Évora/ Ciência e Tecnologia Animal	2			Não se aplica
ID066	PORTUGAL	Universidade de Évora/ Ciências da Educação	2			Não se aplica
ID067	PORTUGAL	Universidade de Évora/ Ciências da Terra e da Atmosfera	2			Não se aplica
ID068	PORTUGAL	Universidade de Évora/ Ciências do Desporto	2			Não se aplica
ID069	PORTUGAL	Universidade de Évora/ Design	2			Não se aplica
ID070	PORTUGAL	Universidade de Évora/ Economia	2			Não se aplica
ID071	PORTUGAL	Universidade de Évora/ Enfermagem	2			Não se aplica

ID072	PORTUGAL	Universidade de Évora/ Engenharia Civil	2			Não se aplica
ID073	PORTUGAL	Universidade de Évora/ Engenharia das Energias Renováveis	2			Não se aplica
ID074	PORTUGAL	Universidade de Évora/ Engenharia de Biosistemas	2			Não se aplica
ID075	PORTUGAL	Universidade de Évora/ Engenharia Geológica	2			Não se aplica
ID076	PORTUGAL	Universidade de Évora/ Engenharia Geológica	2			Não se aplica
ID077	PORTUGAL	Universidade de Évora/ Engenharia Informática	2			Não se aplica
ID078	PORTUGAL	Universidade de Évora/ Engenharia Mecatrónica	2			Não se aplica
ID079	PORTUGAL	Universidade de Évora/ Filosofia	2			Não se aplica
ID080	PORTUGAL	Universidade de Évora/ Geografia	2			Não se aplica
ID081	PORTUGAL	Universidade de Évora/ Gestão	2			Não se aplica
ID082	PORTUGAL	Universidade de Évora/ História e Arqueologia	2			Não se aplica
ID083	PORTUGAL	Universidade de Évora/ Línguas, Literaturas e Culturas	2			Não se aplica
ID084	PORTUGAL	Universidade de Évora/ Matemática	2			Não se aplica
ID085	PORTUGAL	Universidade de Évora/ Medicina Veterinária	2			Não se aplica
ID086	PORTUGAL	Universidade de Évora/ Música	2			Não se aplica
ID087	PORTUGAL	Universidade de Évora/ Psicologia	2			Não se aplica
ID088	PORTUGAL	Universidade de Évora/ Química	2			Não se aplica
ID089	PORTUGAL	Universidade de Évora/ Reabilitação Psicomotora	2			Não se aplica
ID090	PORTUGAL	Universidade de Évora/ Relações Internacionais	2			Não se aplica

ID091	PORTUGAL	Universidade de Évora/ Sociologia	2				Não se aplica
ID092	PORTUGAL	Universidade de Évora/ Teatro	2				Não se aplica
ID093	PORTUGAL	Universidade de Évora/ Turismo	2				Não se aplica
ID094	PORTUGAL	Universidade de Lisboa / Direito	3				Não se aplica
ID095	PORTUGAL	Universidade de Lisboa /Ciências Sociais e Políticas	5				Não se aplica
ID096	PORTUGAL	Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro / Ciências Humanas	5				Não se aplica
ID097	PORTUGAL	Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro / Ciências Exatas	5				Não se aplica
ID098	PORTUGAL	Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro / Engenharia	5				Não se aplica
ID099	PORTUGAL	Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro / Saúde	5				Não se aplica
ID100	PORTUGAL	Universidade do Algarve / Administração	2				Não se aplica
ID101	PORTUGAL	Universidade do Algarve / Análises Clínicas e Saúde Pública	2				Não se aplica
ID102	PORTUGAL	Universidade do Algarve / Animação	2				Não se aplica
ID103	PORTUGAL	Universidade do Algarve / Arqueologia	2				Não se aplica
ID104	PORTUGAL	Universidade do Algarve / Arquitetura	2				Não se aplica
ID105	PORTUGAL	Universidade do Algarve / Artes Visuais	2				Não se aplica
ID106	PORTUGAL	Universidade do Algarve / Biologia Marinha	2				Não se aplica
ID107	PORTUGAL	Universidade do Algarve / Biotecnologia	2				Não se aplica
ID108	PORTUGAL	Universidade do Algarve / Ciências Biomédicas	2				Não se aplica
ID109	PORTUGAL	Universidade do Algarve / Ciências da Comunicação	2				Não se aplica
ID110	PORTUGAL	Universidade do Algarve / Design de Comunicação	2				Não se aplica

ID111	PORTUGAL	Universidade do Algarve / Dietética e Nutrição	2			Não se aplica
ID112	PORTUGAL	Universidade do Algarve / Economia	2			Não se aplica
ID113	PORTUGAL	Universidade do Algarve / Educação Física	2			Não se aplica
ID114	PORTUGAL	Universidade do Algarve / Enfermagem	2			Não se aplica
ID115	PORTUGAL	Universidade do Algarve / Engenharia	2			Não se aplica
ID116	PORTUGAL	Universidade do Algarve / Farmácia	2			Não se aplica
ID117	PORTUGAL	Universidade do Algarve / Letras	2			Não se aplica
ID118	PORTUGAL	Universidade do Algarve / Odontologia	2			Não se aplica
ID119	PORTUGAL	Universidade do Algarve / Pedagogia	2			Não se aplica
ID120	PORTUGAL	Universidade do Algarve / Psicologia	2			Não se aplica
ID121	PORTUGAL	Universidade do Algarve / Radiologia	2			Não se aplica
ID122	PORTUGAL	Universidade do Algarve / Sociologia	2			Não se aplica
ID123	PORTUGAL	Universidade do Algarve / TI	2			Não se aplica
ID124	PORTUGAL	Universidade do Algarve / Turismo e Hotelaria	2			Não se aplica
ID125	PORTUGAL	Universidade do Porto / Arquitetura	1			Não se aplica
ID126	PORTUGAL	Universidade do Porto / Belas Artes	1			Não se aplica
ID127	PORTUGAL	Universidade do Porto / Ciências da Educação	1			Não se aplica
ID128	PORTUGAL	Universidade do Porto / Ciências da Nutrição e da Alimentação	1			Não se aplica
ID129	PORTUGAL	Universidade do Porto / Ciências Exatas	1			Não se aplica
ID130	PORTUGAL	Universidade do Porto / Desporto	1			Não se aplica
ID131	PORTUGAL	Universidade do Porto / Direito	1			Não se aplica
ID132	PORTUGAL	Universidade do Porto / Economia	1			Não se aplica
ID133	PORTUGAL	Universidade do Porto / Engenharia	1			Não se aplica
ID134	PORTUGAL	Universidade do Porto / Farmácia	1			Não se aplica
ID135	PORTUGAL	Universidade do Porto / Letras	1			Não se aplica
ID136	PORTUGAL	Universidade do Porto / Medicina	1			Não se aplica
ID137	PORTUGAL	Universidade do Porto / Medicina Dentária	1			Não se aplica
ID138	PORTUGAL	Universidade do Porto / Psicologia	1			Não se aplica
ID139	PORTUGAL	Universidade Nova Lisboa / Direito	2			Não se aplica

ID140	RÚSSIA	Tomsk State Pedagogical University	1	1	Todos os cursos	TORFL Level 1 ou TOEFL Ibt 72 TOEFL ITP 500 ou IELTS 6,5
			305	20		

Fonte: Disponível em: < <http://www.ufjf.br/piigrad/inicial/edital>>. Acesso em: 30 jun.2017